



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número: 17
Horta, Quinta-feira, 5 de Abril de 2001

Presidente: Deputado Fernando Menezes

Secretários: Deputados António Loura e Raúl Rego

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 30 minutos)

No **Período da Ordem do Dia** prosseguiu-se com o debate das Propostas de Plano a Médio Prazo 2001-2004, Plano Regional para 2001 e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2001.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Manuel Avelar (*PS*), Francisco Barros (*PS*), João Ponte (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), José Rego (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Renato Leal (*PS*), António Gomes (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), José Nascimento Ávila (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Ana Paula Marques (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*), Cabral Vieira (*PS*), Gilberta Rocha (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), José San-Bento (*PS*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*).

Intervieram ainda os Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Duarte Ponte*), da Saúde e Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*) e das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*)

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 10 minutos)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, sejam bem-vindos a mais uma sessão plenária.

O Sr. Secretário da Mesa vai proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado Menezes

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Francisco Couto de Sousa

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha

Hernâni Hélio Jorge

João António Ferreira Ponte

José António Cabral Vieira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Humberto Medeiros **Chaves**

José do Nascimento de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Manuel Soares da Silveira

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Joaquim Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Victor do Couto Cruz

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, estavam inscritos 2 Deputados para pedidos de esclarecimento, por isso, dando seguimento ao debate de ontem, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Azevedo:

Mesmo prejudicado por só hoje poder usar da palavra, procurarei, mesmo assim, recuperar nas minhas notas o essencial da sua intervenção.

Não vou abordar as questões que teremos oportunidade de esclarecer nos debates sectoriais que vão acontecer hoje e amanhã, onde o Sr. Deputado voltará a recolocar oportunamente. Contudo, permita-me esclarecer algumas questões de ordem genérica ou outras, cujo debate sectorial já foi realizado.

Tal como já havia sucedido com um comunicado do PSD do Pico, o Sr. Deputado não foi capaz de referir aqui uma única acção, nas suas palavras promessa, que tivesse ficado esquecida neste PMP. Estranhei.

Também estranhei que não se tivesse referido aos 5 milhões, alegadamente em falta neste PMP para o Pico. Será porque não concorda com este número, ou será que essa questão fica para os especialistas?

Já que estamos a falar em milhões, Sr. Deputado, este PMP tem desagregado para o Pico, 20 milhões de contos.

Sabe quanto é que o último PMP aqui aprovado tinha desagregado para o Pico? 4,1 milhões de contos.

Mais. O Plano de 2001, tem uma verba desagregada para o Pico com cerca de 5 milhões de contos.

Como se vê facilmente, por aquilo que eu acabei de dizer aqui, não há taxa de conversão que valha a V. Exas..

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente também para tecer duas ou três considerações em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel Azevedo e porque não há futuro sem presente, nem presente sem passado, vou fazer aqui uma breve referência ao último Plano aprovado nesta Casa, no último Governo do PSD.

As verbas desse Plano e do Plano 2001-2004, são substancialmente diferentes e cresceram também ligeiramente acima do valor da inflação, ou seja, cresceram 477,56%.

Relativamente a algumas questões específicas, nomeadamente à dinamização da actividade económica, as verbas cresceram 254%.

No que se refere às pescas, uma questão frisada na sua intervenção, as verbas cresceram 313%.

Quanto aos transportes marítimos e às infraestruturas, nomeadamente os portos comerciais, também houve aqui um crescimento um pouco acima da inflação, ou seja, 1109%.

Relativamente aos transportes aéreos, cresceu 763%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai ganhar o Prémio Nóbel da Economia!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu sei que tem por mim alta estima e consideração.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

No que se refere a algumas questões em concreto, como a ampliação do porto do Pico, a obra de consolidação desse porto está a andar e não é só a consolidação, é um

pouco mais do que isso, uma vez que a construção da cabeça monolítica permite melhorar substancialmente o porto comercial.

Este porto vai melhorar substancialmente.

Como o Sr. Deputado sabe, no que se refere ao porto de passageiros, no interior, aquela obra dá-se num porto que não tem espelho líquido, não tem bacia de manobra, portanto, tem muitas limitações. Por isso, não permite no seu interior grandes obras.

O porto de passageiros a fazer no interior, só se for mesmo muito no interior, tipo Lagoa do Capitão.

Quanto ao aeroporto, ele também está a andar.

As estradas já estão em fase de conclusão (62 quilómetros de tapete betuminoso). É claro que podia faltar menos, se em 20 anos tivesse sido colocado nem que fosse só um metro desse mesmo tapete.

Relativamente à orla costeira, o problema é outro. Eu percebo que agora “esteja a fugir ao tapete”, porque é difícil ao fim de 20 anos, dizer que não se fez nada e daqui a dois meses temos um estudo preliminar, em seguida um projecto e para o ano a obra, mas isso é fatal como o destino.

No que se refere a essa matéria, acabou-se “o sexo dos anjos”. Essa discussão não se vai fazer. Portanto, vamos passar também à obra.

Quanto ao abastecimento de água à lavoura, a verba que está no Plano de 41 mil contos, permite um investimento superior a 300 mil contos. Portanto, os valores do Plano mais uma vez não foram bem analisados em função dos globais e relativamente ao resto dos fundos.

Em relação à pesca, a verba que está consignada de 93 mil contos, permite um investimento superior a meio milhão de contos. É claro que podiam ter sido feitos mais investimentos.

Por exemplo, na Legislatura passada, podiam ter sido feitos outros investimentos. As verbas que foram gastas para fazer o saneamento financeiro à lavoura que os senhores levaram à falência, podiam ter sido investimento, mas infelizmente não puderam ser.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Cultura)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho tempo!

De qualquer maneira, meteram-se por números. Quero apenas dizer que vou entregar-vos a minha intervenção que de números só tem a numeração das páginas. Não há mais nenhum número na minha intervenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): E os 5 milhões de contos?!

A folha nem era laranja, era branca!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de fazer aqui, embora com as limitações que o tempo impõe, uma apresentação daquilo que são as linha de orientação do Plano a Médio Prazo 2001-2004 e do Plano e Orçamento para 2001, no que se refere às áreas que estão sob a tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

No caso vertente, temos a área da educação, a área do emprego e da juventude, a cultura e o desporto. São quatro programas que são o núcleo central daquilo que no programa é investimento na melhoria dos recursos humanos, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e, particularmente, na melhoria da empregabilidade e daquilo que é hoje o principal recurso das sociedades modernas, ou seja, a melhoria da qualidade dos recursos humanos.

Começando pela área da **Educação** que é aquela que merece o maior investimento, eu gostaria de vos fazer uma breve caracterização da situação do nosso sistema educativo.

Em termos da população activa — população activa essa que no 1º trimestre do ano 2000, ultrapassou as 100 mil pessoas empregadas — nós temos estatísticas que não são nada favoráveis.

Entre os nossos activos, 10% deles declaram ter menos do que o 4º ano de escolaridade completo; 40% deles têm apenas 4 anos de escolaridade completos e 25% têm o 6º ano de escolaridade. Isto significa que nós temos mais de 70% da nossa população activa com 6 ou menos anos de escolaridade, isto numa União Europeia em que mais de 60% da população tem 9 ou mais anos de escolaridade, o que nos coloca numa posição muito difícil em termos de competição dos nossos trabalhadores, com os restantes trabalhadores europeus e numa situação penalizadora da sustentabilidade do nosso crescimento económico.

Efectivamente, ao longo de muitas décadas, eu diria mesmo, ao longo quase de um século, no nosso país descorou-se o investimento na educação, algo que não aconteceu na generalidade dos outros países da Europa. A factura desse descorado investimento na educação ainda está a ser paga pela nossa geração e, diria mais, ainda gerações futuras irão pagar, porque mesmo com a taxa de investimento enorme que tem sido feita nos últimos anos, ainda demorará muito tempo até que tenhamos uma estrutura educativa que responda às necessidades dos nossos jovens. Mais do que isso: o investimento na educação é sempre um investimento que produz resultados a médio e a longo prazo.

Ainda há muita gente, inclusivamente jovem, conforme as estatísticas visam, que ainda tem uma escolaridade extremamente deficiente.

Em termos do parque escolar e para vos dar uma ideia da evolução da situação do nosso parque escolar, eu diria que entre as escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Secundário dos Açores, nós temos 7 escolas com menos de 500 alunos, 7 escolas com uma população escolar compreendida entre os 500 e 700 alunos, 5 escolas entre os 700 e mil alunos e 12 escolas com mais de 1000 alunos.

A maior escola da Região, a Escola Gerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo, este ano lectivo tem 2.315 alunos a frequentá-la.

Estes valores demonstram claramente a necessidade de continuar a investir no parque escolar e a necessidade de continuar a investir em escolas de pequena dimensão que contribuam para a progressiva diminuição das populações escolares em cada uma das nossas escolas.

É evidente que nas cidades mais populosas, teremos que manter escolas com alguma dimensão, mas o ideal seria que a maioria das nossas escolas fosse para o grupo dos 700 alunos. Essa é uma meta que, infelizmente, ainda não vai ser atingida neste quadriénio, mas vamos dar passos nesse sentido.

Por outro lado, a demografia está a ter um impacto profundo sobre o funcionamento das escolas.

A Escola Jerónimo Emiliano de Andrade já teve mais de 3 mil alunos. Hoje está com 2315.

A generalidade das escolas perdeu alunos e neste momento têm populações que se situam entre 15 e 20% inferiores ao seu pico que ocorreu por volta de 93/94.

Se estes números são por si eloquentes, eles não revelam toda realidade. Há também que olhar para a qualidade dos edifícios escolares e para a qualidade das infraestruturas escolares que nós temos.

Nos Açores, temos algumas das melhores escolas do país, mas também temos algumas que, em termos de estrutura, de construção e em termos de qualidade, não correspondem àquilo que deve ser a escola de um país moderno.

Infelizmente, temos um grupo de escolas dos anos 80 que, devido a um projecto extremamente deficiente, se hoje tivéssemos disponibilidades financeiras que o permitisse, seriam integralmente substituídas. Escolas tipo modelo que existem, como a do Canto da Maia ou as escolas da Graciosa ou São Jorge, são escolas que do ponto de vista do seu conceito e da sua estrutura, não satisfazem as necessidades do sistema educativo.

São escolas que, estou seguro, daqui a algumas décadas, haverá com certeza disponibilidade para as substituir e retirar de funcionamento muitas delas.

Em termos de ensino secundário, no cumprimento daquilo que está na lei de bases e daquilo que são os novos currículos apontados, vamos tentar iniciar o processo de especialização e de separação em relação ao ensino básico.

As escolas dos Açores apresentam aí um panorama bastante melhor. Temos 9 escolas do ensino secundário com menos de 500 alunos, duas entre os 500 e 700, 1 entre os 700 e os 1000 e apenas 4 com mais de 1000 alunos, ou seja, a Antero de Quental, Laranjeiras, Domingos Rebelo e Jerónimo Emiliano de Andrade.

Contudo, não é apenas de edifícios que se faz o sistema educativo, aliás, os edifícios apesar de serem importantes não são de maneira nenhuma a única vertente ou a vertente mais importante, já que a ampliação da qualidade das escolas, mostra que não há uma correlação directa entre a qualidade do edifício e a qualidade do processo educativo, antes pelo contrário.

Há também a vertente humana que é essencial no sistema educativo e nessa vertente avançámos mais depressa do que aquilo que avançámos em termos de infraestruturas. A fase inicial dos concursos para o próximo ano lectivo já decorreu e pelo número de candidatos e sua qualidade, permite-me afirmar que no próximo ano nós teremos um corpo docente que será quase todo ele profissionalizado.

As restrições que durante décadas existiram em termos de pessoal preparado para as nossas escolas, estão quase ultrapassadas e hoje o número de docentes não profissionalizado é cada vez mais pequeno e neste momento já teria de ser residual.

Em termos de investimento na área da educação, no Plano, as principais linhas orientadoras são, por um lado, a construção de escolas de vizinhança, reduzindo os tempos de transporte e a sobrelotação das escolas existentes; por outro, a melhoria da qualidade das escolas e destaco aqui a melhoria das escolas do 1º ciclo onde ainda há alguma coisa a fazer e a melhoria das escolas onde funciona o ensino secundário e que não foram construídas de raiz para esse fim; por outro lado, a reconstrução daquelas escolas cujos edifícios estão muito degradados têm uma qualidade construtiva que nalguns casos nem sequer aconselha que seja feito investimento neles.

Em termos de formação de pessoal docente e não docente, há também aqui prioridades claras. Em termos do pessoal docente, para além do processo de formação contínua — que é necessário e é preciso manter e reforçar — há também um investimento que nestes próximos 4 anos terá um peso muito grande, ou seja, o investimento na formação complementar e de qualificação para os professores do 1º ciclo e para os educadores de infância que agora vão ter a possibilidade de pedir uma equivalência a licenciatura.

Esse investimento é extremamente grande e envolve cerca de 1500 docentes na nossa Região. Não ficará completo nos próximos 4 anos, mas ficará quase completo, aliás, a nossa Região, neste momento, é percentualmente aquela que tem um maior número destes docentes em formação.

Também na área do pessoal não docente, há novas exigências e novos desafios. Com a publicação do Decreto-Lei 515/99, foram reestruturadas as carreiras do pessoal não docente da educação e foi criada a carreira de assistente da educação, que tem uma função muito diferente dos antigos contínuos ou dos actuais auxiliares da acção educativa. Eles têm funções que são essencialmente pedagógicas e que exigem formação muito aprofundada.

A Região, em breve, vai iniciar a contratação desses assistentes de educação e a reconversão daqueles auxiliares de educação que satisfaçam os requisitos legais para tal. Isso implicará o lançamento de um programa de formação que terá que ser exigente em termos de tempo e de qualidade e terá que abranger um número muito elevado de funcionários.

Para fazer face a estes investimentos e a estas orientações, no próximo quadriénio vamos dispor do maior volume financeiro em Plano, que jamais foi feito na nossa Região em termos de investimento em infraestruturas educativas. São 21,5 milhões de contos para investir nos próximos 4 anos.

A esses 21,5 milhões de contos, ainda acresce 1,1 milhões de contos para equipamento e formação, dos quais 300 mil contos são para formação do pessoal docente.

Utilizando uma taxa de comparticipação na ordem dos 85%, com estes 300 mil contos seria possível fazer um investimento na ordem dos 2 milhões de contos em formação. Não vai ser possível fazer tanto, porque há alguns aspectos que não são co-financiáveis, mas estes 300 mil contos garantem, pelo menos, 1,5 milhões de contos em formação do pessoal docente e não docente.

Isto faz com que o investimento previsto para o sector da educação, nos próximos 4 anos, ultrapasse os 24 milhões de contos. Efectivamente, é um investimento muito grande. É o maior investimento que já se fez.

Nós, em cada um dos anos, dos próximos 4 anos, vamos investir mais do que aquilo que foi investido em cada um dos quadriénios anteriores.

Se me perguntarem se isto é suficiente, eu dir-vos-ei que não. É evidente que este é um esforço muito grande, é um esforço que representa um crescimento na ordem dos 500%, mas a verdade é que o nosso parque e o nosso sistema educacional vão continuar a precisar da manutenção deste esforço de investimento para outros planos futuros.

Vai ser preciso manter este esforço de investimento pelo menos durante mais uma década, para nós termos um parque escolar que satisfaça cabalmente as necessidades dos nossos jovens, mas a verdade é que estão a ser dados passos decisivos.

As escolas que temos hoje, não são nada parecidas com as escolas que tínhamos antes e estou seguro que depois destes 4 anos, será dado outro salto qualitativo em termos de qualidade do nosso parque escolar.

Passando agora à área da **Juventude e Emprego**, o Governo prevê um investimento da ordem dos 2,3 milhões de contos neste quadriénio, dos quais 1,1 milhões de contos se destinam às políticas de juventude onde avultam o apoio ao associativismo juvenil e as actividades das diversas associações juvenis e os aspectos de mobilidade juvenil, sendo este último um dos aspectos essenciais, particularmente a situação arquipelágica como a nossa, em que os jovens precisam de ter oportunidade de conhecer outros espaços e outros horizontes.

Na área do emprego, o investimento directo é de 1,2 milhões de contos, aos quais acresce ainda 1,3 milhões de contos por ano, ou seja, 5,2 milhões de contos em cada

um dos anos, proveniente do orçamento do Gabinete de Gestão Financeira do Emprego.

Este investimento, utilizando a comparticipação do Fundo Social Europeu, permitirá que ao longo dos próximos 4 anos, o investimento na área da formação e do emprego, ultrapasse os 25 milhões de contos. É também um investimento sem precedentes em termos passados e é um investimento que vai permitir dar cabal execução ao Plano Regional de Emprego e resolver os problemas de empregabilidade que ainda afectam alguma camada da nossa população, particularmente, o desemprego feminino.

Os Açores, neste momento, vivem uma situação de pleno emprego masculino, mas do ponto de vista do emprego feminino ainda existem algumas restrições que já estão a ser ultrapassadas. Gostava de vos dizer que o Plano de Formação para a área do turismo, vai abranger cerca de 800 mulheres no próximo ano das 2.300 que estão inscritas nos Centros de Emprego disponíveis para trabalhar.

Nós queremos que o Plano Regional de Emprego tenha plena execução, porque temos os meios para isso e queremos garantir que nenhum desempregado fique mais do que 6 meses sem que lhe seja oferecido emprego ou formação.

Na área da **Cultura**, o investimento previsto é de 6,1 milhões de contos, 1,6 milhões de contos destinam-se à dinamização das actividades culturais, ao qual acresce ainda o orçamento privativo do Fundo Geral da Acção Cultural de 200 mil contos por ano, o que corresponde a mais de 800 mil contos.

Este investimento destina-se essencialmente a apoiar e a participar as actividades dos diversos sectores na área cultural, desde as filarmónicas até às diversas artes. É por aqui que se faz o apoio.

Temos ainda 4,1 milhões de contos que se destinam à defesa e valorização do património cultural. A esta verba ainda acresce 400 mil contos destinados especificamente para investimento na cidade de Angra do Heroísmo e na preservação do património na cidade classificada como de Património Mundial.

Em termos de obras, as mais importantes nesta área, têm a ver essencialmente com o sistema de bibliotecas e arquivos. Esta é uma das áreas em que é preciso manter o investimento.

No último mandato foi feito um investimento extremamente elevado na Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada. Agora há que prosseguir para Horta e para Angra.

Na área do **Desporto**, o investimento previsto é de 4,6 milhões de contos, dos quais 2 milhões se destinam a infraestruturas, 1,9 milhões às actividades desportivas, ao apoio aos diversos sectores da área desportiva, e 700 mil contos à promoção e formação na área do desporto.

Para além deste investimento de 4,6 milhões de contos, acresce ainda 3,4 milhões de contos, ou seja, 850 mil contos em cada um dos anos do quadriénio, provenientes do orçamento do Fundo Regional do Fomento do Desporto que investe essencialmente na área do apoio à actividade desportiva, ou seja, os 1,9 milhões de contos da actividade desportiva, são apenas uma parte, a parte mais pequena do total, já que o essencial da actividade desportiva é financiado através do Orçamento Privativo do FRED.

São investimentos globais que ultrapassam os 6 milhões de contos que vão permitir trazer para a área desportiva outro dinamismo e vão permitir manter o investimento em termos da melhoria da qualidade da infraestrutura desportiva da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Plano a Médio Prazo e o Plano e o Orçamento para este ano trazem para a área que é tutelada pela Secretaria Regional a Educação e Cultura, um conjunto de investimentos extremamente vasto. É indubitavelmente um dos maiores investimentos que jamais se fez nesta área.

Eu não quero entrar na questão dos números, das taxas, das percentagens e dos crescimentos, mas dir-vos-ia que em muitas das áreas o crescimento é superior a 5 vezes aquilo que era o investimento médio em quadriénios passados.

Estes investimentos, particularmente o investimento na área das infraestruturas da educação, vão permitir continuar a execução da Carta Escolar.

Eu queria terminar frisando algumas palavras sobre a Carta Escolar, porque sei que esta é uma questão que apaixona alguns dos Srs. Deputados aqui presentes.

A Carta Escolar, meus senhores, é um investimento, tal como o Plano Orientador do Investimento.

É uma carta concedida em 1998 a preços desse ano e aponta um conjunto de prioridades que se mantêm perfeitamente válidas nos nossos dias, como naquela altura.

Como a própria Carta Escolar diz num dos seus primeiros artigos, deverá ser periodicamente ajustada. Depois da aprovação do Plano a Médio Prazo, a Carta Escolar deverá ser necessariamente ajustada em dois sentidos: por um lado, em termos dos preços, porque esses tiveram uma evolução que não era aquela que nós esperávamos. Hoje os preços estipulados para cada um dos investimentos é bastante superior àquele que se esperava. Por outro lado, porque há sempre novas prioridades e ajustamentos que têm que ser feitos.

Agora, meus senhores, aquilo que era o esqueleto essencial da Carta Escolar, ou seja, a criação das escolas básicas integradas, a criação de escolas de pequena dimensão, a especialização do ensino secundário, a melhoria da rede do primeiro ciclo, são objectivos que continuam a ser perfeitamente válidos e são objectivos que nós queremos cumprir.

O facto de estarmos a apresentar perante esta Câmara um investimento tão elevado na área da educação é uma manifestação clara e inequívoca do empenho deste Governo no cumprimento daquilo que são os objectivos da Carta Escolar.

Citando uma Sra. Deputada, eu não sou empreiteiro. Obviamente, nenhum de nós pode garantir que a escola A ou a escola B fica pronta na data A ou na data B.

Aquilo que podemos garantir é o empenhamento e o esforço no sentido de que as prioridades da Carta Escolar sejam cumpridas. Esse empenhamento e esse esforço existem, vão continuar a existir e os meios necessários para isso estão consignados no documento que está perante vós.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O futuro já demonstrou que nós, nos últimos 4 anos, fomos capazes de dar uma volta à infraestrutura escolar da Região e os próximos 4 anos vão ser a continuação disso, ainda com mais recursos, mais vigor e experiência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu não vou falar da Carta Escolar. Vou falar de um documento bem mais recente que também é da sua responsabilidade, isto é, o manifesto eleitoral do PS para a Ilha Terceira, onde V. Exa. era o cabeça de lista.

Nesse documento prometia-se — passo a citar:

“Concluir os investimentos na nova Escola de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e Francisco Ornelas da Câmara.

Construir e pôr em funcionamento as novas Escolas de Ramo Grande e Ferreira Drumond.”

No PMP não se prevê a concretização efectiva de nenhum destes investimentos.

As novas escolas têm o seu início previsto para 2004, logo não podem ser construídas e postas em funcionamento, é impossível e para os outros investimentos prevê-se o seu início em 2002, por isso muito dificilmente poderão ser concluídos.

Isto está escrito e foi dito. O senhor era o cabeça de lista e agora é o Secretário Regional da Educação.

É um lapso informático?

Por enquanto não foi corrigido, ou então é mais uma promessa não cumprida.

Estão a assumir, de facto, o critério que define a actuação deste Governo, isto é, não cumprir as promessas.

Mais uma vez é um contrato que ficou por cumprir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Em relação a duas das escolas que o senhor aí citou, há a firme intenção de as concluir neste mandato. A Escola do Ensino Artístico chamada de São Carlos e a Escola Francisco Ornelas da Câmara, se tudo correr como esperamos, nas próximas semanas serão adjudicadas para obra. Nós temos a intenção de as concluir.

Em relação às outras duas escolas, nós estamos a trabalhar nos projectos.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Então por que é que disse que ia concluir?

O Orador: Não quero estar aqui a citar de memória, mas o que está no nosso manifesto julgo que não corresponde exactamente àquilo que o Sr. Deputado disse.

O que vem aí escrito...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Construir e pôr em funcionamento. Não sabe o que é que escreveu?

O Orador: ... é que nós vamos construir essas escolas. Temos toda a intenção de as construir e estamos a trabalhar nelas.

Essas últimas duas escolas não ficarão concluídas neste mandato. Serão lançadas, ficarão em andamento e serão obras que nós vamos iniciar.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Está assumir que não cumpre as promessas?

O Orador: Não senhor, não estou. Estou a assumir que nós vamos cumprir aquilo que temos prometido.

As obras da Escola do Ensino Artística e da Escola Francisco Ornelas da Câmara, nos próximos meses terão início.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Estou esclarecido. Mais uma vez foi para ganhar votos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Registo com muito desagrado que sendo Secretário Regional não sabe quando começam e quando acabam as obras na sua Secretaria. É uma verdadeira vergonha que isso aconteça.

Tendo dito que não é empreiteiro, atrevo-me a fazer-lhe 3 perguntas, concretamente sobre a Escola 2,3S de Santa Cruz da Graciosa:

— O que é que se vai fazer lá?

— Quanto custará?

— Quando irá começar e terminar essa obra?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Gostaria de lhe dizer que essas 4 escolas que o Sr. Deputado vê previstas para a Terceira é um investimento de grande vulto, a par de reparações a nível do 1º ciclo.

O Sr. Deputado com certeza não esperava que num único mandato nós fizéssemos 4 obras com um investimento tão avultado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É que escreveram que iam pôr em funcionamento!

A Oradora: Sr. Deputado, nós vamos contemplar essas 4 escolas neste mandato. Elas estão contempladas com investimento em 2004.

Relembro-lhe que na altura em que os senhores eram governo, faziam uma escola de grande vulto, por cada quadriénio.

No ano de 96, o vosso relatório de execução, na dotação, tinha zero escudos para Ilha Terceira. Portanto, não espere que em 4 anos nós façamos 4 escolas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que prometeram que iam fazer.

Deputado Francisco Sousa (PS): Somos 6 contra 3!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pois, para vocês só conta o poder!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção terei oportunidade de contrapor alguns dados bem mais reais do que aqueles que o Sr. Secretário apresentou e que provavelmente vão desmentir muitas das suas afirmações.

Para já gostaria de dizer que a sua afirmação e o seu compromisso de realmente executar as duas escolas da Ilha Terceira, que agora referiu e não as 4 que prometeu, vale tanto como uma promessa que aqui fez neste Parlamento em 1997, dizendo: “destacar neste programa o investimento da nova escola de Angra, da Secundária de Ponta Delgada e da nova Secundária da Horta”. O seu compromisso feito há bocadinho vale tanto como este que já tem 4 anos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Esse valeu porque o projecto já está feito!

O Orador: Sr. Secretário, das obras previstas para concluir este ano na Carta Escolar, quais as que ficarão concluídas?

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à escola da Graciosa, gostava de explicar ao Sr. Deputado João Cunha que a ampliação da mesma já está pedida há mais de 10 anos e o senhor sabe disso tão bem quanto eu, porque eu era Presidente do Conselho Executivo.

Deputado João Cunha (*PSD*): E o senhor já está há 5 no poder e ainda não fez nada!

O Orador: Muito obrigado, agora é que cheguei aqui

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Em 94/95, a Secretaria Regional da responsabilidade do PSD, foi visitar a escola e pretendeu fazer algumas obras de ampliação, as quais nunca chegaram.

Em 97, aquando da visita do Governo, foi prometida a ampliação da escola. Foram dados os passos necessários a partir desse ano, o projecto está pronto.

Deputado João Cunha (*PSD*): O projecto está pronto?

O Orador: Está sim senhor!

Deputado João Cunha (PSD): Tem a certeza?

O Orador: Tenho a certeza, deixe-se estar descansado!

Deputado João Cunha (PSD): Quanto é que custa?

O Orador: Isso eu não sei!

Deputado João Cunha (PSD): Ah!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-se estar descansado, porque o projecto já está pronto e o senhor sabe que ele atrasou um bocadinho, porque foram os próprios órgãos internos da escola que pediram alterações. O senhor está a par desta situação.

Brevemente vai ser lançado o concurso e este ano ainda vai ter início a obra.

Obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Quando é que acabará?

Deputado Dionísio Sousa (PS): Acaba quando chegar ao fim!

Deputado João Cunha (PSD): O vosso mal é esse, é que nunca sabem quando é que começa e quando é que acaba!

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos hoje prometem. O dia está muito animado, mas vamos ver se conseguimos disciplinar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar dois breves esclarecimentos que me foram pedidos.

Em relação à Escola 2,3 da Graciosa, nós temos um projecto concluído e temos o concurso em vias de lançamento. A breve trecho o Sr. Deputado terá notícias do lançamento do concurso para a empreitada.

Quanto é que vai custar? Isso depende da adjudicação. A devido tempo também o senhor saberá, porque agora eu também não sei.

Deputado João Cunha (PSD): Isso sei eu, é que o senhor sabe muito pouco!

O Orador: Em relação às obras que ficarão concluídas ou não este ano, também não sei.

Eu posso dar-lhe o relatório de execução das obras e então o senhor saberá.

Deputado Joaquim Machado (PS): Não sabe, mas eu sei!

O Orador: Faz muito bem, eu agradeço a informação. Faça favor.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só sabem é prometer!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

V. Exa. de tanto se repetir, parece daqueles antigos discos de 45 rotações que nós tínhamos que dar um saltito na agulha senão ficava sempre no mesmo sítio.

V. Exa. em apartes ou não, insinua sempre que houve aqui uma cabala terrível, que se verificou um engano. Várias vezes V. Exa. utiliza a palavra enganar os eleitores.

Vamos aos esclarecimentos:

Isto é o manifesto eleitoral do Partido Socialista da Ilha Terceira. Não sei se V. Exa. tem, mas se não tiver terei todo o prazer em oferecer uma fotocópia do mesmo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tenho aqui um!

O Orador: Ótimo! Então se V. Exa. sabe ler, verá que no capítulo “Educação” diz o seguinte:

“Iniciar o processo de construção das novas Escolas EB 2,3 do Ramo Grande e Ferreira Drumond, conforme foi estabelecido pela Carta Escolar aprovada pelo actual Governo.

Finalizar o investimento da cooperação e ampliação da rede escolar.

Construir e equipar a Escola Básica de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo.”

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Deputado concorreu pela Terceira?

O Orador: “Ampliar e remodelar a Escola Básica Francisco Ornelas da Câmara”

Por sua vez, o jornal de campanha que também foi distribuído na ilha, diz o seguinte, em termos de educação:

“Assumimos as obras da Escola de São Carlos, Francisco Ornelas da Câmara e concluir a reformulação total da rede do 1º ciclo e educação do pré-escolar, incluindo as escolas do Porto Martins, Serra de Santiago, Santa Cruz e Pico da Urze”.

Se V. Exa não sabe ler, isso já é um problema que não nos diz respeito. Agora, não utilize, sistemática e continuamente, a tática da acusação ou da insinuação de

mentira, porque senão terei que ser obrigado a concluir que V. Exa. partilha da máxima que uma mentira repetida mil vezes se torna numa verdade.

Muito obrigado.

Vozes dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Educação:

O senhor não sabe responder quais as obras que estão previstas concluir este ano, porque não quer. De facto, não vão ficar concluídas, mas eu digo quantas são.

De 8 previstas para este ano, já concluiu uma, a da Maia, que ainda este ano terá meio milhão de contos para concluir o pagamento (1 de 8).

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): E quais são as outras:

O Orador: Eu digo-lhe quais são as outras.

A do Ginetes estará pronta este ano?

As obras de reparação da Ornelas da Câmara, estarão prontas este ano?

As obras de reparação da Escola de Santa Cruz da Graciosa estarão prontas este ano?

As obras de reparação da Escola do Nordeste estarão prontas este ano?

A do Topo já está pronta?

A Maurício de Freitas já está pronta?

E a Domingos Rebelo, já está pronta? Esta vem anunciada desde 1997.

Mais. Não sou empreiteiro, mas sei o suficiente para perceber quando é que as coisas se fazem ou não se vão fazer..

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Dava um bom fiscal de obras!

O Orador: Era um bom fiscal de obras, Sr. Secretário da Habitação. Algumas até ficariam melhor do que as que o senhor tem feito.

Vamos ao próximo ano. Previstas:

A de São Carlos ficará pronta no próximo ano?

Não fica, Sr. Secretário!

A reparação na EB 2,3 de Vila Franca ficará pronta no próximo ano?

Nem em 2005 ficará pronta!

Vai ficar concluída a da Lagoa (1 em 3).

Pior são os anos que se seguem.

Em 2003, fica pronta a da Levada? Não fica!

Fica pronta a requalificação da Roberto Ivens? Não fica e o senhor já disse.

O Sr. Secretário tem dias em que é empreiteiro. Para Roberto Ivens soube prever a data de reabertura, para as outras, quando não interessa, o senhor diz que não é empreiteiro.

A Roberto Ivens também não fica pronta.

Em 2003, das 2 previstas para esse ano, zero!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Já lhe explicaram a Carta Escolar?

O Orador: Em 2004, de 4 obras previstas, vai concluir a Escola das Lajes do Pico? Nem sequer dá para pagar o projecto!

Vai concluir a reparação da EB 2,3 da Horta? Não senhor!

Vai concluir a Escola Secundária da Horta? Nesse ano só tem um quarto da verba necessária a preços de 99.

E a nova Escola Básica das Velas como está na Carta Escolar? Vai ser construída e concluída em 2004? O dinheiro que lá está também não dá para o projecto!

Está a ver como é que nós sabemos? Eu sei, Sr. Secretário.

Relativamente às escolas de Angra prometidas, aquilo era o manifesto de 2000. Eu não sei se o Sr. Deputado Francisco Barros já estava na Terceira em 96, mas digo-lhe que o contrato com os terceirenses, assinado na altura pelo senhor candidato a deputado Álamo de Meneses, dizia — e isto é papel do vosso partido, não é nada que a comunicação social tenha publicado mal, como agora os senhores insistentemente dizem — e passo a citar:

“É premente construir uma nova escola para os 2º e 3º ciclos e ensino artístico em Angra.

Assumimos o compromisso: pugnar pela construção dessa escola considerando-a como grande prioridade da Terceira”.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E fizemos isso! Francamente!

O Orador: A grande prioridade da Terceira, passados 5 anos, ainda não arrancou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a promessas não cumpridas, o PSD não tem qualquer autoridade moral para vir aqui reclamar as promessas eleitorais não cumpridas do PS, porque em 1989 (imaginem 89!), no PMP 89/92, estava prevista a construção da Escola da Lagoa, Maia e Ginetes.

Passados 7 anos, nem foram capazes de lançar a primeira pedra.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): 89? Os senhores quando ganharam já foi para isso!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Nós já perdemos as eleições. Agora, é para isso que estão aí!

O Orador: O Governo Regional do PS executou a Escola da Lagoa, executou a Escola da Maia e vai executar a Escola dos Ginetes.

Em termos de promessas não cumpridas, estamos conversados.

Obrigado.

Deputado João Cunha (*PSD*): Em 4 anos conseguiram empatar connosco!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para dar mais alguns esclarecimentos sobre a Carta Escolar, já que é um documento muito falado.

Gostaria de dizer que das obras previstas na Carta Escolar, no caso da Ilha Terceira, já estão concluídas a ampliação da Escola Básica Integrada dos Altares, a ampliação da Escola Básica Integrada do Cantinho, em São Mateus, a ampliação da Escola

Integrada da Ribeira Seca de Cima, em São Sebastião, a ampliação da Escola Básica Integrada da Ladeira Grande, a ampliação da Escola Básica Integrada de Santo Amaro e a ampliação da Escola Básica Integrada de São Carlos.

Se quiser passar por São Miguel, também posso dizer-lhe quantas é que já estão concluídas.

No caso do Nordeste, prometemos proceder à ampliação e adaptação da escola a ensino secundário. Vai ser iniciada este ano.

No caso da cooperação com as autarquias, o concelho de Nordeste tem concluídas as suas ampliações.

No caso da Escola Básica 1/2,3 das Furnas, a mesma está concluída e já entrou em funcionamento.

Em relação à ampliação e adaptação a ensino secundário da Escola Básica e Secundária da Povoação, a obra está terminada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia ter terminado em 2000!

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Mas por que é que devia estar pronta em 2000?

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que estabeleceu datas, não fui eu!

O Orador: Infelizmente teve um atraso devido às fundações e o senhor sabe por que é que teve um atraso de 90 dias.

Podia continuar a ler a Carta da Construção Escolar, porque está pronta.

Se entende que não, podemos passar ao Concelho a Ribeira Grande e digo-lhe que concluímos a ampliação da Escola Secundária da Ribeira Grande, a construção da Escola da Maia e extinguiu-se a sua área escolar.

Se continuar a ler a Carta Escolar vê que, apesar dela só ter dois anos de vida, ela já tem uma parte muito substancial concluída.

Porque estamos a falar de coisas passadas e porque perguntou se o meu camarada e amigo Francisco Barros tinha chegado à Terceira ontem, eu julgo que ele chegou sim e não sabe que em 1992, se não me falha a memória, o senhor já fazia parte do Governo, portanto já estava sentado ali atrás...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Lugar onde o senhor nunca se sentou!

O Orador: ... e nessa altura já indicavam para a Terceira a “construção de uma escola tipologia ES para 40 turmas na Praia da Vitória, construção de uma escola tipologia ES para 40 turmas em Angra do Heroísmo”. Não fui eu que fiz este programa, foram os senhores em 92.

Promessas, leva-as o vento!

Deputado Victor Cruz (PSD): Já ninguém liga a isso!

Deputada Berta Cabral (PSD): O vosso argumento é sempre o mesmo, é que nós perdemos porque não cumprimos. Agora, usam-no contra vocês, porque estão fazendo o mesmo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria informar o Sr. Deputado do PSD Joaquim Machado que, este ano, ficarão terminadas as obras, independentemente do planeamento que há Carta Escolar. O que interessa é a satisfação das populações a nível do ensino.

Acho que é importante referenciar as obras que hoje estão na rede e que ficarão prontas no final do ano:

— Construção da Escola Secundária/Básica da Lagoa:

Esta é uma obra significativa para os concelhos da Lagoa e Vila Franca, porque como sabe, e muito bem, vai permitir descentralizar os alunos das escolas de Ponta Delgada.

— Construção da EBIJ, da Matriz da Horta:

O Sr. Deputado que tem estado cá estes dias, tem visto o impacto, na cidade, desta escola. Esta obra ficará concluída este ano e entrará ao serviço da comunidade educativa.

— A ampliação da Escola da Povoação Maria Isabel Medeiros:

A obra está feita com algum prejuízo para os alunos, mas foi possível, numa vila onde o espaço era bastante reduzido, criar uma escola onde o ensino secundário terá as condições que não teve até ao presente.

É claro que existem outras escolas, como a da Maia, onde as obras de conclusão, como o parque desportivo, serão concluídas este ano.

Poderia também numerar um outro conjunto de obras que, este ano, em termos das escolas do ensino básico do 1º ciclo, ficarão concluídas e algumas de raiz.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso para esclarecimentos.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado: Eu fico espantada, porque pensei que o Sr. Deputado ia ficar contente com esta Carta Escolar. Esta Carta Escolar contempla muitas escolas que o senhor sabe que são fundamentais para a Região. Como disse ontem, a sua lista é maior do que a do Deputado Francisco Sousa, mas não admira. Nós temos mais escolas previstas do que o Sr. Deputado tinha no seu tempo. Ele não podia ter escolas virtuais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): As vossas é que são virtuais!

A Oradora: Não pode querer que aquele Sr. Secretário que ali está sentado, seja um “super-homem”. Não pode querer que ele faça o que os senhores não conseguiram fazer em 20 anos.

Em três mandatos, os senhores tiveram 3 escolas de vulto e algumas reparações, pois teriam que ser feitas reparações.

Agora, querem que o Sr. Secretário da Educação, num único mandato, faça as escolas que os senhores não foram capazes de fazer, nem tinham previsto fazer.

Outra questão, para vos elucidar como as vossas escolas também passavam sucessivamente entre os planos dos vários anos.

Por exemplo, ao nível do 1º ciclo:

— Escola Primária do Outeiro, em São Miguel:

Em 93, temos a seguinte redacção: “em fase de execução o projecto para uma grande reparação e ampliação”.

Em 94, muda a sintaxe: “Escola Primária do Outeiro, São Miguel, projecto em fase de execução tendo em vista uma grande reparação e ampliação”.

Em 95, volta a mudar a sintaxe: “Escola Primária do Outeiro, São Miguel, Arrifes, grande reparação e ampliação”.

Andámos nisto de ano para ano. O Sr. Deputado vem queixar-se agora que nós também não cumprimos?

Vamos para as Escolas do 2º e 3º ciclos. Acontece exactamente a mesma coisa.

Tanto acontece que há bocadinho o Sr. Deputado João Ponte dizia-lhe que a Escola da Maia e dos Ginetes que estão a ser feitas por este Governo, foram obras que constavam em 89, no vosso plano.

Não percebo a sua insatisfação. Julgo que devia estar bastante contente com este Plano, porque contempla escolas que considera fundamentais para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há coisas que não podem ficar em claro e uma delas é a falta da verdade, a reposição da verdade.

Em 20 anos de Governo do PSD, foram feitas 19 escolas só do 2º e 3º ciclos e secundário: a do Canto da Maia, Arrifes, Capelas, Rabo-de-Peixe, Nordeste, Vila Franca, Lagoa, Laranjeiras, Vitorino Nemésimo, Vila do Porto, e as Preparatória de Angra, Biscoitos, Praia da Vitória, Graciosa, Velas, Calheta, Madalena, São Roque, Lajes e Santa Cruz das Flores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso qualquer Governo fazia, porque não havia nada feito.

O Orador: Em 20 anos, fizeram-se 19. Em 4 anos os senhores só concluíram uma. Relativamente a Planos passados, Sr. Deputado Francisco Sousa, sabe que temos alguma amizade um ao outro, e reconheço, a título dessa amizade, que o senhor tem alguma habilidade, mas há-de convir que há outras pessoas que também têm, no mínimo, outro tanto.

O senhor leu o Plano de 92. Eu vou ler a proposta do Plano de 92 e vou-lhe recordar qual é a diferença entre os dois documentos.

Na proposta do Plano de 92, diz o seguinte.

“Fase inicial do processo de execução, estudos de programa base, de localização e aquisição de terrenos.”

Para seis escolas novas, duas de tipologia ES, como então se designavam e quatro de tipologia C+S, programadas para as Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Sabe qual é a diferença (o senhor sabe!) entre este documento e o que o senhor leu ontem?

É que esta foi a proposta do PSD e o que o senhor leu foi as alterações que fez juntamente com o PP, com o PC e o Deputado Independente, com a maioria que o povo não vos tinha dado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava a guardar as minhas munições para mais tarde...

Deputado João Cunha (PSD): Já não matam!

O Orador: Olhe que eu fui atirador de infantaria. Ainda sei distinguir o que é um tiro de pólvora seca, do com bala real, e olhe que em termos instintivos eu não era dos piores.

Deputado João Cunha (PSD): Eu também era atirador especial!

O Orador: Então quis o destino colocar-nos aqui mesmo e muito correcto.

(Aparte inaudível do Deputado João Cunha)

O Orador: Essa não era bem a minha especialidade, preferia antes utilizar o camuflado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Estado e a minha família investiram em mim para que fosse professor.

Deputado João Cunha (PSD): Foi pena não terem continuado!

O Orador: Pois foi, porque aqui no Faial o PSD foi coleccionando derrotas desde 88 até agora.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Mark Marques (PSD): Mérito seu, não do PS!

O Orador: Alguns dos membros da bancada do PSD, também estavam nesta Câmara, se bem que localizados noutra sítio, quando em Novembro de 88 abandonei as actividades docentes para ingressar na política.

Nessa altura, o Sr. Deputado Joaquim Machado tinha um ar mais imberbe do que tem hoje, porque hoje, à mistura com esse ar de menino imberbe, aparenta um ar de pretensamente menino sobredotado...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não!

O Orador: ... e vem nos falar hoje de escolas como se eu tivesse que fazer um exercício muito grande para me lembrar do que se passou no final da década de 80.

Eu fui para o Conselho Directivo da então Escola Preparatória da Horta, hoje EB2/3, contra a vontade dos dominadores da vossa casa na rua Cônsul Dabney. Eu era Vice-Presidente do Conselho Directivo quando se realizou no Salão Nobre da Câmara Municipal da Horta uma reunião para decidir se se ia construir uma nova escola preparatória da Horta, ou uma nova escola secundária.

A cortesia foi tão grande que nessa reunião só participaram os deputados do PPD. O meu camarada Manuel Goulart, há menos de 15 dias, garantiu-me que não foi convocado para essa reunião e a habilidade foi tanta e tão pouca que a convocatória era para uma reunião para uma nova escola preparatória e durante essa reunião consegui-se chegar à conclusão de que o que se precisava era uma nova secundária. Estamos a falar no ano lectivo de 87/88.

Essa nova escola infelizmente tem sido sempre virtual.

O PS já tem algumas culpas neste processo...

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem!

O Orador: Calma!

... mas eu tenho-a atravessada desde 87/88.

Eu não queria puxar aqui pelos meus galões de atirador...

Deputado João Cunha (PSD): Não, porque o Sr. Presidente do Governo não quer, nem gosta!

O Orador: ... porque fui soldado durante muito tempo, mas gostava de lembrar uma coisa, cuja paternidade ainda anda um bocado nublosa.

Fui eu, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Horta e o hoje Presidente dessa Câmara, aquando vereador a tempo inteiro, que no regresso do Colóquio da ATAM em 95, numa segunda-feira de Outubro, fomos procurar aquele homem que ali está, o Deputado Raúl Rego, quando ele era Director Regional de Organização e Administração Pública, para lhe fazer uma proposta que depois apresentámos à mistura com muitos consensos, com muitas jogadas de bastidores, no plenário da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, a qual tem sido um grande sucesso nesta Região, ou seja, as câmaras assumirem os 15% nas reparações das escolas do 1º ciclo do básico e o Governo dar o que não era seu, isto é, o dinheiro comunitário. Foi assim que eu disse na altura ao Dr. Raúl Rego.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Finalmente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Essas palmas não me envergonham nem me atrapalham.

Deputado Mark Marques (PSD): Não, porque está a falar a verdade!

O Orador: E isto porque em 1991 aconteceu uma situação que também está aqui atravessada, ou seja, uma portaria que foi publicada com a atribuição de 11 mil e uns trocados à Câmara da Horta, por intervenções feitas por iniciativa daquela autarquia, nos edifícios do 1º ciclo do ensino básico e que estão preto no branco subscritas por “Je” Renato Real, como Presidente da Câmara Municipal da Horta, dizendo que não tinha sido ressarcida e que duvidava que algum dia viesse a sê-lo.

A portaria foi publica, mas a mochila das patacas com 11 mil e tal contos que suponho que são de 91 ou de 92, não quero ir remexer nos papéis, nunca deu entrada na Câmara da Horta.

Em nome da verdade disse e sento-me porque me está a dar uma fraqueza.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes. Não sei se é para referir aspectos da tropa também.

Deputado António Gomes (PS): Não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para prestar algum esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado, porque ele foi muito modesto na leitura que fez ao Plano a Médio Prazo 89/92, obviamente da responsabilidade do PSD.

O Sr. Deputado esqueceu-se de referir que esse Plano também contemplava a construção de uma nova escola para o 1º ciclo do ensino básico, no lugar da Boa Hora, freguesia de Santo Amaro.

Hoje, essa escola está em vias de ser inaugurada e foi construída por este Governo.

Também se esqueceu de dizer que o PMP que acabei de referir, contemplava uma nova escola do 1º ciclo do ensino básico, para a Vila das Velas, que nunca foi feita. Foram apenas executadas as obras de beneficiação e de ampliação, mas já por este Governo.

Deputado Mark Marques (PS): Com os dinheiros comunitários!

O Orador: O mesmo Plano também contemplava uma escola do 1º ciclo do ensino básico para o lugar da Beira, freguesia de Velas.

Para finalizar, gostaria de informar ao Sr. Deputado Joaquim Machado que a escola do Topo será construída este ano.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário disse que não na Comissão.

Vocês não se entendem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde, muito bem!

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Três questões que eu gostaria que ficassem aqui esclarecidas.

Relativamente à **nova Escola Secundária da Horta**, em 1997 o Sr. Secretário Regional dizia que as obras da nova escola iniciar-se-iam no final de 1998.

Em Maio de 2000, numa sessão pública promovida pela Juventude Socialista do Faial, o Sr. Secretário dizia que na pior das hipóteses, as obras começariam em 2001.

A situação actual aponta para que as especialidades do projecto ainda não estão prontas e no Plano a Médio Prazo a escola está “atirada” para 2004.

Quanto ao **Parque Desportivo**, em 1997, o Sr. Secretário dizia que ele estaria funcionar no ano seguinte.

Em 99, dizia que obra arrancaria em 2000.

Há semanas é que foi adjudicado o projecto de execução do Parque Desportivo.

No que se refere à **Casa Grande**, em 99 o Sr. Secretário dizia: “teremos o processo de reconstrução da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta em estado muito avançado ou talvez mesmo aproximando-se da sua conclusão”.

A verdade é que no Plano a Médio Prazo, até 2003, nada mais se fará naquele imóvel.

Num cenário destes Sr. Secretário, que garantias de credibilidade podem ter os faialenses sobre todas estas promessas repetidas, não cumpridas e sempre adiadas?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de prestar alguns esclarecimentos em relação às obras na Ilha do Faial.

No que se refere à nova escola Secundária da Horta, o projecto, neste momento, está em fase de conclusão. Podemos considerá-lo praticamente concluído.

O projecto ficará em condições, quando houver oportunidade, do ponto de vista financeiro e também do ponto de vista de execução de obras na Ilha do Faial, de ser lançado. Essa é uma oportunidade que será aguardada.

Na verdade há restrições financeiras que terão que ser respeitadas e há também restrições que têm a ver com a oportunidade, em termos de preço, no lançamento de uma obra.

As obras estão a ficar a preços excessivos e, como tal, esta questão tem que ser ponderada.

Em relação ao Parque Desportivo, Sr. Deputado, esta é uma obra que vai continuar a prosseguir a sua preparação.

Deputado Costa Pereira (PSD): Prosseguir? Ele ainda não começou!

O Orador: O Parque Desportivo inclui também o Pavilhão. Ele vai continuar a prosseguir as suas obras.

O Parque Desportivo inclui o Pavilhão e este já tem obras este ano. Foi arranjado o seu tecto e os espaços exteriores.

Portanto, é um trabalho que vai continuar a ser feito.

Em relação à Casa Grande, esta também é uma obra que aguardará oportunidade em termos de lançamento do concurso.

Deputado Costa Pereira (PSD): O Sr. Deputado Renato Leal ouviu bem este esclarecimento!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria da Educação, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Ex. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O ensino da língua portuguesa não é, com certeza, uma preocupação dos partidos parlamentares na discussão deste Plano de Médio Prazo. Não fez, com certeza, parte dos manifestos eleitorais e das preocupações estratégicas dos parceiros sociais. Não faz parte da agenda da esquerda ou da direita e muito menos da agenda das elites politicamente correctas que fazem opinião no dia a dia dos jornais, da rádio, da TV ou da Internet.

Para os militantes do PPC (Partido dos Politicamente Correctos) seja na sua ala esquerda, seja na sua ala direita, está mais na moda falar de infoexclusão, de downloads, de browsers ou até da bolha que deu na Internet.

Na política interna é assunto que não suscita paixões nem disputa audiências com os BIG SHOWS, a INSEGURANÇA da 24 de Julho ou as BROADWAYS futuras do passeio público.

Na política externa não dá, com certeza, para fazer visitas de estado, nem alimenta reuniões bilaterais.

O analfabetismo não merece uma linha nas estatísticas de educação e nos anuários estatísticos.

Contudo, no Censo de 1991 declararam não saber ler nem escrever 19.337 açorianos! Esperamos pelo censo que vai decorrer este ano para sabermos quantos são.

Contudo, no ano transacto, 23 em cada 100 agricultores açorianos, declararam não saber ler nem escrever!

E nos outros sectores? Como estamos?

Falamos de analfabetismo, poderíamos falar de algo mais abrangente: a literacia!

A literacia é assunto reservado, nalguns casos, a iniciados.

Contudo, mau grado na dificuldade de abordagem deste assunto, sabemos hoje, que 28 em cada 100 jovens açorianos não compreende o que lê quando termina a 4ª classe.

Contudo, 21 em cada 100 jovens açorianos reprova no 6º ano de escolaridade.

Apesar de tudo, 20 em cada 100 jovens açorianos ainda consegue terminar o 12º ano de escolaridade.

Sras. e Srs. Deputados:

No início da I República Afonso Costa erigia como objectivo e cito "extinguir essa chaga nacional a que se chama analfabetismo em duas gerações".

Falhou!

Falhou Afonso Costa!

Falhámos!

Falhámos todos nós! Os da 1ª República e os desta República!

Estamos, Sras. e Srs. Deputados, perante uma fragilidade de fundo que penaliza a competitividade da nossa economia e a nossa identidade como povo. Deixo aqui duas perguntas:

Estamos disponíveis para a combater?

E nos Açores quais são os objectivos, qual é a estratégia?

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Deputado José Decq Mota, do PCP e dos Deputados dos PSD Manuel Azevedo e Joaquim Machado)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Gostei da sua intervenção e esperava uma resposta do seu Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A intervenção que acabei de fazer aqui, não se destina a este Governo. Destina-se a todos nós, porque esta questão não é uma questão de Governos, ou uma questão de partidos.

Por isso mesmo, eu não a fiz numa base meramente partidária, e gostaria de dizer que ela não faz parte das preocupações, neste momento, nem da esquerda, nem da direita...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como todas as questões!

O Orador: ... mas é uma questão de fundo.

Aliás, ainda hoje, para minha surpresa, num dos jornais diários, o Diário de Notícias,...

Deputado Mark Marques (PSD): Como é? Hoje já utilizamos os jornais? Isso é informação!

O Orador: ... e no âmbito de uma conferência de imprensa da cerimónia de apresentação do euro, em que o Banco de Portugal levanta algumas dúvidas sobre a inflação, o Primeiro Ministro de Portugal, António Guterres, lança para esta discussão uma preocupação dele. Diz ele — e cito:

“A economia portuguesa apresenta fragilidades estruturais.” Ele não está a falar da inflação.

Continua:

“Apenas 22% da população com mais de 25 anos, possui o ensino secundário completo.”, o que para ele está a afectar a competitividade das empresas.

Podemos falar de escolas e acho muito bem que falemos de escolas, mas também devemos falar do que se ensina nas escolas.

Tenho dito.

Deputada Berta Cabral (PSD): Isso é o que se chama de “politicamente correcto”!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As palavras do Sr. Deputado Fernando Lopes em relação à percentagem da população portuguesa que tem mais que o 12º ano, que o Sr. Primeiro Ministro citou, no caso dos açorianos ainda é mais gravosa, um número extremamente penalizador para a nossa economia.

A questão inicial, ou seja, a criação de uma estratégia para a língua portuguesa na luta contra o analfabetismo, é uma questão recorrente da nossa história do Séc. XX e continua a ser uma das preocupações centrais, inclusivamente do nosso sistema educativo.

O ano passado fizemos uma prova aferida para verificar qual a situação do 1º ciclo nos Açores e no país. Os resultados continuaram a ser desanimadores.

Infelizmente, nós continuamos a ter uma taxa de insucesso demasiado grande no ensino e no que se refere a ler e a escrever, já não estou a falar de literacia. Hoje, ler e escrever é claramente insuficiente, já não chega.

Mesmo os 9 anos de escolaridade, a escolaridade obrigatória no nosso país, já começa a ser posta em causa. Se calhar isso já não chega e já não estamos a falar de 4 anos, mas sim de 9.

A verdade é que nós, nos Açores, continuamos a ter taxas de prosseguimentos de estudos muito baixas, embora variem de ilha para ilha. São Miguel é a ilha que surge com piores indicadores. Cerca de 40% dos jovens não prosseguem para o ensino secundário.

A melhor ilha, em termos estatísticos, é a Ilha Graciosa, em que apenas 10% não prosseguem.

As outras ilhas estão algures entre estes dois extremos.

São valores maus que precisam de ser respondidos através do redobrado investimento do sector educativo.

O investimento que foi feito no 1º ciclo, foi uma primeira resposta a uma situação dramática que se vivia nas escolas do 1º ciclo de toda a Região, que eram autênticas ruínas. Eram escolas de tal maneira más que os alunos tinham imensa dificuldade em aceitar aquele espaço como sendo o espaço de aprendizagem.

O investimento que agora está a ser feito na formação dos professores e no complemento de habilitação vai no sentido de melhorar o 1º ciclo, mas há que investir e sobretudo em todos os outros ciclos. Particularmente, há que investir numa questão que não se resolve só com dinheiro ou com um plano, isto é, o valor social da educação. Temos que tentar convencer as nossas famílias de que a educação é um

valor que não pode ser desprezado e temos que tentar trazer as famílias para a esfera da escola.

Sem isso, se calhar vão passar mais duas ou três gerações e nós não vamos conseguir atingir o objectivo que Afonso Costa há cem anos atrás traçou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu aplaudi a sua intervenção. Ouvi-a com muito gosto e julgo que é o tipo de intervenção adequada.

Não me preocupa saber se estou de acordo com tudo o que foi dito ou com todas as reflexões, mas constato que é o tipo de intervenção em que um deputado está a colocar opiniões, está a colocar um tema em debate que está a suscitar reflexão e nesse sentido, embora a intervenção tenha sido curta, ela dá que pensar e tem esse mérito.

Na planificação do meu trabalho e dentro do pouco tempo que temos, ainda virei às questões da educação e às questões do debate anterior a este, por isso agora não posso gastar muito tempo.

Entretanto, queria pôr em ênfase um aspecto da segunda intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes, nomeadamente no que respeita à intervenção dos Governos.

É evidente que o conteúdo da intervenção é muito importante e caminha-se para os conteúdos em função das políticas educativas, as que existem e as que não existem; as que têm sucesso e as que não o têm.

Isto é verdade no plano nacional, no plano regional e o que nós temos vivido no nosso país — e não estou a datar nem estou a fazer uma referência ao presente Governo ou o anterior Governo — e na nossa Região, ao longo dos anos, é que a política educativa tem sido insuficiente, não tem sido completa e não tem conseguido dar respostas necessárias, nomeadamente, e desde logo no plano nacional e nos sucessivos governos ao longo dos anos. A nossa tem sempre uma ligação estreita com a do plano nacional. Isso é um problema que interessa a todas as áreas políticas e à sociedade.

Nós pela nossa parte, colocamos muito empenho nessa reflexão e no contributo que possamos dar para uma evolução positiva.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço as palavras do Sr. Deputado Decq Mota, porque elas foram de encontro ao objectivo da minha intervenção. A minha intervenção foi curta, extremamente curta, mas o objectivo não foi fazer um levantamento exaustivo da situação, até porque, porventura, os dados disponíveis e talvez o meu fraco conhecimento na matéria, também o não permitissem, mas sim e como disse muito bem, suscitar uma discussão.

Aliás, fi-lo de propósito ao citar Afonso Costa, não situando nesta República que vivemos, nem na anterior, não a situando neste Governo ou noutro Governo, não a situando num partido ou noutro partido. Claramente, não faz parte da agenda da esquerda ou da direita, porque penso que se queremos valorizar o debate político, se queremos valorizar esta Assembleia, teremos que ter a capacidade de dedicar algum do tempo que temos a debater questões que são estruturais.

Nós podemos vir aqui debater questões fiscais, questões de mais impostos ou menos impostos, de mais desenvolvimento ou menos desenvolvimento, mas nada disto tem sentido.

A questão de fundo hoje em dia, da competitividade da economia portuguesa e da nossa identidade como povo no seio do movimento da União Europeia, tem sentido, se nós não conseguirmos, eu não digo resolver, mas pelo menos pôr no caminho certo, alguns dos problemas que se arrastam há quase 90 anos, só para falarmos da referência à 1ª República, porque ela vem detrás.

Se conseguirmos fazer isto, então não estamos preocupados em dizer que é ao seu governo, ao vosso governo, a esta Assembleia, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, é ao Governo Regional dos Açores, este ou outro, que têm a obrigação

de procurar contribuir para resolução e o bom caminho destes problemas que são problemas de gerações.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminou a primeira legislatura que teve como responsável pela governação da nossa Região o Partido Socialista.

Deputado João Ponte (PS): Muito bem!

O Orador: Objectivamente, nesses quatro anos, na Ilha Graciosa, fez-se o reforço do quebra mar do porto comercial da Praia, a ampliação da aerogare da Graciosa, 6,9 Km de repavimentações betuminosas, duas correcções de curvas, onze cubículos, a que chamaram casas de aprestos e deram-se alguns apoios, uns foram bem aproveitados outros nem tanto.

Pouco se fez, na passada Legislatura, **naquela parcela dos Açores.**

A agricultura representa um dos grandes pilares de desenvolvimento, que possibilita a criação de riqueza, e falando já dos Planos que agora apreciamos, **não é aceitável que o Governo Regional se desresponsabilize de matérias** da sua competência como são o **abastecimento de água à lavoura e os caminhos de acesso a pastagens.**

Continuando no sector devemos dizer que **não vemos, no Apoio à Transformação e Comercialização de produtos agro-pecuários, verbas que nos permitam sequer pensar que a Nova Fábrica de Lacticínios possa ser iniciada.** Tão importante infraestrutura, parece continuar a ser uma miragem.

A vitivicultura foi em tempos uma fonte de riqueza e de emprego, mas continua a passar por maus momentos, e **não a vemos convenientemente apoiada sob o ponto de vista técnico e com o necessário financiamento para uma verdadeira reconversão.**

As pescas são outro dos factores com mais potencialidades de desenvolvimento.

Também aqui poderiam ser tomadas medidas que criem emprego, contribuindo-se, assim, para a fixação de jovens e, daí, para o tão necessário rejuvenescimento da população.

Mas **o constante atraso** nos estudos, e em consequência disso **no arranque efectivo das obras do Porto de Pescas da Praia, conjugado com as,** burocráticas, **demoras na atribuição de apoios para a renovação da frota pesqueira, continuam a estrangular o sector** e a torná-lo pouco atractivo.

O Turismo é outro vértice do triângulo em que deverá assentar uma estratégia **de desenvolvimento para a ilha Graciosa** já que permite a criação de emprego qualificado e a respectiva fixação da juventude.

Assim, **a diversificação turística merece, atenção redobrada.**

A criação de um **porto para barcos de recreio náutico, um Centro de Mergulho, melhoramentos nas piscinas do Carapacho, na Praia, Barro Vermelho e Barra/Santa Catarina,** o aproveitamento de mais **percursos pedestres** e o desenvolvimento do **Turismo de carácter rural** são aspectos que, **mais uma vez, estão esquecidos e sem dotação capaz** de os fazer progredir.

O comércio é um factor complementar da economia Graciosense que tem conhecido alguns progressos, por mérito dos nossos empresários, mas **continua a ter dois aspectos bastante penalizadores** que urge resolver:

O primeiro é o transporte marítimo de cargas que terá de passar pelo restabelecimento de uma viagem semanal, regular, de um porta contentores do Continente para a Graciosa, passando por São Miguel.

O segundo é atribuição de forma mais rápida dos apoios a que os comerciantes recorrem, e têm direito.

A Habitação, é uma carência profunda dada a elevada percentagem do parque habitacional que se encontra degradado. Assim, **as verbas contidas no Orçamento são**, na nossa opinião, **irrisórias para atacar o problema.**

Nesta matéria não podemos deixar de, nesta tribuna, considerar fundamental a envolvimento das Juntas de Freguesia especialmente no programa de apoio à recuperação de habitações degradadas.

A reabilitação dos velhos e deformados pisos das Estradas Regionais, ainda em semi penetração asfáltica, **com as dotações previstas não passarão da média de execução de 1725 metros por ano**, conseguida durante a última legislatura.

No que concerne ao **ordenamento da zona costeira, e respectiva defesa, no Carapacho, Fenais, e Degredo** apenas se aponta para a execução dos estudos. Assim as populações continuarão a ver os seus bens, e se calhar até as próprias vidas, em constante perigo.

No ensino devo referir que a Escola Básica 2,3/S e demais valências que lhe estão atribuídas, **de Santa Cruz da Graciosa não se compadece com mais atrasos no que se refere à sua ampliação. Há que, duma vez por todas, sem mais artimanhas eleiçoeiras, que desenvolver esforços no sentido de se concluir o projecto e o respectivo orçamento a fim de que as necessárias obras comecem**, o mais rápido possível, **com o indispensável suporte financeiro garantido por parte do Governo Regional.**

Mas outras obras, inscritas em anteriores planos e até em comunicados do Conselho de Governo, **são importantes e necessárias para melhorar as condições de vida dos Graciosenses.**

São exemplo disso a **remodelação do Matadouro, a reconstrução do Cais do Porto Afonso, a construção de Casas de Aprestos na Praia, a repavimentação em betuminoso da Estrada Pedras Brancas/Fonte do Mato/Praia, a asfaltagem de caminhos florestais, a pavimentação do miradouro da Senhora da Saúde, os anexos dos bombeiros, etc., etc..**

Mas, infelizmente, **o seu grau de execução também foi igual a zero na anterior Legislatura.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano a Médio Prazo 2001 – 2004, para a nossa Região, **tem como novidade, apenas, mais do mesmo**. Ou seja tem as mesmas acções do anterior PMP que foi, três vezes, chumbado nesta Casa.

Agora fala-se de novo em:

Fomento Agrícola; Apoios à Transformação e Comercialização dos Produtos; Desenvolvimento Florestal; Estruturas de Apoio à Actividade da Pesca;...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso são acções!

O Orador: O Sr. Deputado deve estar doente!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não, não estou!

O Orador: Marque uma consulta através da Sra. Secretária, porque se for para a lista de espera demora muito tempo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... Desenvolvimento do Turismo; Desenvolvimento do Sistema de Saúde; Qualidade Ambiental; Desenvolvimento do Sistema Educativo; Sistema Rodoviário Regional; Desenvolvimento da Actividade Científica e Tecnológica; Protecção Civil; etc., etc..

Esta proposta governamental chega mesmo ao ridículo de prometer **melhorar a gestão e funcionamento dos equipamentos e infraestruturas públicas**. Nisso estamos de acordo. Mas pergunto:

Após uma experiência de quatro anos na governação, ainda não viram que **para isso acontecer bastaria uma melhor racionalização e coordenação dos meios existentes, uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços, nomeação de pessoas com capacidade de trabalho e formação adequada à área em que vão trabalhar, em vez de todos esses “boys” que por aí andam largados?**

(Aparte inaudível do Deputado João Ponte)

O Orador: Eu recomendo-lhe o mesmo que recomendei ao Sr. Deputado Hernâni Jorge. Marque também uma consulta através da Sra- Secretária, senão não chega lá!

O fruto que brotará deste PMP estamos em crer que **será** novamente **muito pouco**. Neste início do Século XXI os Açores reclamam projectos que redimensionem o seu futuro com vista a ganharem o difícil desafio da Modernidade e do Desenvolvimento.

Os documentos apresentados pelo VIII Governo Regional deveriam ser o documento de orientação técnica com vista a ganharmos essa crucial batalha.

Este PMP, bem como o Plano anual para 2001, e a as suas programações financeiras são a demonstração da total incapacidade deste Governo no que concerne à contenção das despesas correntes e à prioridade a ter com as despesas de investimento.

Não há, nesta estrutura de planeamento, semelhança com aquilo que foi prometido e anunciado pelo PS no período da campanha eleitoral passada.

Todos estes documentos partem de um diagnóstico errado da nossa situação económica e social, apreciada, com certeza, por uma lupa “cor-de-rosa” que na verdade não passa de uma demagogia governamental reprovável.

Agora temos a certeza de que as palavras de exibicionismo político, demagogicamente, semeadas por esses Açores fora, aquando da já referida campanha eleitoral, têm na execução destes documentos, uma larguíssima margem de incumprimento e até de negligência.

Uma das questões de que os Socialistas mais se orgulham é a do suporte financeiro que estes documentos têm – “o maior orçamento de sempre...”

Mas não nos preocupa haver muito dinheiro!

O que nos preocupa são as poucas obras que com ele fazem, sinal perfeito da inacção, do desleixo, do esbanjamento e do despesismo implementado pelo Governo Regional do PS !

Esta simplória forma de apresentar documentos, tão importantes para o nosso futuro, talvez seja demonstrativa da incapacidade de quem tem responsabilidades nestas

matérias, e só poderá colher frutos nos desprevenidos, mas nós, neste Parlamento, não poderemos deixar de lhes fazer um frontal reparo.

Os Açorianos lutaram e conseguiram a Autonomia para que todas as parcelas da nossa Região tivessem as mesmas oportunidades de Desenvolvimento.

Mas isso parece ter caído no esquecimento deste Governo Socialista já que **estes documentos revelam bem o critério de desigualdade com que se vai, cada vez mais, massacrando as populações das Ilhas mais pequenas e por isso com menos capacidade de desenvolvimento.**

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Uma das provas irrefutáveis de que assim é, são os novos mapas da Desagregação Espacial, que nos foram distribuídos, e aí se vê que a Ilha Graciosa já perdeu quase meio milhão de contos.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado não sabe ler!

O Orador: Com estes documentos o Governo poderá estar ciente de que **nem conseguirá atingir uma modernidade superficial quanto mais substituir a pobreza estrutural em que, cada vez mais, nos está a mergulhar.**

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de esclarecer o Sr. Deputado João Cunha acerca das obras da Canada Longa Praia.

Por questões de profissão, o Sr. Deputado João Cunha sabe muito bem que deve ser a pior estrada da ilha — ou eu não morasse também lá — e que a Câmara Municipal tem que alterar primeiro a rede de águas da Canada Longa Praia/Pedras Brancas, para depois realizar a obra.

O Sr. Deputado não tem mais vontade do que eu, na reposição daquele pavimento.

Logo que a Câmara Municipal coloque a concurso, e espero que este ano ainda faça a obra, ela terá a sua concretização.

Deputado João Cunha (PSD): A obra já acabou!

O Orador: Então ponha a concurso. Sabe muito bem que acabou o projecto, mas mandou-o remodelar.

Deputado João Cunha (PSD): Essa obra já está pronta!

O Orador: Em relação ao Miradouro da Sra. da Saúde, há um projecto pronto, feito pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, que está em discussão na Comissão Fabriqueira, para saber se concordam com ele ou se é preciso sofrer alterações.

Em relação às obras do Matadouro da Graciosa, sabe muito bem que elas já avançaram.

Deputado João Cunha (PSD): Já avançaram?! Pintaram as paredes agora!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Muito rapidamente gostaria de lhe dizer que em termos de pesca, obviamente, tem razão ao afirmar que é necessário fazer-se as infraestruturas, mas gostaria de o lembrar que quando eu estava a dar os primeiros passos nesta Assembleia em Dezembro de 94, apresentei uma proposta de alteração no sentido de se fazer, no projecto de frota pesqueira e estruturas portuárias, a reparação e alargamento da rampa de varagem e o molhe de protecção do Molhe da Praia da Graciosa, com uma dotação de 200 mil contos.

Em recordo-me ainda qual foi o resultado dessa mesma proposta de alteração em termos eleitorais.

Deputado João Cunha (PSD): É aquela que o senhor tem há 5 anos. Já há 5 anos que está no Governo!

O Orador: O Sr. Deputado votou contra essa proposta.

Deputado João Cunha (PSD): Eu votei contra!

O Orador: Votou. É ver o Diário das Sessões que confirma isso.

Deputado João Cunha (PSD): Eu votei contra. Não é como os senhores que prometem e não fazem!

O Orador: Nós temos que ter em conta que o senhor votou contra porque teve orientação para o fazer, e muito bem, mas se isso já estivesse concretizado, hoje não estaríamos a discutir esse problema.

O mesmo acontece em relação à escola. Na mesma altura eu apresentei uma proposta de alteração no sentido de haver uma dotação para ampliar a escola.

Deputado João Cunha (PSD): É a mesma coisa. Já está há 5 anos e ainda não fez nada!

O Orador: Nós vamos fazer e aí é que está a diferença.

Quanto ao porta-contentores, sabe muito bem que vêm de Lisboa porta-contentores directamente para a Graciosa, de 15 em 15 dias. Eu acho que há que melhorar a situação.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é quando calha!

O Orador: Não é quando calha. Sabe muito bem que tivemos um Inverno muito mau e isso impediu a ida de navios à Graciosa.

Em relação ao Plano e Orçamento para 2001, quer o Plano a Médio Prazo, os números falam por si.

Se tiver em linha de conta o que foi projectado nos Governos anteriores — e dou-lhe um exemplo — de 93 a 96, na governação do Partido Socialista, verá que há um aumento bastante substancial, ou seja, um aumento de 105,15% e eu apurei este número não por aquilo que estava no Plano, mas pelos mapas de execução financeira. Foi obra feita.

A Graciosa em termos de investimento, e se virmos em termos de capitação, foi das ilhas dos Açores em que houve uma maior capitação nos últimos 4 anos.

Ela estava praticamente em 2º ou 3º lugar em relação às restantes ilhas e nalguns casos, exceptuando há 2 anos as ilhas do Pico e o Faial por razões que se prenderam com o sismo, passou a ser a ilha mais contemplada em termos de capitação.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O momento de análise do Plano Anual, Plano de Médio Prazo e Orçamento por parte desta Assembleia é altura de se fazer um balanço relativamente ao desenvolvimento da Região, e essencialmente nas Ilhas mais pequenas sempre está na ordem do dia a necessidade imperiosa dum desenvolvimento harmónico e equilibrado de todo o arquipélago. Nesta altura, hoje, toda a sociedade açoriana está desperta para estes documentos porque toda a população já compreendeu que do que aqui for aprovado dependerá a evolução social e económica dos Açores.

Já lá vai o tempo em que poucos se preocupavam com estes documentos; já lá vai o tempo em que havia o conceito de que quem tinha o direito de propositura propunha e, ou se aceitava e se votava a favor, ou não se aceitava e se votava contra. Hoje, estes documentos são analisados aqui, mas também lá fora, na sociedade. E, em relação aos actuais documentos, houve mesmo quem estendesse que mesmo antes do Governo Regional apresentar as suas antepropostas, se devia antecipar, no sentido de dar ideias e opiniões capazes de contribuir para chamar a atenção para as necessidades exigidas para o desenvolvimento da sua comunidade. Foi o que aconteceu com o Conselho de Ilha das Flores que reuniu extraordinariamente em 29 de Novembro presente passado, e aprovou unanimemente um documento, que foi entregue ao Governo Regional, onde se apresentavam as necessidades da Ilha, a médio prazo. Por isso mesmo, na nossa apreciação, há que ter em conta as propostas em análise, mas também aquilo que foi considerado necessário por parte deste órgão consultivo de Ilha, onde estão representadas todas as sensibilidades políticas, económicas e sociais da mesma. Julgamos que nas suas propostas o Governo Regional poderia ter ido um pouco mais além do que foi no sentido de incluir nos Planos — anual e de médio prazo — mais do que incluiu e lhe foi sugerido por este Conselho de Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na Ilha das Flores e no Concelho das Lajes, uma das aspirações populares mais antigas, é a construção de um Lar de Idosos a ser administrado pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores; essa foi no passado e é no presente uma necessidade urgente e objectiva sentida na sociedade florentina. Ela é referida no PMP, mas apenas nos anos de 2003 e 2004 e com uma verba pouco significativa. Temos consciência que aquela verba poderá ser mais elevada por acréscimo através do Orçamento da Segurança Social a nível Nacional e por participação da própria instituição que vai gerir o Lar de Idosos, mas entendemos que aquela obra teria forçosamente de ter o seu lançamento já no corrente ano, e por isso deveria já ter verba atribuída no Plano para 2001.

Outra das aspirações das populações das Flores, sobejamente conhecida, é a reabilitação do Porto das Poças em Santa Cruz, com área destinada entre outros aspectos a recreio náutico, obra essa não contemplada nos Planos e que, em nosso entender, deveria ter merecido alguma atenção; nas Lajes, esperamos que durante o quadriénio seja executada a obra do seu porto de recreio, contemplado no PMP, mas ainda não inscrito no Plano para 2001.

Outro dos projectos não contemplados, ou melhor dizendo, esquecidos, relativamente às Flores é a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural, embora as obras de recuperação das igrejas matrizes de Santa Cruz e Lajes estejam em execução e muito longe de serem concluídas. Também não descortinamos qualquer perspectiva de poder vir a ser adquirida e recuperada a Fábrica da Baleia de Santa Cruz, a qual, é propriedade do município, que também não tem condições técnicas e financeiras para a recuperar e dar-lhe um destino culturalmente útil.

Hoje, em qualquer Ilha, as diversas vias de comunicação interna são fundamentais para o seu desenvolvimento económico; não é suficiente ter turistas, eles exigem ter a possibilidade de se deslocarem dentro da Ilha; os agricultores, na sua actividade, devem poder usufruir de acessos condignos às necessidades das suas explorações. E, nas Flores, há graves deficiências nas vias, em todas elas.

Os caminhos agro-silvo-pecuários, nas Flores, estão em estado caótico e nos actuais Planos as verbas para a sua recuperação é diminuto para as necessidades. Para o

corrente ano 37.500 contos em infraestruturas florestais e 15.000 em intempéries (Programa 33) é, repito, muito pouco para as necessidades hoje existentes, embora se tenha consciência que a capacidade de execução manifestada pelos Serviços Florestais da Ilha tem deixado muito a desejar. Afirmamos e queremos continuar a reafirmar que é fundamental e urgente fazer-se a pavimentação betuminosa dos caminhos agro-silvo-pecuários das Flores.

Quanto às estradas regionais, em vez da correcção, alargamento e asfaltagem da estrada Santa Cruz - Lajes, apenas se prevê a reabilitação de Santa Cruz à Ribeira da Cruz e a ser executado só em 2003 e 2004, porque os 50.000 contos em 2002 indicam tão somente o início das obras na referida estrada. A verba para conservação corrente, 100.000 contos para 4 anos, dos quais 20.000 contos para o corrente ano, também é muito pouco para as necessidades existentes nas Flores para a reabilitação das estradas regionais.

Finalmente, em relação a vias terrestres, quero-me referir à urgência de ser terminada a abertura da estrada do Morro Alto à das Lombas, em Ponta Delgada, a fim de se terminar a estrada da volta da Ilha, pela qual me bato desde que estou nesta Assembleia; ainda está em execução a abertura dela, mas há que pavimentá-la e há que corrigir o percurso da estrada das Lombas à freguesia de Ponta Delgada, o que também ainda não será concretizado no decorrer da execução do actual PMP.

Quanto a pequenos portos nas Flores seria útil existirem verbas para o reforço do cais do Porto da Fajã Grande e a continuação de um quebra-mar no porto de pescas de Ponta Delgada.

Também seria desejável que o Governo Regional, em colaboração com as Autarquias Locais, encarasse seriamente a concretização de um Parque de Campismo nas Flores, Quanto ao ambiente consideramos que é fundamental combater a eutrofização da Lagoa da Lomba e estudar o que se passa com a chamada “Caldeira de Água Branca”; é forçoso atender-se à Rocha dos Bordões, cuja limpeza ter-se-á de fazer por quem conheça da matéria e tenha capacidade técnica e científica sobre o património natural. É forçoso que nas Flores as autarquias e as populações se entendam quanto à localização do aterro sanitário no sentido de **em concordância**

com todos, o Governo Regional também contribua para que nos próximos quatro anos sejam seladas todas as lixeiras existentes na Ilha e seja posto em funcionamento o aterro sanitário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É evidente que deva dar maior atenção ao que gostaria de estar contemplado na programação regional para os próximos 4 anos, é isso fundamentalmente o que me compete fazer, embora não tenha deixado de aprofundar aquilo que vem proposto nos Planos anual e de médio prazo. Por isso mesmo agrada-me que se tenham iniciado as obras de ampliação e adaptação ao ensino secundário da Escola Padre Maurício de Freitas, em Santa Cruz das Flores, embora seja necessário manter nas devidas condições o gimnodesportivo que serve aquela escola e é propriedade da Região; também apraz-nos ainda registar a existência de verbas para a remodelação e beneficiação da aerogare das Flores, para o Jardim de Infância da Casa do Povo das Lajes, para a lota e casas de aprestos em Santa Cruz, etc.. Estamos convencidos que vão continuar algumas obras no Porto das Flores — que terá finalmente o abastecimento de água, luz e gare de passageiros. Queremos acreditar que vão continuar a limpeza de algumas ribeiras e de alguns trilhos turísticos. Gostaríamos de ter a certeza que o Posto Meteorológico em Santa Cruz viesse a ser reconstruído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nestas nossas considerações sobre o desenvolvimento das Flores queremos deixar algumas notas que julgamos poderem ser objectivos possíveis de concretizar num futuro mais ou menos próximo, que não queremos deixar esquecer e que vou tão somente enumerar:

- O aumento da produção de energia hídrica e a produção de energia eólica, recentemente anunciadas pela EDA;
- A necessidade de no aeroporto das Flores ser feito o abastecimento de combustíveis às aeronaves;
- A urgência de certificação da iluminação da pista do aeroporto das Flores;
- A integral cobertura da Ilha das Flores pelo Serviço Móvel Terrestre.

Finalmente, não quero deixar de lembrar algumas necessidades de infraestruturas, ainda não mencionadas, que as quero referir para que no futuro os responsáveis também se lembrem delas e que são:

- A extensão do cabo de Fibra Óptica à Ilha das Flores;
- A criação de uma Escola do Ensino Básico para os 2ºs e 3ºs Ciclos nas Lajes, com o respectivo ginnodesportivo que serviria a Escola e a Comunidade;
- A construção do Centro de Saúde nas Lajes das Flores;
- Melhorias no Centro de Saúde de Santa Cruz e seu apetrechamento com serviços de telemedicina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento desta Região tem de se fazer tendo sempre em conta que ela é constituída por nove parcelas, cada uma delas com as suas particularidades próprias, e algumas delas — como é o caso das Flores — pela sua pequenez e pelo seu afastamento, têm de ter um tratamento de acordo com as suas particularidades e realidades específicas.

Disse.

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para uma intervenção.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para existir uma verdadeira política cultural é necessário haver um conjunto de recursos humanos, constituído por técnicos e profissionais devidamente qualificados nas mais diversas valências culturais.

A Região continua com uma enorme carência de técnicos, tais como bibliotecários, monitores de actividades culturais, técnicos de instrumentos musicais, afinadores de piano, construtores de instrumentos populares, técnicos de som e luz, encenadores, etc, o que leva a uma não plena optimização dos equipamentos culturais ou proporciona situações de abandono desses mesmos equipamentos.

Visando minorar este défice de formação o Plano a Médio Prazo apresenta um conjunto de acções, nas quais se investirão um montante superior a 150.000 contos.

Através das acções Escolas de Formação, Bolsas de Formação Artística e Técnica e da Formação de Técnicos das Áreas Culturais Carenciadas, irão continuar ser apoiados os Cursos Extra-Escolares em especial no domínio da música, atribuição de bolsas para Formação Artística e Técnicas da área cultural, desde de que se comprometam a exercer a sua actividade posterior na Região. Também serão financiados projectos de formação de técnicos e agentes da área cultural que sejam considerados necessários à Região. Destas Bolsas e apoios destaca-se as acções orientadas para os agentes de cultura tradicional popular, assim como a formação de músicos, regentes e dirigentes associativos destinados, em particular, às mais de 100 Filarmónicas da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dinamização cultural da Região assenta no processo criativo das associações culturais e dos cidadãos em particular, cabendo à administração Regional um mero papel de propiciar meios tendo em vista a criação e a fruição cultural.

Pelo VII Governo Regional foram regulamentadas todas as formas de participação para as actividades culturais e para preservação do património, e criados júris de apreciação das candidaturas apresentadas, estabelecendo-se assim critérios claros de qualidade e pertinência das actividades a apoiar, ficando reduzida a dependência em relação aos subsídios e eliminada a sua atribuição discricionária e casuística.

Assim o Plano a Médio Prazo para 2001/2004 apresenta uma verba significativa a fim de ser utilizada por associações e indivíduos em particular, na compra de equipamentos para apetrechar as associações, no domínio da música: para edição, festivais, encontros, concertos, aquisição de instrumental, actividade coral e de orquestra; no domínio das Artes Dramáticas: para apoio a projectos nas áreas de teatro, dança, vídeo (realização), cinema e actividades afins; no domínio das Artes Plásticas: para a realização de projectos nomeadamente pintura, escultura, gravura e fotografia; bem como nos domínios das Filarmónicas e dos Grupos de Folclore, Música, Danças e Cantares Tradicionais, que poderão continuar a contar com apoios significativos para o seu fardamento, instrumental e ao nível das digressões e

intercâmbios, sendo estas últimas muito importantes ao nível da Região como no exterior, em especial com as comunidades emigradas, o que permite conhecer e manter vivos os laços culturais existentes e reforçar o conhecimento da genuína cultura açoriana nas comunidades.

As acções Festivais e Congressos, Outros Eventos Culturais e Espectáculos de Iniciativa Governamental — Música, Teatro, Bailados e Ópera — orçadas em 200.000 contos no PMP, serão meios que poderão apoiar os programas das festas concelhias, assim como a programação de eventos a levar a efeito, em todas as ilhas dos quais se destacam o Programa da Temporada Musical, no qual está incluído o Festival MusicAtlântico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A abertura da nova Biblioteca Pública de Ponta Delgada, a conclusão da Biblioteca Pública da Horta e a construção da nova Biblioteca de Angra do Heroísmo são obras contempladas neste Plano, que através de sua modernização, visam prestar melhores serviços à população em geral e à comunidade científica em particular.

Em paralelo será implementada a Rede de Leitura Pública, dinamizada através da instalação de uma rede de bibliotecas municipais em interligação com as redes regional e nacional, por forma a dotar as povoações mais periféricas destes instrumentos do saber e do desenvolvimento. Subjacente a este Plano existem um conjunto de medidas que visam rever a política de arquivos e criar um órgão de coordenação da actividade dos arquivos regionais.

O valor dos nossos arquivos, a especificidade e as exigências do seu tratamento, impõem a sua separação funcional das bibliotecas públicas. Para isso será necessário fazer-se a curto prazo o enquadramento legal respectivo, por forma a que essa entidade se encarregue da selecção dos documentos a preservar e do estabelecimento das regras técnicas a que deve obedecer a conservação e o acesso aos documentos.

Esta nova política de arquivos passa pela utilização das novas tecnologias da informação, através da digitalização dos documentos mais relevantes, sendo deste modo a acessibilidade mais eficaz pelos seus potenciais utilizadores e a sua preservação fica mais acautelada.

Ainda no domínio das acessibilidade o nosso património documental e arquivista ficará à disposição de novos públicos, dos quais destacamos a nossa Comunidade da diáspora, assim como os meios académicos, de âmbito nacional e internacional, que possibilitarão, sem dúvida, avanços significativos para o conhecimento do nosso património histórico e cultural.

As bibliotecas e os Arquivos são uma aposta do VII Governo, que estão representadas neste Plano pelas seguintes acções: novas instalações para Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo; Casa Bensaúde-Biblioteca Pública e Arquivo da Horta; Equipamento para a Biblioteca Pública de Ponta Delgada; Aquisição de conteúdos para as Bibliotecas Públicas; Inventariação e Tratamento dos Arquivos da Região; a Implementação da Rede de Leitura Pública; nas quais serão investidas verbas no valor de cerca de 1 milhão e 500 mil contos, que representam um quarto do valor global dos investimentos da área da cultura para os próximos quatro anos.

Os Museus na Região quer os regionais, quer os de ilha, constituem equipamentos de inegável valia no contexto regional e nacional. Para além dos valores próprios e insubstituíveis de que são depositários, têm potencialidades que se podem desenvolver, quer numa perspectiva local, designadamente através da implementação de visitas de estudo que possibilitam aos nossos jovens o contacto mais estreito com a nossa realidade histórica, quer a nacional ou internacional, constituindo uma mais valia para o sector turístico. Estas valências estão representadas no PMP através de um conjunto de acções que irão minorar muitos dos aspectos deficitários que ainda apresentam.

Este Plano traduz ainda a preocupação do Governo no apoio ao restauro, consolidação e recuperação de diversos monumentos arquitectónicos do tipo religioso (igrejas, conventos, e impérios do Espírito Santo) e civil (solares e outros imóveis de valor patrimonial, como os moinhos de água ou de vento), militar (fortes) e urbanísticos (centros históricos), através de um número elevado de acções que muito contribuirão para a defesa e valorização do nosso património, no caso concreto o edificado.

Por fim importa relevar as actividades em desenvolvimento na área da cultura, relacionadas com os inventários dos patrimónios imóvel, móvel e imaterial, os projectos Atlas Linguístico dos Açores e da Enciclopédia Açoriana, instrumentos base para a defesa e preservação do nosso património, dado que só se respeita e preserva o que se conhece e os Açores são possuidores de espólios culturais que se não forem devidamente inventariados, poderão perder-se e os vindouros poderão acusar a nossa geração de não termos tido o devido cuidado em preservar importantes referências culturais da nossa Região, do nosso Povo, das Nossas Gentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como Deputado eleito pela Ilha de S. Miguel, natural e residente no Concelho da Ribeira Grande, permitam-me tecer algumas considerações sobre o meu Concelho.

Se tivermos em conta que os Governos do PS já têm história e no que concerne ao Concelho da Ribeira Grande esta é lhe bastante favorável. Assim o Governo anterior, tal como se havia comprometido através do Plano 1997/2000, realizou obras no Concelho que eram há muito desejadas, das quais destacamos: Construção do Porto de Rabo de Peixe, Envolvente à Ribeira Grande – Trecho 1, Remodelação da ER – 3 – 1º Ponta Delgada – Ribeira Grande (em execução, neste momento), Escola B 2,3 – Maia, Ampliação da Secundária Ribeira Grande, construção do Parque Desportivo da Ribeira Grande, Remodelação e Ampliação do Lar de Idosos Augusto Ferreira Cabido, Remodelação do Lar Feminino do Centro Bem Estar Social, bem como intervenções na área da habitação ou em acções não desagregadas que muito contribuíram para o desenvolvimento dos Ribeiragrandenses.

Se no Governo anterior este concelho beneficiou da Governação socialista, o Plano Médio Prazo agora em discussão apresenta um conjunto de acções no montante de mais de oito milhões de contos, em verbas desagregadas para o concelho, contando ainda com uma verba de 4 milhões de contos para o Plano de Intervenção na freguesia de Rabo de Peixe.

Destas acções destacam-se as relacionadas com estradas nas quais serão investidas quase metade das verbas referidas, a Envolvente à Ribeira Grande trecho 2 e 3, a beneficiação da Estrada Regional da Ribeira Grande aos Fenais da Ajuda e a estrada Lagoa – Ribeira Grande farão com que o concelho seja diferente e melhor face ao passado.

Tendo sido opção do Governo proceder a uma intervenção específica para Rabo de Peixe, o Plano a Médio Prazo para 2001/2004 apresenta uma base mínima da intervenção que atingirá quatro milhões de contos, no quadriénio. Vislumbra-se que através da articulação das várias Secretarias e com base no Plano que se encontra em preparação para a freguesia, prever um futuro risonho há muito ansiado por parte da população, não só em termos económicos, mas em especial em termos sociais.

Finalmente foi afirmado nesta Câmara que este Governo não teve em conta os pareceres dos Parceiros Sociais, ou o que eles disseram em relação à ante-proposta do Plano. No que concerne ao apresentado pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, dos pontos apresentados para serem tidos em conta no Plano a Médio Prazo, foram introduzidas na versão final do Plano 3 acções das referenciadas que são as seguintes: Edifício escolar para freguesia do Pico da Pedra, via rápida – Ribeira Grande – Lagoa e Plano Integrado para freguesia de Rabo de Peixe.

Disse.

Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Programa do Governo, aprovado nesta Câmara, e no capítulo da Reconstrução, é assumido como objectivo da legislatura a conclusão do processo de Reconstrução dos estragos provocados pelo sismo de 1998.

Esta disposição foi também defendida pelo Secretário da Habitação e Equipamentos que disse que “as ilhas do Faial e Pico viverão um período de plena construção” e garantiu que em 2004 a Reconstrução ficava pronta. Para cumprir estes objetivos o Plano a Médio Prazo 2001-2004 dotou-a com cerca de 22 milhões de contos.

A Reconstrução é, no presente, caracterizada pelo estabelecimento das empresas no terreno e pelo início das obras finalmente visíveis em várias frentes, o que deve ser registado positivamente. Quase três anos após o sismo, é altura de sentirmos renascer algum ânimo e entusiasmo nos sinistrados, sobretudo naqueles que já vão vendo as suas habitações em reparação ou em construção.

Mas a constatação deste presente não deve nunca fazer esquecer os muitos erros do passado deste processo (porque eles ensinam) e, sobretudo, não nos deve desmobilizar nem desviar do muito que ainda falta fazer, da pluralidade de questões que é necessário enfrentar, dos muitos casos atípicos, às vezes dificilmente enquadráveis na legislação em vigor, mas que merecem uma solução justa.

Por outro lado, num processo com a dimensão e a complexidade deste, é absolutamente natural que questões novas vão surgindo. Por isso, é imprescindível por parte de todos nós e de todos os responsáveis manter a vigilância e o acompanhamento deste processo porque, em primeira instância, quem está em causa são pessoas, conterrâneos nossos, que nos merecem toda a consideração e empenho na mais justa e equitativa solução para os seus problemas.

Uma das questões que a curto trecho irá seguramente vir ao de cima é a dos muitos sinistrados, arrendatários e comodatários — e outros que não se encaixam nestas categorias — que correm o risco de ficar de fora deste processo, e portanto de não terem acesso a uma casa, simplesmente porque não possuem terra própria onde construir e não têm a capacidade financeira de a adquirir. Todas estas pessoas merecem atenção e merecem uma resposta que as enquadre e socialmente as proteja.

Outra importante dúvida é sobre o muito que previsivelmente ficará por reparar principalmente na cidade da Horta, onde é observável um crescente afastamento entre os preços praticados pelos empreiteiros e os valores dos apoios (presentemente em 90 contos por metro quadrado). Por outro lado, à incapacidade de endividamento

de parte desses sinistrados, junta-se, noutros, a sua idade como obstáculo. E mantém-se, infelizmente, a recusa do Governo em intervir junto dos empreiteiros a quem adjudicou empreitadas no sentido de, aproveitando as economias de escala de estarem já instalados nas ruas, praticarem aos sinistrados do 2º, 3º e 4º escalões preços por metro quadrado semelhantes aos que praticam para o Governo, se é que os que praticam rondam os apregoados 90 contos.

Outra questão fundamental é a da fiscalização das obras em curso. Que é imprescindível que seja intolerante e inflexível em questões de segurança e qualidade construtiva. Mas que tem de ser bem mais compreensiva quando se trata, por exemplo, da possibilidade de incluir em obra pequenas alterações aos projectos, sobretudo nos interiores das habitações. É que não será preciso lembrar — embora alguns às vezes se esqueçam — de que as casas, embora beneficiadas com apoios do Estado, são pertença dos seus proprietários. E são eles que nelas vão viver.

E é também fulcral uma fiscalização actuante sobre as empresas por parte de Inspecção Regional de Trabalho. É necessário acompanhar nomeadamente as condições de trabalho e de alojamento dos seus trabalhadores e o funcionamento das suas cantinas. Os muitos trabalhadores que vieram de fora, sobretudo para a construção civil, podem ocasionar fenómenos deploráveis de exploração desenfreada e desumana, tanto mais que se tratam, nalguns casos, de trabalhadores que não dominam a nossa língua nem conhecem os seus direitos. Neste domínio, como em muitos outros, uma fiscalização actuante, atenta e preventiva será certamente o melhor remédio para situações que só nos envergonharão se acontecerem.

Preocupa-nos a aparente ausência ou deficiência de planeamento nalgumas ruas e freguesias, onde verificamos aquilo que parecem ser critérios distintos para situações idênticas: umas casas são reconstruídas nos mesmos e exactos locais, à beira da estrada; outras são obrigadas a recuar vários metros, o que vai dando origem a situações de difícil compreensão pelos sinistrados. E isto para já não falar da aparência desordenada e caricata dos alinhamentos de algumas das ruas.

A questão já recorrente da inclusão dos valores do IVA nos montantes dos apoios atribuídos aos sinistrados é também uma injustiça que permanece aguardando reparação urgente e retroactiva.

E que dizer das propostas interpretativas do Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A, de 25 de Setembro, aprovadas por unanimidade na Comissão de Acompanhamento do Sismo em Julho de 1999, com a anuência do Secretário Regional da tutela, e que deveriam ter sido vertidas em regulamentação a produzir pelo Governo, o que ainda não aconteceu, permitindo que algumas situações nelas clarificadas continuem a sofrer tratamento casuístico por parte do CPR?

Preocupa-nos também a situação da recuperação das Igrejas do Faial e Pico, prometida para se fazer no horizonte deste mandato, mas asfixiada financeiramente à partida, quer pela insuficiente verba com que as Comissões de Reconstrução das Igrejas do Faial e Pico são dotadas, quer por ainda não ter sido regulamentado o acesso bonificado das Igrejas à Banca para empréstimos. Tudo isto, numa perspectiva optimista, fará protelar a reconstrução das Igrejas para o horizonte dos anos 2008 a 2010. Como resistirão até lá estas comunidades cristãs, decepadas do seu local de culto, sem a referência agregadora da sua Igreja? É uma interrogação que, como cristão, aqui sentidamente deixo.

E qual a disponibilidade para ressarcir vários proprietários desta ilha, alguns simultaneamente sinistrados, que cederam de boa vontade terrenos para instalação de pré-fabricados para outros conterrâneos e num cenário que na altura era assumido como transitório, mas que se vem prolongando significativamente? E, pior que isso, em muitos casos não há solução ainda à vista para muitos dos ocupantes desses pré-fabricados. E ainda pior, noutros casos, o próprio proprietário não pode construir a casa a que tem direito porque tem o seu terreno ocupado pelos outros pré-fabricados e não faz sequer a ideia de quando terá o terreno livre para poder construir.

Temos, portanto, pela frente um futuro de muito trabalho. Que vai exigir de todos nós o empenho, a disponibilidade e o espírito de servir todos aqueles que o sismo castigou e afectou. Se há tarefa nobre na política é esta a de ajudar a transformar desgraças e catástrofes em crescimento económico e social, facultando a promoção

efectiva das pessoas. O futuro, nesta aérea, é, portanto, ainda de muito trabalho. Principalmente para o Governo que não pode nem deve cruzar os braços, deslumbrado pelos milhões ou pelas empresas que se instalaram no terreno. Como aqui procurei reflectir há ainda muitos, sérios, difíceis e importantes problemas a enfrentar e resolver.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pelo Faial não posso deixar de alinhar algumas breves considerações sobre o que à minha ilha está reservado nos documentos em discussão. De 1999 a 2001, o total das verbas adstritas ao Faial nos planos decresceu cerca de 29%.

A leitura só pode ser uma: se há mais dinheiro para a Reconstrução e menos no total global da ilha em relação aos anos anteriores, isso significa que os investimentos nos outros sectores vão abrandar e parar. O Faial é, assim, duplamente castigado: primeiro, pelo sismo de 1998. E agora castigado porque a maioria do dinheiro que o Governo canalizará para esta ilha destinar-se-á apenas à Reconstrução, quando é um direito nosso (e foi um compromisso deste Governo) que o Faial não veja o seu normal desenvolvimento atrasado pelas necessidades da Reconstrução. É que se é uma verdade inquestionável que a Reconstrução tem de avançar e as pessoas têm o direito de verem rapidamente os seus problemas resolvidos e terem acesso a habitação condigna, também não é menos verdade que o nosso desenvolvimento como comunidade não se resume à Reconstrução.

E foi neste cenário que na 2ª feira tivemos mais uma desanimadora novidade: com a desculpa de lapsos ao nível do processamento informático dos dados dos Planos, quase todas as ilhas dos Açores, à excepção de S. Miguel e Terceira, viram as suas dotações ainda mais reduzidas. No caso do Faial foi quase meio milhão de contos que desapareceu, engolido neste estranho lapso.

É por efeito das opções do Governo que o Faial irá ver adiados e protelados no tempo os seus mais importantes projectos e investimentos: a nova Escola Secundária, a recuperação da Casa Grande, o Complexo Desportivo, as estradas e a Variante, o

Campo de Golfe, tudo ficará para melhor altura. E isso os faialenses não compreendem nem muito menos aceitam.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira. Há preocupações que são comuns às várias bancadas.

No que diz respeito à situação da reconstrução, proximamente, terei oportunidade de fazer uma intervenção sobre ela.

Todavia, gostaria de dizer que, relativamente à afirmação de que com este plano o Faial volta uma vez mais a ser desvalorizado, dentro dos montantes disponíveis e das opções que foram tomadas, com a carência que efectivamente sempre tivemos de mão-de-obra nesta área da construção civil — eu também estou solidário com o Governo Socialista quando entende que tendo em conta a premência que é a área da reconstrução, tendo em conta toda a problemática, sobretudo de natureza social que é perfeitamente previsível que possa vir a acontecer, tendo em conta uma maior presença de operários da construção civil, sabendo-se que é cada vez mais difícil o seu recrutamento nas outras ilhas e no Continente Português — uma maior pressão de presença de empreiteiros e, sobretudo, de operários de construção civil, aconselha a que não seja possível termos tantas obras quantas aquelas que efectivamente nos foram sendo prometidas ao longo dos anos e para os quais legitimamente aspiramos. Quero deixar esta nota que não vem totalmente de encontro aos nossos desejos, mas que numa perspectiva de racionalidade, de pousar no chão e ter em conta o que efectivamente está projectado e que há-de ser feito, não nos permite ir mais além.

Eu gostaria de dizer que ficaria muito contente se tudo aquilo que está previsto neste Plano a Médio Prazo para o Faial, for efectivamente cumprido dentro dos prazos que estão previstos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas dois minutos.

Na programação do meu trabalho neste plenário, abordarei ainda este tema, mas as coisas têm os seus momentos.

Ouvi com muita atenção as duas intervenções que me antecederam e gostava de deixar 3 notas.

A primeira é que também tenho procurado trazer, em tempo oportuno, questões relacionadas com a reconstrução.

Penso que o que está em discussão neste momento é a dotação financeira global para os próximos 4 anos. Aí a minha posição é favorável.

Entretanto, partilho de muitas das preocupações, algumas das quais já tinha levantado ali, que são levantadas pelo Sr. Deputado Costa Pereira.

A segunda nota diz respeito à correlação entre a reconstrução e outros investimentos públicos necessários para o Faial e diz respeito à evolução do comportamento governamental face a este problema.

Basta ler os programas de 99, de 2000 e de 2001, comparadamente, para se perceber que em 99, a postura governamental teórica de partida face ao problema desta correlação, não é a mesma da qual resulta a programação tida em 2001 e anos subsequentes.

A terceira nota diz respeito à intervenção do Deputado Renato Leal no que toca ao problema dos trabalhadores da construção civil.

Isto tem sido expresso por todas as entidades principais do Partido Socialista nesta Ilha do Faial, das mais diversas formas, mas com frases deste género:

“O Faial não pode ser um estaleiro!”

“O Faial não comporta mais obras!”

Portanto, dá a ideia de que não se pode fazer praticamente mais nada para além da reconstrução.

Na semana que o Governo cá esteve, ambos os jornais desta terra estiveram recheados destas afirmações, desde afirmações governamentais, até muito secundadas unanimemente pelos responsáveis socialistas a todos os níveis da Ilha do Faial.

Eu gostava de dizer que nós não podemos mistificar estas coisas. Por exemplo, quanto à questão da escola da Horta, se fosse posta a concurso em 2002 para começar em 2003, seria muito vantajoso ser feito, porque estão agora aqui algumas das grandes empresas de construção civil do país, interessadas nesses projectos.

Elas já estão instaladas e isso seria vantajoso e não desvantajoso.

Nós não podemos mistificar coisas e lançar para a opinião pública nuvens de poeira para disfarçar as nossas próprias opções e dificuldades.

Por agora não posso gastar mais tempo, mas voltarei a este tema na minha intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para participar nesta triangulação faialense.

Eu percebo perfeitamente o sentido da intervenção do Sr. Deputado Decq Mota. Todavia, gostaria de fornecer mais alguns elementos para que se possa perceber por que é que eu defendo as posições que acabei de defender.

É uma velha máxima que “sem ovos não se fazem omeletes”.

Na passada década, a ilha do Faial, sem ter ainda os problemas que teve, provocados pelo sismo, teve uma empresa que por mais de uma vez recorreu ao fornecimento de blocos vindos de outras ilhas dos Açores.

Como faialense tive oportunidade de manifestar o meu profundo descontentamento por aquilo que me parecia ser uma situação, perfeitamente ultrapassada.

Posso dar como exemplo duas obras, uma das responsabilidade municipal (a reabilitação do Teatro Faialense) e outra de um empresário particular num investimento hoteleiro muito próximo desta Assembleia.

Sei que essa é uma hipótese que alguns empreiteiros ponderam poder vir a utilizar novamente.

A questão dos inertes é matéria teoricamente fácil de resolver, mas na prática surgem alguns a colocar embaraços neste problema.

Mais preocupado fiquei quando numa recente reunião em que o Sr. Presidente da Câmara da Horta participou e disse a mim e aos que estavam presentes, que começava a recear com o fornecimento de água. Isto é, o número de empreitadas e de projectos em curso, estava a afectar seriamente a previsão, a disponibilidade de água que a Câmara Municipal da Horta tinha, sobretudo para as populações, mas também para as obras.

Não quero com isto dizer que são problemas inultrapassáveis, mas para uma ilha como esta, para a qual me vêm dizer que nos bastidores já se fala em problemas de alguma complexidade, penso que não introduzirei aqui nenhuma, ou não trarei nenhuma novidade, se disser que os números que circulam aí, nas últimas semanas, já falam em mais uma situação que não era de forma alguma desejável, apontam para mais de 30 gravidezes precoces.

Nós temos que ter consciência de que tudo o quanto for feito a mais numa ilha que tem 15 mil habitantes, com uma pirâmide demográfica perfeitamente invertida e com necessidades enormes de acudir rapidamente à reconstrução, eu tenho receio que se tudo for cumprido, se possa ir mais além.

Relativamente à Escola Secundária da Horta, é um assunto sobre o qual, mais tarde, havemos voltar a falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rápido para dizer que o mal, em relação aos inertes, é quando nós ficamos inertes.

Segundo, esta ilha teve, no tempo da guerra, 5000 soldados. Não morreu ninguém!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Renato Leal:

Sinceramente, lamento que seja um deputado do Faial a encontrar razões e explicações para o adiamento claro e sem explicação dos investimentos do Governo nesta ilha.

As suas justificações naturalmente não convencem e o Sr. Deputado José Decq Mota já explicou isso bem.

Também lamento que a coragem que nos prometeu que ia ter na discussão destes documentos se tivesse esvaído.

Sr. Deputado José Decq Mota, uma breve discordância em relação a si.

Eu não estou satisfeito com a dotação financeira global para a Ilha do Faial e dou-lhe um exemplo:

Em 99, o Faial tinha 8 milhões, 588 mil, 355 escudos. Em 2001, terá 6 milhões, 034 mil, 843 escudos, incluindo as verbas da reconstrução. Isto significa reduzir cerca de 30%. Isto eu não aceito!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Muito bem!

Deputado José Decq Mota (PCP): Eu falei na dotação da reconstrução!

O Orador: E eu estou a falar na dotação global da ilha!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para esclarecimentos, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos ainda disponíveis e depois vamos interromper os nossos trabalhos, retomando às 15 horas.

Secretário (Raúl Rego): O Partido Socialista, gastou 148 minutos. Tem disponível 152 minutos.

O Partido Social Democrata gastou 134 minutos. Tem disponível 76 minutos.

O Partido Popular gastou 48 minutos. Tem disponível 12 minutos.

O Partido Comunista Português gastou 33 minutos. Tem disponível 27 minutos.

O Governo gastou 109 minutos. Tem disponível 191 minutos.

Presidente: Naturalmente que estes tempos serão bem aproveitados.

Aproveitem agora para ir almoçar.

Boa tarde.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas inscritas no Plano para o ano 2001 e no Plano a Médio Prazo (2001-2004), relativas à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, materializam o Programa do VIII Governo aprovado nesta Câmara para as áreas da habitação, obras públicas e equipamentos e protecção civil.

O claro reforço no programa das calamidades sismo demonstra, inequivocamente, o compromisso do Governo para com o processo de reconstrução. Gostaria pois de reiterar o empenho do Governo no processo de reconstrução transformando-o desde a primeira hora como prioridade na acção da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Nesta fase já se investiu 12 milhões de contos, a saber: 3,2 milhões de contos no realojamento provisório, 3 milhões de contos em obras públicas, e 5 milhões 823 mil contos nos 1265 casos já apoiados nas diversas de reabilitação, reconstrução e aquisição.

Como se sabe, decorrem hoje nas ilhas do Faial e Pico 40 empreitadas da responsabilidade do Governo Regional que serão executadas nesta legislatura, num total de 1492 intervenções o que representa um esforço de investimento de 16,1 milhões de contos. A nossa atenção focaliza-se, agora, na garantia financeira do

processo global, bem como na fiscalização do mesmo e, por isso, estão no terreno 12 engenheiros e 9 fiscais a acompanhar a requalificação do parque habitacional afectado pelo sismo.

A tarefa ciclópica de reduzir as vulnerabilidades sísmicas do edificado continua a ser o princípio norteador da nossa estratégia no âmbito da reconstrução e fora dela, que está a ser apoiada sem precedentes remotos ou recentes em todos os locais onde ocorrem processos desta natureza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Plano de 2001 e no Plano a Médio Prazo (2001-2004), o sector da habitação, a par do processo de reconstrução, continua a ser uma forte aposta, quer em termos de investimento directo previsto — 11,4 milhões de contos — quer através do investimento participado com o INH (Instituto Nacional de Habitação) às autarquias açorianas nos vários acordos de cooperação habitacional que estão em curso.

Mas, neste Plano e PMP introduziram-se alterações significativas e definiram-se novas linhas de orientação estratégica para o sector da habitação que se concretizam em mais do dobro das acções que contemplavam anteriores planos. De notar, em particular, a promoção habitacional baseada no apoio ao sector cooperativo, a promoção empresarial não especulativa ou de custos controlados, a política de propriedade resolúvel, a criação de linhas de crédito especiais para intervenções preventivas e anti-sísmica com a preocupação simultânea de preservação das características arquitectónicas do parque habitacional, do incremento dos projectos de salvaguarda habitacional que reforcem a segurança da vida e dos bens dos cidadãos, retirando-os das situações de risco resultantes de deficientes ordenamentos habitacionais, para além das acções existentes das quais se destacam o reforço da cooperação com as IPSS em termos habitacionais e a habitação para jovens.

O sector da habitação será, deste modo, regulado por um novo edifício jurídico, coerente com estas novas linhas de actuação que atendem também às recomendações do Plano Regional de Habitação. Por outro lado, a Região continua a garantir o acesso ao crédito concedido à habitação em termos das bonificações praticadas, já

que com o VII Governo os açorianos passaram a ser cidadãos com os mesmos direitos dos que residem no resto do território nacional.

Aliás, a pujança deste sector reside não só no investimento público que nos últimos quatro anos significou 3580 processos concluídos, como no crédito concedido à habitação para particulares que passou de 51,4 milhões de contos em 1996, para 143 milhões em 2000. Pela parte do Governo continuaremos a trilhar uma política de promoção da melhoria do nosso parque habitacional porque se trata de uma exigência permanente perante a sua antiguidade e o seu desajustamento secular às condições de segurança, como se tem verificado nas crises sísmicas que afectaram os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de obras públicas, o Plano e o PMP desta legislatura apontam, claramente, para o reforço das medidas iniciadas no VII Governo traduzidas no maior volume de investimento de sempre na história dos Açores no domínio das estradas regionais. Quer no âmbito da construção de novos troços de estradas, quer no domínio da reabilitação de estradas, quer ainda na reposição das infraestruturas rodoviárias afectadas pelas calamidades, teremos, nos próximos quatro anos um incremento significativo perante o Plano do VII Governo. Trata-se de ganhar as oportunidades e desafios lançados pelo III Quadro Comunitário de Apoio, acabando-se com atrasos estruturais em sede de acessibilidades a que os Açores estiveram sujeitos.

Melhoria das acessibilidades aos principais centros urbanos retirando, igualmente, o transporte pesado de mercadorias do interior destes centros, melhoria dos acessos aos portos comerciais, adequação dos pavimentos às necessidades e tipologias do tráfego, bem como o reforço dos níveis de segurança rodoviária são as linhas de orientação estratégica para este sector.

Com esta orientação teremos impactos positivos ao nível do aumento da velocidade média de deslocação entre os principais centros urbanos, maior segurança e melhorias em termos ambientais.

As 65 acções em matéria de Estradas Regionais previstas no programa da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos mais as acções previstas para a conservação corrente, tornarão os Açores quantitativa e qualitativamente reconhecidos como uma região moderna em termos de acessibilidades garantido-se apesar destes padrões de modernidade a preservação do nosso ambiente.

O Governo garante, deste modo, a sustentabilidade de um dos principais sectores da actividade económica adequando o desenvolvimento da construção civil à optimização dos recursos diferenciados de cada ilha em termos humanos, técnicos e empresariais.

Como traço saliente deste sistema rodoviário gostaríamos ainda de realçar o contributo decisivo do novo Laboratório Regional de Engenharia Civil, como instrumento de apoio e controlo de qualidade das obras públicas na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos quatro anos percorremos um caminho complexo ao responder às inúmeras calamidades que nos afectaram, apetrechando e organizando o nosso sistema de protecção civil que se encontrava impreparado e desajustado face às exigências de uma região com as nossas condições climáticas, sísmicas e vulcânicas. Os próximos quatro anos ficarão marcados então pela melhoria da qualificação dos nossos recursos humanos que são agentes e beneficiários do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. Estas acções com relevância ao nível da eficiência do funcionamento do sistema de protecção civil inserem-se num quadro crescente de assessoria técnico-científica da Universidade dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano 2001 e PMP (2001-2004) da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos garantem o reforço do desenvolvimento sustentado iniciado com o VII Governo e a inovação nas áreas da habitação, obras públicas e protecção civil, realizando o que é justo e necessário para o presente e futuro colectivo, de todos os açorianos que, com larga maioria, nos elegeram para este mandato de estabilidade e confiança nos Açores e no seu Governo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como tem sido enunciado bastas vezes durante este debate, a tendência deste Governo em prometer e não cumprir começa a ser histórica.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, parece lutar pelo alcançar dessa façanha. Vastos têm sido os anúncios e muitas das obras anunciadas continuam por cumprir.

No decorrer do debate do Programa do Governo, o Sr. Secretário remeteu algumas das questões que lhe foram colocadas para este debate. É nessa perspectiva que gostaria de lhe colocar algumas questões e solicitar os esclarecimentos que julgo que devem ser dados a esta Câmara.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário Regional anunciou, logo após a calamidade da Ribeira Quente, que iria construir a estrada alternativa àquela localidade. O anúncio foi feito com pompa e circunstância, no entanto não foi cumprido.

Também com pompa e circunstância foram anunciadas 16 pontes para encurtar a distância nas acessibilidades a Nordeste. Onde é que foi parar um terço desses viadutos?

A variante Ponta Delgada/Lagoa, tem como melhor valor apresentado 3 milhões e 700 mil contos, sem contar com o valor para expropriações, no mínimo de 1 milhão de contos. O prazo para a sua execução é de 1080 dias, ou seja, 36 meses, o que corresponde a 3 anos. No Plano estão previstos 800 mil contos apenas para 2001. Há qualquer coisa aqui que não está a jogar bem, algo não está bem, o que fica também por esclarecer.

Fala-se também num “Project Finance”. Em qualquer caso, gostaria que me explicasse como é que se vai processar a execução e em que data se concluirá a obra.

A própria Câmara Municipal da Lagoa já manifestou expressamente a sua preocupação sobre a matéria.

Mais uma vez, o manifesto eleitoral do PS, na Ilha Terceira, oficializado no site do PS na Internet, dizia:

“Proceder à reabilitação da via rápida, criando condições de segurança e de eficácia que compatibilizem a circulação de gado com veículos automóveis”.

Gostaria que o Sr. Secretário me explicasse o que é que vai ser feito lá, ou então se é mais uma promessa que não vai ser cumprida.

Noutro âmbito, o Sr. Secretário Regional declarou que as obras públicas sobre a sua alçada, seguiriam vários vectores fundamentais, entre eles o da eficiência administrativa, a fim de evitar os contenciosos consequentes. Nessa medida, gostaria que me explicasse como é que justifica os contenciosos, os quais passo a enumerar:

- Via da Feteira com os Ginetes;
- Escola Secundária da Lagoa;
- Variante a Ponta Delgada;
- Ligação Ponta Delgada/Capelas, onde o próprio Governo perdeu a acção no Supremo Tribunal Administrativo;
- Matadouro de São Jorge, onde pagou uma indemnização por anulação da adjudicação;
- Matadouro de São Miguel, indemnização à Normaçoires; entre outros.

Finalizando, Sr. Secretário Regional, V. Exa. em declarações suas, condenou os procedimentos dos Governos do PSD, designadamente por recorrerem à consignação antecipada. Chegou ao ponto de os considerar deploráveis. Gostaria que o Sr. Secretário explicasse, porque deixou entender que eram deploráveis na medida em que já utilizou o mesmo procedimento designadamente para a empreitada de execução do aqueduto e reconstrução da estrada regional dos Fenais da Ajuda.

Eram estes os esclarecimentos que gostava de obter.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte.

Deputado João Ponte (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é o respeito que o Sr. Secretário tem por esta Assembleia. Eu peço esclarecimentos e o Sr. Deputado é que responde. Eu já estava à espera!

O Orador: Acho que o cozido fez-lhe mal.

Quando se fala em estrada alternativa à Ribeira Quente, é bom que não se esqueça os investimentos que já foram realizados por este Governo Regional naquela freguesia que totalizam 5 milhões de contos, pelo menos foi esse o valor que eu percebi até ler a imprensa de antes de ontem, que os senhores gostam muito de citar, em que se refere que o investimento ultrapassa os 8 milhões de contos. Se calhar está aqui a explicação para os milhões que a “porca comeu na Terceira”.

Como se sabe, esses investimentos que foram feitos na Ribeira Quente, foram aplicados essencialmente na construção do porto da Ribeira Quente, na protecção da orla marítima, na habitação, na repavimentação de estradas e na reposição das condições naturais, na sequência das calamidades.

Por via destes investimentos é preciso não esquecer que vão existir duas vias alternativas à Ribeira Quente, uma por mar que é o porto, e uma por ar, que é o heliporto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa já existia há um ano!

O Orador: Outra questão que é preciso frisar aqui, é que só faz sentido falar-se numa via alternativa no caso de situações de emergência, porque a actual via que liga a Ribeira Quente não está saturada do ponto de vista de circulação automóvel.

Este Governo, não estando contente com duas vias alternativas, está a preparar mais uma via alternativa à Ribeira Quente através da povoação da Zona do Agrião. Este é um empreendimento que vai ser ainda executado no âmbito deste Plano de 2001.

Como se pode verificar, este Governo Regional executa mais do que promete. Prometeu uma via alternativa para a Ribeira Quente e vão existir três.

Portanto, quanto à Ribeira Quente, estamos falados.

Em relação às acessibilidades ao Nordeste, eu nunca vi o Sr. Secretário anunciar a execução de 16 pontes para o Nordeste, mas ele depois poderá confirmar.

No que se refere às acessibilidades para o Nordeste, é necessário dizer-se que este Governo Regional encarou de uma forma inovadora e integrada, a questão das acessibilidades ao Nordeste, coisa que os senhores no passado nunca tiveram coragem de fazer e é isto que é preciso dizer.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Nesta medida, o Governo lançou um concurso para o estudo do acesso ao Nordeste e esse estudo aponta para uma redução de 16 quilómetros no encurtamento da distância entre os Fenais da Ajuda e o Nordeste, daí a confusão do número 16, deve ser na redução do encurtamento,

Era apenas isto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, eu pretendia de V. Exa. um esclarecimento sobre esta metodologia do debate, lembrando que numa das nossas anteriores sessões, o Sr. Presidente não permitiu a participação de um deputado desta bancada, porque a interpelação ao Sr. Secretário Regional tinha sido feita por um outro Sr. Deputado. Portanto, não era possível ele cruzar-se neste diálogo.

Pergunto ao Sr. Presidente, se mantém essa metodologia ou se ela foi alterada, porque o Sr. Deputado Clélio Meneses acabou de interpelar o Sr. Secretário da Habitação e a resposta veio de um Sr. Deputado.

Portanto, gostaria de saber de V. Exa. qual a interpretação que faz desta matéria e qual a metodologia deste debate.

Presidente: Com todo o gosto, Sr. Deputado.

Realmente eu fiz essa interpretação anteriormente. Posteriormente, houve uma conferência de líderes onde ficou esclarecido que as pessoas podiam inscrever-se

para fazer as interpelações que entendessem, ainda que cruzadas, desde que respeitassem os três minutos. É isso que está a ser seguido. As pessoas podem fazer os esclarecimentos que quiserem, podem pedir ou dar, desde que respeitem os três minutos.

Foi feita uma interpretação lacta deste dispositivo regimental e é assim que tem acontecido a partir do último plenário. Portanto, a Mesa está a cumprir com todo o rigor isso que foi definido em conferência de líderes.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

É com muito gosto que respondo às vossas perguntas, aliás, não é neste cenário que eu tremo das pernas. Não tremia antes, muito menos agora.

Em relação àquilo que já foi dito pelo Sr. Deputado João Ponte, gostaria de acrescentar que para cada um desses pontos, o Governo Regional tem respostas apropriadas. Desde logo, o investimento que está sendo feito na Ribeira Quente e as melhorias introduzidas por esse investimento, estão à vista e não merecem qualquer reparo e qualquer discussão.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Eu só falei na estrada!

O Orador: Mesmo se não se entendesse as alternativas que foram criadas em termos de segurança com as obras que foram feitas, quer o porto, quer o heliporto, poderia informar a câmara que esses assuntos que às vezes saem ao Domingo no jornal, como se fossem uma grande coisa, numa coluna chamada “Maria Corisca”, se julgam que isso significa uma grande novidade para nós, não significa.

Entre a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas há um acordo com a Câmara Municipal da Ribeira Grande para se fazer uma estrada alternativa de 2 quilómetros, pela zona do Agrião. Essa obra vai começar este ano.

Entretanto, procedeu-se aos estudos por um Gabinete chamado COBA, com o levantamento aerofotogramétrico feito pela força aérea, para ver se era possível fazer

essa estrada alternativa no interior da ribeira, mas adoptou-se a posição de se rasgar uma estrada pela Zona do Agrião até à estrada regional. Ainda este ano, quando o tempo melhorar, essa estrada começará a ser rasgada. É menos um assunto que a “Maria Corisca” terá nos próximos jornais.

Outra coisa que também é recorrente nesse jornal, são as famigeradas 16 pontes, que eu não sei quem é que as descobriu, mas sei e isso já foi dito aqui com toda a propriedade, que o Governo Regional fez aquilo que mais ninguém teve coragem de fazer até agora, ou seja, fez um estudo das acessibilidades ao Nordeste.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Açoriano Oriental, 13 de Janeiro!

O Orador: Esse estudo é composto por 6 propostas que já recebemos e já escolhemos a melhor proposta que é aquela que preserva a actual estrada regional, por questões de turismo e lazer, e cria uma outra estrada de 16 quilómetros o que vem encurtar muito essa distância.

Essa estrada vai começar nesta Legislatura e o Governo Regional vai fazer mais uma vez nessa área, deixando a sua marca como já deixou em muitas outras coisas.

Deputado João Cunha (PSD): História triste!

O Orador: Gostaria também de dizer que em relação à variante Ponta Delgada/Lagoa, não se preocupem, porque a obra está consignada, começa no próximo mês de Maio, se não houver nenhum problema com o empreiteiro, tem um prazo de execução de 3 anos e, independentemente dessa dotação, o Governo Regional está a estudar outras formas de financiamento que durante este ano serão definidas. Se houver necessidade de reforçar essa acção no próximo ano, ela será reforçada.

Nós não lançamos obras sem terrenos e sem dinheiro para as lançar, no sentido de que a adjudicação leve muito tempo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor acabou de dizer!

O Orador: Isso era a vossa prática.

Também não fazemos aquilo que se fazia antigamente e que foi aqui referido. As consignações antecipadas são aquelas que os senhores deixaram, por exemplo, na Resolução 76/93, de 5 de Agosto...

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Já caducou!

O Orador: ... em que autorizaram a consignação antecipada da obra sem prejuízo posterior da subcomissão a contrato pelo Juiz do Tribunal de Contas.

Nesta altura é que era ilegal fazer a consignação antecipada. O Sr. Deputado que é jurista devia saber que agora não é, porque há legislação recente que permite a consignação antecipada. Esta é a grande diferença.

Eu não sei como é que um jurista vem dizer — perdoem-me a expressão — um disparate desta natureza aqui.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Das duas uma: ou conhece a legislação ou então não a conhecendo é melhor não proferir essas afirmações, sobretudo com esses “rabos de palha” que têm. Gostaria também de dizer que não há, em matéria de obras públicas, problemas com o contencioso, a não ser aqueles que os senhores nos deixaram.

O caso de Ponta Delgada/Capelas e também o da 2ª circular, foi deixado pelos senhores. Já agora, porque eu gosto que haja memória social e histórica e porque gosto que ela seja refrescada, eu conto-vos por que é. No caso de Ponta Delgada/Capelas, foi um processo sujeito a recurso — penso que o Sr. Deputado não está contra os recursos que as empresas possam fazer em termos administrativos, porque é para isso que existem essas entidades.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor também é que disse isso. O senhor não sabe o que diz!

O Orador: Sei, sim senhor.

Gostaria de vos dizer que essa obra foi adjudicada sem razão a uma empresa, por um único motivo, ou seja, de que essa empresa teria que ganhar, porque havia um contencioso com outra.

Quando nós chegámos ao Governo, verificámos que isso não era nenhum critério de adjudicação. Não se pode deixar de adjudicar uma obra ao Governo, porque o Governo tem um contencioso com outra. Automaticamente ela foi adjudicada à empresa Jaime Ribeiro e antes estava adjudicada à Marques. A Marques entendeu que havia de meter recurso contencioso.

O problema foi das comissões de análise de propostas e de toda a trapalhada que foi feita nessa altura. Nós recebemos em 96 e fizemos aquilo que estava de acordo com a comissão de análise de propostas.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que terminasse porque já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Aliás, a comissão de análise de propostas teve uma coisa “sui generis”, um dos indivíduos da Comissão saiu dela para não poder vincular-se a uma decisão que tinha sido politicamente imposta pela tutela.

Há muitas coisas deste género que eu sei e há uma história de autonomia que todos nós sabemos também.

Deputada Berta Cabral (PSD): Faça provas disso, como diz o Sr. Secretário da Agricultura. Quem acusa tem que provar!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:

Deputado Dionísio Sousa (PS): Joaquim Maria!

O Orador: O Sr. Presidente dá-me licença para eu fazer um aparte descontável no meu tempo, mas com o microfone aberto?

Sr. Deputado Francisco Sousa, Dionísio de Sousa, peço perdão — é o primo — eu já lhe disse a algumas sessões atrás, que os dislates e as observações diletantes do senhor, não me preocupam nada. Incomodam muitos membros da sua bancada, muitos camaradas seus, a mim passam-me ao lado.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O Joaquim Maria incomoda muita gente!

O Orador: Digo-lhe mais Sr. Deputado. O senhor começa a revelar sintomas preocupantes. Fico-me por aqui porque ainda o considero com inteligência suficiente para perceber o que é que eu estou a dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Dê-se ao respeito, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:

O Açoriano Oriental do dia 13 de Janeiro de 1999, trazia este grande título. Numa página interior estava o senhor pomposamente em grande destaque numa fotografia, acompanhado dos seus adjuntos, no meio de duas ribeiras para as bandas do Nordeste.

Debaixo do seu grande sobretudo, disse o Sr. Secretário: “Até final deste ano será lançado o concurso para o projecto de construção da primeira ponte que vem encurtar em 1300 metros a distância ao concelho do Nordeste.

A ponte com 100 metros de altura, será construída sobre a Ribeira da Salga (a tal onde o senhor estava) que divide o concelho do Nordeste, do concelho da Ribeira Grande.”

Mais à frente refere: “são necessárias **16 pontes** niveladas por linha de água...”.

“A obra constitui, segundo José Contente — passo a citar o Sr. Secretário — o *interface* (que bonita palavra para os nossos ouvidos) entre os dois concelhos.

Vai ser executada a partir de 2000. A Secretaria Regional já possui o montante necessário para a feitura do projecto, para a construção de um viaduto que simbolicamente começará a encurtar o caminho entre a Ribeira Grande e o Nordeste. A partir daí vai avançar paulatinamente para os projectos dos restantes viadutos que dependerão do dinheiro disponível, nomeadamente na Agenda 2000”.

As 16 pontes foram anunciadas, pelo senhor, nesta altura.

Se isto é mentira, recomendo-lhe que o seu assessor de imprensa, que por sinal até é do quadro do Correio dos Açores, trabalhe mais, porque é para isso que é pago, através do Orçamento da Região que é constituído pelos impostos de todos nós.

Deputado João Cunha (PSD): Essa ponte de 100 metros já caiu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Ponte:

Eu penso que deve ter utilizado os conhecimentos que tem como Director da Norma — não sei se estou certo ou não, mas se estou devia esclarecer esta Câmara sobre esse assunto — ou então como candidato à Câmara da Lagoa. Deverá ter sido nalguma destas situações, porque eu interpelei foi o Sr. Secretário Regional.

Em relação ao Sr. Secretário Regional julgo que utilizou a tática habitual, useira e vezeira deste Governo e de alguns membros da bancada do PS, ou seja, a tática intimidatória e personalizada que é reveladora do nível que vem manifestando.

Também ficou claro na sua intervenção que, no que concerne à consignação antecipada, eu não fiz nenhum juízo de valor jurídico, apenas citei as suas palavras e uma consideração sua. O senhor é que considerou de deplorável. Eu não considerei nem legal nem ilegal.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): É deplorável, porque é ilegal!

O Orador: Se não se recordava do que é que disse, eu lembrei.

Também ficou aqui claro que a variante Ponta Delgada/Lagoa, vai arrancar, segundo as suas palavras e vão encontrar meios financeiros para concluir a obra. Foi o senhor que afirmou isto e o resto ficou sem resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às pontes, o problema está mais que resolvido. Efectivamente, esse estudo já está pronto e o projecto entre os Fenais da Ajuda e o Nordeste já existe. Ele tem algumas pontes e viadutos.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Já temos pontes, já há pontes outra vez!

O Orador: Sempre teve pontes. Os senhores é que inventam pontes, mas não ganham nada com esse tipo de linguagem.

De resto, eu não sei quais são os outros esclarecimentos que o Sr. Deputado Clélio Meneses quer,...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Eu fiz-lhe 6 perguntas!

O Orador: ...porque o que foi criticado e continua a ser, é que era ilegal, à luz da lei, a consignação antecipada. Agora não é. A única coisa que foi criticada foi exactamente isso e isso está exarado nas resoluções que os senhores deixaram. Aí não sei qual é o vosso trame.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E as outras perguntas ficam por responder!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:

Para que os jornais não voltem a mentir sobre o que o senhor diz, faça o favor de esclarecer quantas pontes tem o estudo que acabou de referir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu terei muito gosto, quando o Governo Regional decidir qual a proposta que acha mais conveniente, fazer chegar ao conhecimento dos Srs. Deputados, nomeadamente através de requerimento.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal para uma intervenção.

Deputado João Cunha (PSD): Uma intervenção de um atirador de artilharia. Agora é preciso ter cuidado!

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando a 9 de Julho de 98 a natureza traiçoeiramente castigou de forma brutal as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, os 5 municípios então sinistrados ainda não dispunham dos necessários instrumentos de ordenamento do território, designadamente dos Planos Directores Municipais e dos Planos de Urbanização, o que veio, naturalmente, a criar situações bastante complexas em termos da gestão do território e da sua compatibilização com a exigência de respostas urgentes para acudir aos interesses dos muitos sinistrados.

Além disso, a ausência de estudos de natureza geológica, devidamente actualizados, veio complicar ainda mais esta situação.

Felizmente hoje estamos num patamar perfeitamente diverso, com algumas destas Câmaras já municadas dos adequados meios de planeamento e de ordenamento, o

que veio tornar mais fácil e transparente o relacionamento entre a administração, seja ela regional ou local, os projectistas, os sinistrados, os compradores e os vendedores de terrenos e os promotores de loteamentos.

Por outro lado, parece que também já se logrou ultrapassar a fase, do que me pareceu ser de algum fundamentalismo, das inúmeras zonas de risco, tendo-se conseguido chegar a soluções que, sem porem em causa a segurança das populações, dão resposta aos interesses dos sinistrados e às opções de planeamento das Câmaras.

Estamos hoje, portanto, com uma moldura legal bem definida, onde o poder discricionário e a sempre invocada Lei do Bom Senso cada vez têm menos oportunidade de serem exercidas, o que é indiscutivelmente muito bom para todos.

No que concerne à elaboração de projectos particulares, penso não faltar à verdade se disser que, antes do sismo, apenas uma percentagem muito reduzida era da autoria de arquitectos e que, de entre os restantes, subscritos por engenheiros, a esmagadora maioria não era, na fase de elaboração, nem acompanhada nem supervisionada por eles, sendo, por isso, o grosso deste bolo dominado pelos desenhadores.

Com a contratualização dos diversos gabinetes, que operam hoje nas ilhas do Faial e do Pico, assistiu-se a uma alteração radical desta prática, porquanto o número de arquitectos e engenheiros envolvidos no processo de elaboração de projectos particulares é tão elevado que não tem qualquer hipótese de comparação com situações vividas anteriormente.

Daí que seja legítimo afirmar que, por esta via e com esta deliberada opção do Governo Regional, a qualidade dos projectos naturalmente que melhorou bastante, o que, em última análise, significa mais qualidade, mais segurança e mais conforto para as populações visadas.

A concretização deste desiderato passa obviamente por uma fiscalização mais qualificada e, por via disso, mais incómoda para os construtores, o que também não era hábito e felizmente tem vindo a acontecer.

Estou profundamente convencido que as queixas que se têm verificado nesta área também vão ser ultrapassadas nos tempos mais próximos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É hoje bem visível — e devidamente apreciado! — o novo ritmo que a reconstrução está a atingir no Faial e no Pico.

Com todos os defeitos que esta metodologia possa ter, não tenho qualquer dúvida em afirmar que, se não fosse esta tão grande intervenção governamental, o processo de reconstrução estaria a ser ainda mais complicado, mais demorado e mais doloroso.

Disso são prova, por exemplo, os casos de adiantamentos a mestres e a empreiteiros que ou já desapareceram ou não cumprem com o que se comprometeram.

Todavia, este processo merece ser continuamente aperfeiçoado e é importante dar uma resposta aos sinistrados dos 2º e 3º escalões, que não podem resolver os seus problemas por administração directa, bem como àqueles outros que, sendo comodatários ou arrendatários, têm direito a uma casa, mas que não têm terreno para tal.

Confio, por isso, que, à semelhança de outras evoluções já verificadas neste processo, também aqui será possível progredir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para além dos avultados prejuízos causados nas habitações das cerca de 3.200 famílias sinistradas, muito apreciáveis foram também os estragos provocados no património religioso propriedade da Diocese, nos cemitérios rurais, nos equipamentos educativos e de assistência social, nos estabelecimentos comerciais, nas infraestruturas portuárias, nas estradas, nos caminhos agrícolas, nas pontes e pontões, nos muros de suporte e nas obras de arte.

O PMP, no que ao sismo diz respeito, prevê para os próximos 4 anos investimentos na ordem dos 22,5 milhões de contos distribuídos por diversas Secretarias Regionais, cabendo naturalmente à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos a fatia mais significativa, com uma dotação de 20,7 milhões de contos.

A verba sobrança encontra-se repartida por várias Secretarias, merecendo menção o montante de um milhão de contos afecto à Secretaria Regional da Educação e

Cultura e que se destina ao cumprimento dos protocolos com as diferentes comissões fabriqueiras das igrejas sinistradas no Faial e no Pico.

Na semana passada teve-se conhecimento que o orçamento inicialmente previsto para estas intervenções tinha disparado para o dobro.

Trata-se de uma situação inesperada que vai naturalmente ser cuidadosamente estudada nas suas múltiplas implicações e que, dentro da hierarquização das prioridades estabelecidas, será contemplada com a melhor solução possível.

A distribuição temporal destes 22,5 milhões de contos é bastante equitativa, estando previstos para 2001 seis milhões de contos, para 2002 e 2003 cinco milhões e meio de contos em cada ano e para 2004 cinco milhões e trezentos mil contos, o que, tendo em conta o valor global do PMP, não deixa de ser uma verba muito significativa que evidencia bem a vontade política deste VIII Governo Regional de resolver com qualidade e celeridade este inquietante problema.

Para isso, reafirmo, uma vez mais, o meu propósito e a minha disponibilidade para, com denodo e coragem, continuar a trabalhar no sentido da sua mais justa solução, mesmo que, para tal, tenha que assumir, como já o fiz no passado, posições menos cómodas.

A terminar, faço votos muito sinceros para que estes 22,5 milhões de contos sejam efectivamente bem gastos nos próximos 4 anos, por forma a que venhamos a ter orgulho da obra realizada e possamos encarar com mais tranquilidade e confiança as inevitáveis crises que ciclicamente nos hão-de bater à porta.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Renato Leal.

O Governo, como anunciou há relativamente pouco tempo, já fez o estudo do número e das condições sócio-económicas dos agregados dos 2º e 3º escalões, que estão pendentes. No Faial temos no 2º escalão 85 casos e no 3º temos 32.

A partir de agora há condições para começar a trabalhar, em termos de empreitadas em relação a este problema que tem sido levantado, com dados mais fidedignos.

Era esta a informação que gostaria de deixar aqui.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A principal constatação que se tem ao analisar os documentos em apreço, é a de que se está perante uma repetição. Mas, infelizmente, uma repetição em câmara lenta.

Efectivamente, os documentos em análise acabam por assumir de corpo inteiro o dois caracteres típicos do estilo da governação socialista: prometer e não cumprir e agir sem critério.

Falando, em particular, na Ilha Terceira, constata-se que a aposta eleitoral do PS, em 1996, assentou no evidenciar das necessidades e dos problemas locais, apresentando-se, passo a citar, “descomprometida com o passado, de mãos limpas”, fazendo aquilo que, na altura, chamaram de “contrato com os terceirenses”, “assumindo”, continuo a citar, “o compromisso de, no caso de vencermos as eleições, o cumprirmos escrupulosamente. Como são medidas concretas, será fácil, depois, aos eleitores avaliar o nosso desempenho”. O cabeça de lista, então independente e, logo depois, socialista assumido e membro do governo, afirmava, na altura, que o dito contrato era, e volto a citar, “mesmo um contrato e os contratos são para se cumprirem”.

Subsecretário Regional Parlamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): 6-3!

O Orador: O Sr. Secretário é que disse!

Os senhores disseram isto e se isso vos incomoda estão a manifestar claramente. Pensei que ia incomodar, mas julguei que não ia ser tão evidente.

A representação parlamentar socialista da Terceira da altura afirmava que, volto a citar, “as verbas inscritas nestes Planos são de facto para serem gastas nos

respectivos programas e acções. É essa a nossa profunda convicção”. Rematando com a sábia divisa: “Quem cumpre o que promete, a mais não é obrigado”.

Infelizmente, para os terceirenses, o tal contrato não foi cumprido. Os investimentos e obras então prometidos voltam a ser repetidos nos documentos em análise, muitos deles com dotações insuficientes para a respectiva concretização.

Sem pretender ser exaustivo, vou elencar algumas das situações que me parecem significativas do desleixo e desrespeito que tem sido destinado à Ilha Terceira pelos Governos socialistas.

Quanto ao matadouro Industrial, depois de prometido e assumido, torno a citar, “como uma das grandes prioridades da Terceira” em 1996 e de referido, novamente, em 2000, constata-se que apenas estão previstos 50.000 contos em 2001. De certo, será para o lançamento de uma perspectivada nova actividade dos Governos socialistas: o lançamento das 2^{as} pedras.

No que concerne ao estratégico sector das pescas e, perante a precariedade das infraestruturas existentes que necessitam de urgentes intervenções, designadamente, nos Portos da Praia da Vitória, São Mateus, Biscoitos, Porto Judeu e Vila Nova, constata-se a irrisória dotação de 52.500 contos para 2001 e 46.500 contos para os restantes três anos.

Relativamente ao Turismo, nada de substancial se prevê quanto a investimentos estratégicos, sendo que a Ilha continua fora dos principais circuitos turísticos da Região, vendo continuamente as rotas da Sata serem desviadas em claro prejuízo dos seus interesses. Neste âmbito continua a não estar prevista qualquer acção relativamente ao Porto de Recreio da Praia da Vitória, ao Miradouro da Serra do Cume ou à frente urbana da cidade da Praia da Vitória.

As estradas não andam por melhores caminhos, continuando a assistir-se à falta de critério deste Governo e ao incumprimento das respectivas promessas. Tendo em conta que a construção de novos troços de estrada promove o crescimento e o desenvolvimento, conclui-se que a Ilha Terceira está fora dos planos de desenvolvimento da Região por parte do Governo Socialista. De facto, em relação a 2001 e numa dotação global de 1.380.000 contos, apenas estão previstos para a

Terceira 20.000 contos (1,4%). Sendo que, neste domínio e nos próximos quatro anos, apenas estão previstas duas acções para a Ilha Terceira: a Variante da Estrada Regional de São Carlos e o último troço da Via Rápida a arrancar apenas em 2003, depois de previsto desde 1997.

Quanto à Estrada Lajes/Santa Bárbara, e depois de o Governo Regional ter assumido em comunicado oficial que a obra estaria concluída em Agosto de 1998, constata-se que a obra ainda não terminou, não se percebendo como é que está também prevista uma acção distinta para o mesmo objecto, com a repavimentação da ER 1-1ª Santa Bárbara/Serreta (7,4 Kms).

A prometidíssima Estrada Lajes/Praia da Vitória apenas prevê o lançamento do respectivo concurso em 2001.

No mesmo rumo de inacção, nada se prevê quanto à reabilitação da Estrada de Santa Margarida, no Porto Martins.

Apesar de prometida, no manifesto eleitoral do PS para a Ilha Terceira, passo a citar, “a reabilitação da via rápida, criando condições de segurança e de eficácia que compatibilizem a circulação do gado com os veículos automóveis”, nada se prevê, já tendo o membro do governo responsável pelo sector assumido que também esta promessa não era para cumprir.

No que respeita a infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários, o sinal mantém-se.

Apenas se prevê o início da obra da Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória para 2002.

Continua a aguardar-se a grua e o rebocador para o porto da Praia da Vitória, havendo preocupantes notícias de se manter a triste estratégia de mendigar equipamentos de refugio aos Estados Unidos da América.

A Aerogare Civil das Lajes, sendo a primeira face da Ilha Terceira e servindo um Aeroporto Internacional, continua com as suas prementes obras comprometidas com as irrisórias verbas de 15.000 contos em 2003 e 30.000 em 2004.

No sector da Saúde, e perante uma das poucas obras realizadas por Governos do PS na Terceira, suscitam-se dúvidas perante a constatação de que a conclusão dos

investimentos relativos ao Centro de Saúde da Praia da Vitória apenas ocorrerá em 2003.

Perante as dotações previstas para o novo Hospital de Angra do Heroísmo, resta a certeza de que a obra não será concluída no presente mandato.

Quanto às obras de beneficiação e remodelação do Hospital de Angra, parece que quando o representante parlamentar do PS da Terceira em 1997 afirmou que, passo a citar, “com os 975 mil contos orçamentados, irá ter a ampliação e reparações que se impõem”, terá visto mais uma vez as suas legítimas expectativas goradas pelo incumprimento do Governo.

Significativo é o que se passa, ou não se passa, ao nível das construções escolares.

O início da construção da Escola 2,3 de Ensino Artístico de São Carlos apenas está previsto para 2002, depois de o Governo ter lançado a primeira pedra em 2000, em claro sinal da demagogia e eleitoralismo que o afecta intrinsecamente.

As grandes obras de reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, que constituíam uma das principais bandeiras do PS na sua campanha eleitoral de 1996, só arrancarão previsivelmente em 2002, não ficando concluídas antes de 2004.

Isto depois de o PS prometer no seu manifesto eleitoral para a Ilha Terceira, cujo cabeça de lista é o responsável pelo sector, que os investimentos seriam concluídos.

As Escolas da Serra de Santiago e Porto Martins, apesar de inscritas desde 1999, só vêm o início das respectivas construções previsto para 2002.

As Escolas E/B 2,3 do Ramo Grande e Ferreira Drumond, têm sido bastas vezes noticiadas pelo Secretário Regional da Educação como se já fossem obra concluída.

O PS no seu manifesto eleitoral para a Terceira, tendo como cabeça de lista o responsável pelo sector prometia, repito e passo a citar, “**construir e pôr em funcionamento**” as ditas escolas.

O certo é que as respectivas obras não terão início sequer antes de 2004, sendo impossível, mais uma vez, o cumprimento das promessas feitas.

No mesmo sector nota-se a ausência das necessárias obras para as novas instalações desportivas da Escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

Na mesma senda de prometer e não cumprir, o PS mantém a desfaçatez de não prever sequer no Plano aquilo que prometeu há alguns meses atrás, no respeitante a Equipamentos de apoio a Idosos, Infância e Juventude.

Assim, depois de o PS prometer no seu manifesto eleitoral para a Ilha Terceira, volto a citar “ a construção de um Centro de Cuidados Geriátricos (Enfermaria de Retaguarda) na Praia da Vitória” o Governo já se apressou em ... não cumprir a promessa, nada prevendo no P.M.P..

O mesmo acontece com a construção das Casas do Povo da Serreta e Doze Ribeiras, esquecidas poucos meses depois de prometidas.

Do mesmo modo, nada se prevê quanto ao anunciado Centro Comunitário das Lajes. Neste sector, não poderá deixar de evidenciar-se como grave que o Governo Regional dos Açores preveja para a Terceira, em 4 anos, apenas um investimento para idosos.

Ao nível da Protecção Civil e face à necessidade de construção de um novo Quartel de Bombeiros em Angra do Heroísmo, é com preocupação que se assiste apenas à previsão de remodelação do actual e apenas em 2004.

E nem sequer se pede Quartel de Bombeiros com piscina aquecida e galeria comercial...

Em relação a infraestruturas culturais, continua a notar-se a ausência expressa à recuperação de edifício para instalação do Museu do Trigo, ao apoio à construção do Auditório do Ramo Grande e à instalação da Rede de Leitura Pública, na Praia da Vitória.

Entendendo constituir, por outro lado, uma área fundamental da actividade política dos nossos dias e, nessa medida, serem sempre poucas as verbas que lhe são atribuídas, é com agrado que vejo a preocupação demonstrada pelo Governo Regional para com a Ilha Terceira no que respeita à Qualidade Ambiental.

De resto, merece o meu elogio, a forma como o Secretário Regional do Ambiente — que se ausentou, na onde de ausências, na sequência da minha intervenção, mas de qualquer forma merece o meu elogio — tem actuado neste início de mandato, servindo como sinal a forma descomprometida e responsável em como assumiu, com

a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o desenvolvimento do processo de planificação urbanística da Zona Litoral dos Biscoitos.

Para além do que fica dito e do muito que poderia ser acrescentado, finalizo evidenciando que os documentos em apreço nada prevêm, ainda, quanto a necessários e ambicionados investimentos estratégicos para a Ilha Terceira como são os casos do Parque de Combustíveis, do Projecto Geotérmico do desejado Complexo Multi-usos, entre outros.

Apesar do trabalho de casa dos Senhores Deputados do PS para tentar justificar a acção, ou inacção, do Governo, tudo o que se referiu atrás corresponde à realidade e está à nossa apreciação, não merecendo, obviamente, o nosso apoio e agrado.

O PS vem-se defendendo com a boca cheia de milhões que preenchem os Planos, mas com o estômago vazio, porque as obras não são feitas. É, de facto, difícil de engolir.

Quando se afirma que os orçamentos aumentaram de forma significativa e se constata que as obras continuam por fazer é sinal de que algo está mal. Isto é, que o **muito** dinheiro está ser mal gasto nas **poucas** obras.

Mais preocupante é quando o Senhor Secretário Regional das Finanças e Planeamento assume na apresentação dos documentos em discussão que vai seguir os mesmos objectivos, passo a citar, “que orientaram o VII Governo Regional”. O que só pode querer significar que a prática de prometer e não cumprir se vai manter. Como afirmava o citado manifesto socialista de 1996, tudo o que referi são de facto “medidas concretas” sendo “fácil”, por isso, “avaliar o (...) desempenho” do Governo Socialista.

Na terrível tendência do Governo açoriano se aproximar do Governo da República, já se começam a ver os representantes do Governo Regional dos Açores serem contagiados pelo ar dolorido e descolorido de Guterres apresentando aquelas que já vêm sendo as desculpas clássicas da governação socialista: por um lado, justificam os socialistas, os problemas não aumentaram, os cidadãos é que estão mais exigentes e, por outro lado, o problema é a herança recebida dos anteriores governos.

Se não fosse para resolver os problemas, se não fosse para gerir as heranças recebidas não era preciso governo.

Ao contrário do que se pretende ansiosamente fazer crer, o PS e este Governo já têm Passado de Governação, pouco se vê no Presente e o Futuro, infelizmente, não se vislumbra prometedor.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Vamos ver se nos conseguimos entender de uma vez por todas.

V. Exa., a página tantas, começa por referir, no seguimento daquilo que os deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira já haviam feito em conferência de imprensa, que não vislumbra qualquer tipo de investimento estruturante e potenciador do desenvolvimento para a ilha.

Pegando — já que V. Exa. gosta tanto de pegar em documentos — no manifesto do Partido Social Democrata para a Ilha Terceira referente às eleições de 2000, em 11 medidas concretas que propõem para a ilha, que eu suponho que entendiam como de desenvolvimento estruturante, 8 estão consignadas no Plano.

Das duas uma: ou V. Exa. não tinha qualquer perspectiva de desenvolvimento e de estrutura, ou é por não estarem contempladas 3 propostas vossas que o nosso programa deixa de ter

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os senhores é que ganharam as eleições, agora é que têm a responsabilidade!

O Orador: Além do mais, V. Exa. também está muito preocupado, quando fala na percentagem atribuída à Ilha Terceira, com aquilo que designaram por perca de peso político da ilha.

Há aqui um pequeno equívoco, um “lapsus linguae”. Quem tem vindo a perder peso político na Ilha Terceira é o PSD, não é a ilha, nem o PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Congresso do PS é na próxima semana, não é hoje!

O Orador: Além do mais, Sr. Deputado Clélio Meneses, V. Exa. — suponho, não quero crer que seja outra coisa — está mal informado quando refere na sua intervenção que em termos de equipamentos sociais há um conjunto de acções prometidas no manifesto eleitoral do Partido Socialista que não têm consecução prática no Plano e Orçamento.

O Sr. Deputado deveria saber — e suponho que sabe, equivocou-se por certo — que não constam no Plano, nem deviam constar, porque V. Exa. tem aqui o Relatório e Parecer da Comissão de Economia, onde vem anexado o relatório da Comissão de Assuntos Sociais — suponho que o Sr. Deputado Bento Barcelos tem assento — que no dia 5 e 6 de Março procedeu a audiências com vários secretários, nomeadamente com a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Conforme consta no anexo aqui produzido, na altura foi entregue aos membros da Comissão um documento igual a este, que são os investimentos na área de equipamentos sociais, cuja responsabilidade orçamental é da Segurança Social. Aí, V. Exa. pode encontrar a Casa do Povo das Doze Ribeiras, a Casa do Povo da Serreta e já agora acrescento também a reparação da Casa do Povo da Feteira, a remodelação do ACM, a remodelação e ampliação do prédio para a creche e casa de infância da Confederação Operária Terceirense, a reconstrução do Claustro de Acolhimento de São Gonçalo, a construção do polivalente...

Presidente: Sr. Deputado, receio que não possa continuar a ler a lista toda, porque o seu tempo termina.

O Orador: ... cujo investimento total e global são 555 mil contos.

Além do mais, se V. Exa. tivesse lido isto com atenção, ou tivesse tido atenção a afirmações já produzidas anteriormente, sabia que relativamente ao Matadouro e às Pescas, as verbas inscritas apresentam 15% da dotação total. Julgo que V. Exa. pode fazer essas contas novamente.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

Para terminar, o Conselho de Ilha, onde V. Exa. tem assento, na reunião do dia 20 de Fevereiro, aprovou por unanimidade — também consta deste relatório — um conjunto de indicações a apresentar ao Governo, daquilo que eram entendidos como os investimentos estruturantes para a ilha, sob proposta da Câmara de Comércio. Volto a repetir: esse documento foi aprovado por unanimidade no Conselho de Ilha, portanto, com o seu voto também.

Nessa altura, o Engenheiro Luís Dutra, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria, explicou-lhe claramente o que é que se passava com a questão da grua, do rebocador e do concurso que ia ser lançado.

Além disso, dos investimentos estruturantes apresentados pelo Conselho de Ilha, se V. Exa. fizer uma elencagem, mais de 95% deles constam do Plano e Orçamento e do PMP para a Ilha Terceira.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

De facto, os senhores olham mas não vêem, têm falta de visão.

A revista “Saber Açores”, de Janeiro de 2001, diz:

“Na Terceira surgirá o Hotel dos Franceses de 4 estrelas, na Serretinha, com 242 camas; a Quinta do Caracol com 200 camas; o Hotel do Fenal com 280 camas; a Albergaria Cruzeiro vai passar a hotel, o Hotel Teresinha, também vai ser ampliado. A Quinta da Nascente de Água passará de hotel de 4 estrelas, com mais 52 camas.”

Na mesma revista, vê-se o projecto da Quinta do Caracol.

Srs. Deputados, sinceramente, sofrem mesmo de falta de visão.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Mark Marques (PSD): As revistas de imprensa agora já falam verdade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Ontem, ouvimos aqui uma intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro do PP...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só não ouvimos a sua, porque mudou-se para esse lado

O Orador: ... a quem não coloquei qualquer questão e achei até legítimo que ele tivesse uma intervenção naquele estilo, porque o Deputado Alvarino Pinheiro nunca passou pela governação, não sabe se algum dia passará...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nem eu. Eu também nunca passei!

O Orador: ... por isso considero que teria legitimidade uma intervenção daquelas, da forma como ele próprio referiu, o PS até tinha também — confessando o que eu tinha nos tempos anteriores assumido — responsabilidades no Governo, pelo menos os deputados, e eu próprio era um deles, como ele aqui indirectamente quis focar no início da sua intervenção.

Acontece que essa legitimidade perde um pouco o sentido quando as pessoas que cometeram exactamente falhas muito mais gravosas e no mesmo âmbito, esquecendo-se completamente de certas obras incluídas em Planos de Médio Prazo que levaram 10 anos para dar início a elas, incluíram-nas e estiveram 4 anos sem gastar um escudo em determinadas obras, venham agora aqui, em termo de desobriga, ou quase numa espécie de vingança sobre aquilo que antes se dizia, com o mesmo tipo de argumentação e invocando as mesmas razões.

Sr. Deputado Clélio Meneses, se ninguém lhe disse na sua bancada quais as dificuldades que muitas vezes surgem na caminhada para a execução de determinados projectos, devia estar inteirado de que é assim que isso acontece.

Nós não reconhecemos nenhuma legitimidade a qualquer pessoa do PSD para vir pôr em causa algumas obras que se tenham atrasado, mas que vão ser executadas na Ilha Terceira, como o caso da estrada Lajes/Santa Bárbara e as escolas postas aqui em causa.

A Escola Francisco Ornelas da Câmara estava num tal estado, em 96, que na visita que os grupos parlamentares lá fizeram, um próprio Sr. Deputado do PSD, candidato em 96, desmaiou praticamente à entrada de uma sala de aulas. Essa situação foi pelo menos um tanto quanto reposta, fez-se algumas intervenções nessa altura e já foi aqui explicado o porquê do atraso da obra. Essa obra é para ser realizada, é para ser executada.

De facto, algumas dessas obras têm sofrido atrasos de alguns anos, mas vão ser executadas.

A estrada Lajes/Santa Bárbara, sabendo-se o que aconteceu com ela, conhecendo-se a verba gasta, o facto de faltar precisamente Santa Bárbara e Serreta, penso que não seria motivo para uma crítica tão feroz como aquela que aqui foi invocada.

É neste panorama que nós colocamos a nossa interpretação.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Gostaria de invocar aqui uma casualidade muito curiosa.

Pouco antes do PSD deixar a governação, não só pela não execução de planos, porque há muita coisa que tem a ver com o Governo e com a população e que não tem precisamente a ver com a execução física dos planos, a consequência foi dada no final do ano passado aquando das eleições. De facto, espanta-nos, como é que merecendo tanta crítica o mandato anterior deste Governo na Ilha Terceira, a resposta do eleitorado tenha sido aquela que foi. Isso surpreende-nos.

Talvez tenha a ver muito com as realizações dos planos de 94, 95 e 96, tendo atingido o ponto mais negativo no ano de 94, onde de uma dotação inicial de 4 milhões e 800 mil contos, acabaram por ser executados 2 milhões e 600 mil num ano, na Ilha Terceira. Uma execução de 46,9%, baixando para 11,8.

Quando hoje se critica as percentagens que estes planos têm trazido para a Ilha Terceira, é de nos colocarmos sobre que protestos é que se fazem tão ferozes críticas a planos desta natureza.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (que agora estão em plenitude no seu elenco):

Em relação às referências feitas pelo Sr. Deputado Francisco Barros, penso que preparou a sua intervenção com base no comunicado do PSD que de forma alguma coincide com a minha intervenção, daí ter feito referência a algumas coisas que eu nem referi. Veio com o trabalho de casa estudado.

A única percentagem que eu referi, não foi a que o Sr. Deputado mencionou, provavelmente estava desatento. A única que referi foi 1,4% de novos troços de estrada para a Terceira.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas isso é em 2001!

O Orador: Pelos vistos o senhor está satisfeito.

Em relação à Sra. Deputada Ana Paula Marques, que neste momento não se encontra na Sala, apenas fez referência a alguns investimentos privados, não respondendo também às questões que levantei.

Quanto ao Sr. Deputado Francisco Oliveira, de facto, esperava que todos os deputados da bancada do PS se levantassem, menos o Sr. Deputado. Pelo respeito que tenho por si e pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo dos anos em defesa da Ilha Terceira e da Praia da Vitória, por aquilo que tem dito ao longo dos anos, não esperava uma atitude dessas.

Faço lembrar que em 97, conforme citei sem referir o seu nome que nunca refiro pessoalmente mas como deputado, o Sr. Deputado referia, em tom crítico — não digo feroz como atribuiu a mim — do inventário das condições que tinha recebido, portos sem funcionar, estradas por acabar, escolas por iniciar, matadouro por construir, paquetes passando ao largo. De facto, esta é a situação actual, por isso não percebo por que é que criticava antes e agora acha que está tudo bem.

São posturas que revelam que não é tão cómodo estar em posições diferentes em tempos distintos.

De resto, a justificação já adivinhei no fim da minha intervenção. Adivinhava a justificação do passado, do passado e do passado. O passado é que tem culpa.

Finalizo como finalizei na minha intervenção, este PS e este Governo, têm passado de governação. Já podemos falar em governos socialistas no plural. Se calhar é um privilégio para os senhores, mas os açorianos não entenderão bem assim.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas um esclarecimento muito simples.

No que se refere ao rebocador, só quem esteve distraído é que não percebeu o que ocorreu. O concurso público foi lançado há duas semanas para aquisição do rebocador.

Quanto à grua, na próxima reunião do conselho de Governo vai ser lançado o concurso para aquisição da grua de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo.

Dentro de um ano estarão as duas coisas prontas na Terceira.

Em relação ao Parque de Combustíveis da Praia da Vitória, o projecto está na sua fase final, não é uma empreitada que vai ser feita pelo Governo, mas sim por privados.

Estão a realizar-se reuniões com os privados para se chegar à conclusão de como é que vai ser feito esse processo.

Em 2003 o Parque de Combustíveis da Praia da Vitória estará pronto.

Há outros investimentos feitos pela Secretaria Regional da Economia na Ilha Terceira que o Sr. Deputado esqueceu-se totalmente, desde a Marina de Angra do Heroísmo e do projecto do Plano Integrado da Baía de Angra que vai ter um avanço na Ilha Terceira e está avaliado em milhões de contos; o turismo, apesar dos sistemas de incentivos terem crescido, mostra que uma boa parte do desenvolvimento do turismo resulta da estabilidade do sistema de incentivos e da confiança que os empresários da Terceira têm nesse sistema.

Vai haver muito investimento na Ilha Terceira. Pelos nossos cálculos, o investimento na área do turismo, na Ilha Terceira, anda à volta dos 11 milhões de contos que coloca naquela ilha o dobro do número de camas.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O único investimento estratégico é a indemnização à marinha.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Nós temos aqui três documentos em análise. Temos o Plano para 2001, o Plano para 2001-2004 e o Orçamento da Região para o ano 2001.

Penso que não nos devemos limitar a observar ou a ler os números que são mais convenientes para uma visão pessimista, mas sim devemos ter uma visão abrangente dos próximos 4 anos.

O que é que vai acontecer nos próximos 4 anos?

De facto, eu concordo consigo. No ano 2001, na construção de novos troços de estrada, temos 1,4%, o que é pouco, mas ao fim de 4 anos, Sr. Deputado, temos 25% do investimento da Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Duas estradas!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Um metro de vala!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é para quem é mais baixinho!

A Oradora: Até podia ser em um, mas o que interessa é que é 25% do investimento da Região Autónoma.

Relativamente à energia e ao projecto geotérmico que vai ser realizado na Ilha Terceira, apenas queria dizer que já foi constituída a Sociedade Geoeléctrica da Terceira SA, e o projecto será retomado em 2001, estando previsto um investimento de 6,5 milhões de contos em energia.

Ao nível da perda de peso político vou tentar elucidar o que é que se passou, falando apenas em 8 anos, os últimos 4 e os próximos 4.

O que é que aconteceu?

Considerando o investimento previsto para a Terceira nos últimos 4 anos, tínhamos 20% do investimento total da Região. Para os próximos 4 anos temos 25%. Eu não estou a ver onde é que está a perda de peso político.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O trabalho de casa está bem estudado!

A Oradora: Eu penso que a população da Ilha Terceira deve ser devidamente esclarecida do que se passa e o que se passa é isto, nem mais nem menos!

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Já agora aproveito para invocar algo que a falta de tempo não me permitiu, ou seja, o grande investimento na área da agricultura feito na Ilha Terceira, como por exemplo, os caminhos, o abastecimento de água, a electricidade nalgumas explorações — não sei se os deputados do PSD costumam passar nessas zonas para observar essas circunstâncias — e tudo aquilo que se estende por toda a ilha, ao contrário do que antes se reduzia a um canteiro. Gostaria de invocar isso como uma das situações que depõem a favor deste Governo em relação a realizações anteriores.

Também gostaria de referir o grande investimento que está perspectivado quer para 2001, quer para os próximos 4 anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não estava para participar nesta fase do debate, no entanto, gostaria de deixar duas notas muito breves.

Eu julgo que na vida precisamos de ter uma conduta de humildade.

Tudo estava resolvido e muitas das críticas feitas pela minha bancada não teriam consistência se os ilustres deputados do PS, eleitos pela Ilha Terceira, e o Governo,

concordassem de forma humilde de que no mandato anterior, as promessas políticas feitas, não foram concretizadas em termos de obra visível e ao serviço das populações como o matadouro industrial, a nova escola de Angra, a grande remodelação e ampliação da escola da Praia, o projecto geotérmico, a rede de estradas interiores, a estrada regional Lajes/Santa Bárbara...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Que teimosia!

O Orador: ... o equipamento no porto oceânico, o parque de combustíveis, a nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra, a remodelação e ampliação do hospital de Angra, a nova praça do gado, que nem foi feita condignamente, a certificação da carne bovina e a aprovação de apoios à agropecuária. Bastava apenas isso.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Aquilo que vocês não fizeram em 20 anos!

O Orador: Fizemos uma reconstrução que foi modelo.

Apenas mais uma observação.

A vida partidária não deve ser trazida para aqui, mas foi, por isso deve ser dito com toda a humildade que o PSD perdeu eleições, perdeu apoio político na Ilha Terceira, sem dúvida. Mas o PS estando no poder, no final do seu primeiro mandato, perde 2070 votos, 2070 eleitores terceirenses que não lhe quiseram dar o seu apoio. Isso incomodou-vos muito. Na vossa estrutura socialista foi um motivo de grande debate. Só subiram em termos de deputados dado a ineficiência do sistema eleitoral e dada a abstenção.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Encerrado este debate, vamos passar à inscrição seguinte.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de me debruçar sobre os documentos, ora em discussão, permitam-me que faça uma breve reflexão sobre o processo que utilizamos para debater e votar os mesmos. Com o respeito pelos fundadores da nossa Autonomia, que encontraram neste processo a melhor forma de servir as populações dos Açores, encarrega-nos o tempo, e os novos desafios, de dar um passo em frente. Não faz sentido que no mesmo momento debatamos o Plano e debatamos o Orçamento.

Deputado José San-Bento (PS): A direita revolucionária!

O Orador: Daqui resulta o paradoxo a que a prática nos conduziu: em vez de estarmos a discutir, primeiro, o plano financeiro da Região, estamos a discutir o plano de investimentos. É como se tudo começasse ao contrário: em vez de estarmos a discutir as opções gerais para os Açores, sobre as quais o CDS/PP tem discordâncias de fundo, acabamos por começar por discutir a satisfação de interesses a colocar no Plano, o que deveria ser, evidentemente, uma discussão posterior.

Deputado Francisco Sousa (PS): Faça a proposta!

O Orador: Feita esta breve introdução, quero aqui dizer que é sobretudo em relação às opções gerais deste Orçamento que temos diferenças profundas.

Deputado Francisco Barros (PS): Ainda bem!

O Orador: Não sei, nem me importa saber se este Orçamento é mais ou menos parecido com os Orçamentos do passado, do vosso ou de qualquer outro passado. Sei apenas que este documento em concreto e aquilo a que nós, democrata-cristãos, sempre chamamos de orçamento socialista.

Obviamente, outra coisa não seria de esperar.

Como conservador acredito no valor da estabilidade política e este é sem dúvida um dos instrumentos essenciais à governação. Hoje, a quantidade de socialistas por metro quadrado nesta Assembleia, permite-vos a certeza dessa estabilidade.

Nem por isso, nós democrata-cristãos, deixamos de nos opor a este documento, nos princípios e nos propósitos.

Querer falar do Orçamento é abrir espaço a que se possa explicar nesta Casa, e desta à casa de cada açoriano que as tão apregoadas transferências do Estado, somadas às

não menos simbólicas transferências da União Europeia, todas juntas, pouco mais significam neste Orçamento do que metade das despesas correntes.

Este é um documento despista e não controlado. Consagra a reiterada má gestão dos serviços da Região e de algumas empresas públicas.

Acreditamos que a presença da Região na economia açoriana excede em muito o razoável, quanto mais o desejável. A Região Autónoma dos Açores é ainda monopolista onde deveria ser concorrencial, intervém de forma originária onde deveria intervir de forma supletiva e mantém funções caras e insuficientes onde não faz sequer sentido que esteja presente.

Mais do que privatizar, dos documentos estruturantes deveria resultar um pensamento estratégico açoriano.

Já é tempo de reforçar a constituição de sólidos grupos económicos, regionais, competitivos e autónomos, de modo a manter uma voz regional na condução da economia privada.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais do que isso, este é um orçamento que espelha a estagnação económica a que o próprio governo já se resignou.

A expectativa do aumento do IVA numa percentagem quase idêntica à inflação é bem reveladora de que nem os socialistas acreditam no crescimento da actividade económica.

Quanto ao plano apenas referir que a ligeireza do não cumprimento no passado, aliás bem demonstrada pelo líder do meu grupo parlamentar, aconselham a guardarmos a nossa conversa para daqui a quatro anos.

De qualquer forma não é demais sublinhar que nem ao Governo tem uma estratégia séria para os Açores.

Como muito bem apontou a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o desenvolvimento da actividade científica tem uma dotação idêntica ao somatório do desenvolvimento turístico e do desenvolvimento industrial.

Afinal de contas, apostamos no Turismo, apostamos na Produção Industrial, ou serão as grandes correntes científicas que dos Açores irão invadir o mundo e trazer prosperidade, esperança e bem estar a estas ilhas e a esta gente?

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acredito noutra política orçamental.

Nem sequer me oponho por ser oposição. Oponho-me por ser democrata-cristão.

Desta vez a esquerda pode derrotar os nossos argumentos, mas não vence as nossas razões.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Um pedido de esclarecimento.

Agora que teve oportunidade de nos demonstrar um pouco dessa doutrina da chamada direita revolucionária, perguntava ao Sr. Deputado— já que falou em questões institucionais que se prendem com a metodologia e funcionamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, órgão máximo do poder regional — se ainda defende a transferência da Assembleia Regional para São Miguel e, eventualmente, para Vila Franca?

Também gostava de referir que todos nós percebemos que o Partido Popular, na última campanha eleitoral, teve que recorrer ao seu presidente para vir dar uma ajuda na sua campanha eleitoral.

Sugiro ao Grupo Parlamentar do PP, nesta Assembleia, que faça um esforço, que trabalhe mais no sentido de ter outra reflexão no que diz respeito a soluções programáticas e até um discurso próprio do vosso partido.

Os senhores fazem novamente aqui uma nuvem, uma grande abstracção. Vêm para aqui falar num “monstro socialista”.

Devo dizer ao Sr. Deputado que quando começou a falar, os jovens que aqui estavam saíram, se calhar tem alguma coisa a ver.

(Risos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Também gostava de referir que o Partido Popular mais não fez, através da voz do seu ilustre deputado, do que transpor a questão que o seu líder aborda no plano nacional, chegando mesmo ao ponto do Sr. Deputado defender empresas regionais fortíssimas que podem concorrer no plano nacional. Foi precisamente o que o Governo fez em relação à Sata Internacional.

Era apenas isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo é pouco e torna-se cada vez menos para gastar consigo.

Gostaria apenas de lhe dizer que em relação às ideias que defendo ou deixo de defender, ao menos tenho ideias para defender.

Deputado José San-Bento (PS): Não me interessam as suas ideias!

O Orador: Também gostaria de dizer que em relação ao meu trabalho, são os meus eleitores e os meus militantes que avaliam esse trabalho.

Olho para os seus e não falo.

Deputado José San-Bento (PS): Sabe do que falo, dos seus 4 rapazes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu não quis voltar a abordar aqui um tema que é extremamente embaraçoso e que julgo, inclusivamente, que não dignifica esta Assembleia e muito menos o seu partido...

Deputado Paulo Gusmão (PP): É. É preciso tirar a gravata!

O Orador: ... ou seja, a forma como os senhores conduziram as últimas propostas de resolução, em que na Comissão de Assuntos Sociais remeteram para plenário a vossa posição e na altura em que elas foram votadas aqui, não estavam. Isso diz

muito em relação ao trabalho que os senhores exercem, isso diz muito em relação aos valores que o senhor defende e não pratica: o rigor, a disciplina e as regras.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito bem. Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem, Sr. Presidente?

(Risos da Câmara)

Presidente: Muito bem, Srs. Deputados, foi no sentido de terem terminado os esclarecimentos.

Naturalmente que o Presidente de uma forma isenta não saúda as intervenções dos Srs. Deputados, embora às vezes apeteça, mas não foi o caso concreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Escola, e nomeadamente a Escola Pública, deve ser assumida como um projecto de formação plena dos indivíduos que constituem uma determinada sociedade. Espaço privilegiado de socialização, é na Escola que os indivíduos se tornam pessoas, adquirem conhecimentos e atitudes, estabelecem relações entre si e ganham autonomia, espírito de crítica, capacidade de intervenção e potencialidades para fundarem uma sociedade verdadeiramente democrática.

A organização Escola reflecte sempre as finalidades políticas de quem gere os destinos colectivos. Numa sociedade democrática, só é defensável a existência de uma Escola inclusiva e integradora das diferenças (culturais, linguísticas, étnicas, etc).

Depois de quarenta e oito anos de ditadura, durante os quais a Escola cumpriu uma vontade política de impor o marasmo cultural, na certeza de que a ignorância ou o conhecimento limitado coarctam a criatividade e a contestação, a Escola dos nossos dias tem que assumir o seu papel de despertar saberes, conhecimentos, que permitam a investigação e o acesso às tecnologias modernas.

Temos como certo que toda a dinamização social depende das mentalidades. Toda a vida económica, social, cultural e desportiva de uma sociedade depende do quadro mental dos seus membros. E, na base da formação dessas mentalidades, nomeadamente na capacidade de adaptação à mudança, está a Escola.

Numa Região com as características da nossa, em que a dispersão e o relativo isolamento favorecem uma maior rigidez nesta adaptação à mudança e à contemporaneidade, entende o PCP que o sistema educativo regional terá que assentar em pelo menos duas traves mestras:

— em primeiro lugar, Escolas de qualidade, dotadas de meios técnicos e humanos que possibilitem o cumprimento pleno da sua função;

— em segundo lugar, um projecto global e integrado de Educação.

É com tristeza e preocupação que constatamos que na maioria das ilhas ainda há muitas omissões no que respeita à existência de Escolas, que muitas das Escolas existentes não possuem apetrechamento técnico e humano suficiente, que falta um projecto global de Educação, mais do que uma mera compilação de legislação avulsa, de remedeio, sem consistência no que respeita a princípios e finalidades.

O Plano para a Educação, nos Açores, assenta numa concepção de Carta Escolar que, em termos de modelo global, está construída sobre princípios "a priori" válidos, mas cujo processo e concretização são obviamente contestáveis.

No momento presente, não podemos deixar de lembrar ao Governo essa contestação, que abarca professores, alunos e encarregados de educação.

Como não podemos deixar de lembrar os efeitos negativos para a Educação de vários factos, dos quais se destacam:

— O voto de protesto aprovado na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, relativamente à Escola da Levada e à não intervenção na EB 2/3, Roberto Ivens, contrariando o que estava consignado na Carta Escolar;

— A deliberação, tomada por unanimidade na Assembleia Municipal do Nordeste, reclamando e exigindo a dotação no Plano, já para o corrente ano, que permitisse o início das obras na Escola Básica Integrada do Nordeste;

— O atraso na construção da Escola de Ensino Artístico de Angra do Heroísmo e a plena remodelação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, ambas prometidas em 1996;

— O adiamento da construção da Escola Secundária da Horta, prevista e fazendo parte dos Planos e Orçamentos da Região há já muitos anos.

Muitos outros exemplos de erros, atrasos e omissões se poderiam aqui trazer. São sinais claros de que muita coisa vai mal na Educação açoriana. Impõe-se, também neste sector vital, uma mudança urgente na mentalidade dos nossos governantes, nomeadamente no escalonamento das prioridades, para que possamos, a curto prazo, ter Escolas em número e condições, assim como um Sistema Educativo que permitam, a médio prazo, um processo de desenvolvimento sustentado.

Para já, e pela análise dos documentos em discussão, é fácil constatar que, em termos de "Desenvolvimento do Sistema Educativo", está previsto menos 12,3% que no Plano anterior (não aprovado), enquanto que, no que respeita a "Equipamento Escolar", há uma previsão de menos 21,1% relativamente ao Plano 1996/2000.

São verbas que não favorecem um Projecto para a Educação na Região Autónoma dos Açores e não respondem às exigências que se colocam às Escolas face às reestruturações curriculares em curso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De entre os problemas actuais do Faial, assume uma muito especial importância a resolução da construção da Escola Secundária. Ela continua a estar, como há muito acontece, no Plano, mas tem uma dotação que apenas permitiria, no máximo, iniciar obras no fim do ano 2004.

Se olharmos para a actual Escola, vamos verificar uma óbvia falta de condições, nomeadamente:

— o espaço exíguo;

— a ausência de salas disponíveis para o funcionamento de clubes escolares ou quaisquer outras actividades de complemento curricular;

— a ausência de gabinetes para apoiar grupos de estágio, os quais se vêem obrigados a reunir em cubículos sem luz e sem arejamento, no sótão da Escola;

— a ausência de espaços para os alunos conviverem, ou para se abrigarem nos intervalos, nos dias de chuva;

— a ausência de equipamentos, laboratórios e oficinas, necessários a um ensino experimental de qualidade.

O adiamento, uma vez mais, para o fim do quadriénio, da construção desta Escola criaria uma situação de uma muito extrema gravidade. Temos como boas as declarações do Sr. Presidente do Governo no sentido de assegurar que esta Escola Secundária é mesmo para ser feita, mas a história recente das relações e reacções da Secretaria Regional da Educação face à questão das instalações escolares e sua gestão no Faial, já não é de molde a deixar tanta segurança.

Para nós esta é uma questão central. Pensamos mesmo que não têm razão aqueles que dizem, com injustificada insistência, que "o Faial não comporta mais obras". Neste caso concreto, pensamos que se passará mesmo o inverso, na medida em que, estando, como estão, presentes na Horta, em empreitadas do CPR várias grandes empresas nacionais, elas teriam apetência em concorrer a uma empreitada desta envergadura, uma vez que já estão instaladas nesta ilha.

Interpretando as necessidades desta ilha e o sentir das suas populações, o Grupo Parlamentar do PCP irá, nesta sede, tratar desta questão, apresentando uma proposta de alteração.

Seguiremos a mesma linha de pensamento usada na recente reunião conjunta do Governo Regional com o Conselho de Ilha, fazendo embora um grande esforço de compreensão das dificuldades financeiras do Governo.

Concretamente, no Conselho de Ilha foi apresentada a sugestão de haver uma dotação no PMP que previsse o início da obra em 2002 e o seu desenvolvimento nos anos seguintes.

A proposta que iremos apresentar preverá o início da obra em 2003 e a sua continuação em 2004, transitando depois para o início do quadriénio seguinte.

Esta é uma proposta que concilia as necessidades desta ilha com os ritmos possíveis de investimento e é uma proposta que, se aprovada, garante a resolução deste problema. Esperamos que assim seja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Decreto Orçamental, no seu artigo 16º, introduz alterações aos Decretos Legislativos Regionais nº 2/2000 e nº 3/2000, ambos de 12 de Janeiro e referentes ao Complemento de Pensão e à Remuneração Complementar.

Para além de, no seu ponto 1, esse artigo prever a actualização desses complementos em 6,5% este ano, introduz no seu ponto 2 diversas alterações no articulado daqueles diplomas. Não temos objecções a essas alterações, pensamos entretanto que essas melhorias deveriam transitar para a legislação comum.

Quanto ao aumento de 6,5% como é sabido não corresponde à nossa opinião sobre a actualização que seria necessária neste momento, mas corresponde mesmo assim a uma visão, restrita, mas evolutiva.

Para nós é essencial que, no que respeita ao resto do quadriénio, sejam encontradas soluções certas no que respeita à actualização dos mecanismos de compensação pelos custos da insularidade. Continuamos e continuaremos totalmente disponíveis para contribuir no sentido desta questão ter um tratamento adequado nos próximos 4 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A reconstrução das ilhas do Faial e do Pico está dotada para o quadriénio com meios financeiros que são vultuosos e que é fundamental que sejam bem aplicados.

As questões concretas, algumas delas difíceis e muito genéricas, outras mais particularizadas, que resultam do processo de reconstrução, têm sido levantadas por mim e por outros nos momentos apropriados, por forma a contribuirmos para a

eficiência, rigor e adequação à realidade do processo de reconstrução. Continuaremos, naturalmente, a proceder assim.

Neste momento, e nesta sede, para além de manifestarmos a concordância do Grupo Parlamentar do PCP com a programação financeira prevista para a Reconstrução queríamos colocar uma questão precisa e concreta.

Logo no ano de 1998, pouco tempo depois do sismo, foi feito um levantamento concreto dos prejuízos directos sofridos pelas explorações agrícolas com a destruição de bebedouros, atafonas, arrecadações e equipamentos ligados à produção. Os Planos de 99 e 2000 tiveram acções ligadas a esta questão, mas o Plano para 2001 tendo embora uma acção designada por sismo-agricultura, reporta-a à recuperação de caminhos.

Não se tratando de casos de recuperação de 1ª habitação mas sim de eventual compensação de prejuízos na exploração agrícola, seria bom saber-se as razões do facto do levantamento desses prejuízos não terem tido quaisquer efeitos práticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A reconstrução é naturalmente prioritária mas não pode ser motivo inviabilizador da programação de outros investimentos públicos nas ilhas atingidas.

Assumamos as dificuldades e saibamos, todos, escolher com rigor aquilo que é essencial neste momento, mas não usemos a reconstrução para ficar aquém deste patamar.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quando do debate nesta Assembleia do Programa do Governo tivemos a oportunidade de defender as políticas respeitantes ao Sector da Saúde e Solidariedade que norteariam a acção da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, num enquadramento holístico de um Programa que traça uma linha de coerência na

busca do equilíbrio desejável e possível tendo em vista um desenvolvimento integrado e harmonioso dos Açores, onde os cidadãos são a chave mestra do sucesso pretendido.

Tendo estes princípios estruturado o Programa do Governo forçosamente teriam eles próprios de servir de trilho para a execução do instrumento primeiro que permitirá a sua operacionalização, o Plano Regional de Médio Prazo 2001-2004 e o Orçamento e Plano Regional para 2001 .

Assim importa salientar no que respeita a Solidariedade e Segurança Social, os referidos documentos contemplam a materialização da continuidade do desenvolvimento de apoio aos idosos com o alargamento da rede de serviços de ajuda domiciliária, particularmente no que esse apoio depende das instalações de determinados equipamentos sociais;

Com o aumento da rede de centros de convívio, melhoria da qualidade das instalações dos lares já existentes, construção de lares de pequena dimensão ou pequenas residências rurais e o aumento de camas para idosos dependentes, não se descurando, também, face a necessidade e importância na melhoria da qualidade dos serviços prestados, o apoio a formação de dirigentes e das diferentes categorias de trabalhadores das valências de apoio a idosos.

Contemplam ainda verbas condicentes ao desenvolvimento, tanto da qualidade como do número, da rede de equipamentos para crianças e jovens, nomeadamente creches, jardins de infância e ateliers de tempos livres; e para se dar início à criação da rede regional de Centros de Acolhimento para Jovens em Risco, continuidade do programa de instalação de crianças e jovens residentes em internatos em unidades de tipo familiar, e apoio a formação de dirigentes e trabalhadores dessas valências.

Para o efeito o PMP prevê uma comparticipação Regional no valor de 2, 1 milhões contos.

Aos valores da comparticipação regional nas acções referidas são acrescidos ao Programa Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social os montantes de 40.000, 80.000 e 90.000 contos para os projectos relativos a promoção da Igualdade de Oportunidades, Prevenção das Toxicodependências e a criação de um Centro de

Apoio a Crianças e Jovens, no âmbito da intervenção específica para Rabo de Peixe, respectivamente; e ainda 655.000 contos do Programa Calamidades respeitantes a reconstrução e ampliação do edifício da Sta Casa da Misericórdia da Horta, onde está instalado o lar e a construção do centro geriátrico como futuras instalações definitivas em substituição das actuais surgidas na sequência da resolução urgente de instalação provisória daquela população após o sismo, reconstrução e remodelação dos edifícios da Casa de Infância e a reconstrução do Lar das Criancinhas, ambos, também, na Horta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É de salientar, que para além das acções contidas nos Documentos agora em debate, outras, nas áreas relativas a infância, juventude, deficiência e idosos irão se concretizar com o apoio financeiro do Centro de Gestão de Prestação Financeiras da Segurança Regional, conforme mapa já apresentado em sede de Comissão quando da audição efectuada aos Secretários Regionais sobre estes mesmos documentos.

Assim o investimento na área da Solidariedade e Segurança Social tem acrescido aos 3, 8 milhões de contos da comparticipação regional, a quantia de 2,7 milhões de contos do Centro de Gestão Financeira, repartidos por apoios a conceder a construção de polivalentes, edifícios para os serviços da segurança social, casas do povo, entre outros, perfazendo, assim, um montante global de 6,5 milhões de contos de investimentos em equipamentos no sector da Solidariedade e Segurança Social nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que as linhas de orientação estratégica com vista a determinação e alcance de objectivos concretos, no que ao Sector da Saúde respeita estão claramente definidos no Capítulo II do Plano de Médio Prazo, importa realçar aqui as medidas, consubstanciadas em acções, que concorram para a sua plena prossecução.

Nesse intuito torna-se evidente a importância de se continuar a desenvolver as infraestruturas de saúde através da construção de nova unidades, nomeadamente o centro de saúde de Ponta Delgada e o novo hospital de Angra do Heroísmo, finalizar

as obras da unidade de saúde da Lagoa e centro de saúde da Praia da Vitória e proceder à aquisição do respectivo equipamento.

Prosseguir na remodelação/ampliação de unidades de saúde existentes por forma a melhorar e adequar as instalações dos serviços de saúde às necessidades dos utentes e melhorar a qualidade dos cuidados a prestar, como sucede com o actual hospital de Angra, o hospital da Horta e o Centro de Saúde da Povoação, bem ainda de outras unidades, para além de pequenas mas essenciais beneficiações que se tem de ir realizando tendo em vista a conservação dos referidos equipamentos.

Os documentos agora em apreciação contemplam ainda no programa Desenvolvimento do Sistema de Saúde verbas para o apetrechamento dos novos serviços surgidos na sequência das remodelações/ampliações, e aquisição de equipamentos para substituir os que pelo seu uso e idade estejam inadequados, e os que tem por finalidade colmatar carências surgidas na sequência do crescimento do sistema.

No mesmo programa estão também providas acções respeitantes a implementação de parcerias através de acordos de cooperação com as associações privadas de solidariedade social, organizações profissionais e associações voluntárias para o desenvolvimento de programas e acções em diversas áreas respeitantes à saúde psiquiátrica, às toxicodependências, bem como a outros, com verbas muito importantes e acima de tudo com uma verba fundamental que visa não só a formação e a actualização, mas visa também o apoio à formação pré graduada dos técnicos que hão-de vir para esta Região, para colmatar a carência de recursos humanos por todos dita como essencial, mas que é preciso um planeamento a médio e a longo prazo. Para esse efeito temos uma verba de 590.000 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano de Médio Prazo 2001-2004 e o Plano 2001 viabilizam a prossecução das acções instituídas como fundamentais para dar continuidade às políticas preconizadas no modelo de desenvolvimento que se vem celebrando para o Serviço Regional de Saúde, de acordo com as acções e suas fases de execução. Estamos certos que é correcto e aceitável ciclos de maior ou menor orçamentação

relacionados com grandes obras como a construção de um hospital e aquisição dos respectivos equipamentos.

Nesta sequência refira-se que o Plano de Médio Prazo apresenta para os programas Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento do Sistema de Saúde verbas no valor de aproximadamente 5 milhões de contos e 4,4 milhões de contos respectivamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é certo que com estes documentos estão garantidos os instrumentos que nos permitem levar por diante as políticas sectoriais do âmbito da Secretaria dos Assuntos Sociais, é certo também que sobre a análise da evolução da situação económica do Serviço Regional de Saúde, interessa tecer algumas considerações sobre as razões do acentuado crescimento negativo do resultado líquido no período de 1996 a 2000.

É importante realçar que os dados para 2000 são provisórios, permitindo-nos simplesmente uma análise económica dos resultados deste sector, visto as projecções terem sido feitas com base na receita emitida e na despesa processada.

A inexistência de dados definitivos deve-se à actualização do sistema de informação contabilístico, originando um atraso nos resultados do final do ano. Por esta razão as Instituições, só irão proceder ao fecho das contas em Maio do corrente ano.

Assim verifica-se um aumento da despesa em dívida, em consequência de vários factores de funcionamento tanto externos como internos, os quais merecem a nossa atenção.

Em 1996 essa despesa em dívida ascendia a 6.144.666 contos e não 1,7 milhões de contos, como o Sr. Deputado referiu, porque esses 1,7 milhões fazia parte deste total de 6,1 e correspondia a duas linhas de crédito para pagar a fornecedores herdadas do VI Governo e pagas pelo VII Governo. Portanto, gostaria de relembrar, na sequência do que eu venho referindo, que em 1996, a dívida ascendia a 6,1 milhões de contos, aproximadamente, para usar números mais simples, tendo sofrido um acréscimo de 6.155.334 contos, para a qual contribuiu essencialmente a reestruturação das carreiras de todo o sector da saúde, sendo o impacto previsto no Serviço Regional de

Saúde entre 97 e 2001, aproximadamente, 4, 8 milhões de contos dos quais o maior montante, 1,6 milhões de contos reporta-se a 2000 com a previsão de cerca de 750.000 contos para 2001.

Outro factor determinante foi o acréscimo de produtividade na prestação de cuidados de saúde, implicando um maior consumo de recursos, nomeadamente de produtos farmacêuticos, registando-se um acréscimo na ordem dos 50% em relação a 1996, meios complementares de diagnóstico e terapêutica que apresentam um crescimento de 74% e os produtos vendidos por farmácias alvo de aumento de 14%.

O Serviço Regional de Saúde para socorrer estas situações aumentou a sua taxa de endividamento acentuando a sua despesa em dívida, cuja estimativa ascende actualmente a 12,3 milhões de contos dos quais 2,5 milhões de contos referem-se a dívida à Associação Nacional de Farmácias e 9,8 aos fornecedores. Nesta última parcela 1,3 milhões de contos referem-se à dívida do SRS ao SNS.

A acrescentar temos a baixa taxa de cobrança verificada em relação aos subsistemas, isto é, o Serviço Regional de Saúde detém, como estimativa uma verba de 3,5 milhões de contos de receita que não foi paga pelas respectivas entidades. Este aumento de receita, deve-se, como não poderia deixar de ser ao crescimento da produtividade, porque corresponde ao crescimento de prestações de serviço, ou seja de cuidados de saúde.

Assim, se não fora os aproximadamente 4,8 milhões de contos do impacto da reestruturação das carreiras da saúde — sendo essa alvo de legislação nacional com aplicação directa na Região, e o acréscimo da dívida dos subsistemas, teríamos mantido a dívida que foi transitada, em 1996, do VI para o VII Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

O Orador: Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É chegado o momento de se começar a olhar para estes números com seriedade e verdade,...

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)

A Oradora: ... não só na sua dimensão negativa, mas também sob o outro ângulo, ou seja, o do aumento da produtividade do Serviço Regional de Saúde no que respeita ao aumento dos cuidados de saúde prestados, independentemente do local e tipo. Deve-se reflectir também sobre os factores de ordem externa que de súbito possam interferir de forma imprevisível e acentuada nas despesas do Serviço Regional de Saúde, como o sucedido com a reestruturação das carreiras do sector da saúde, para que a Região possa, no devido momento e no contexto adequado, introduzir mecanismos de salvaguarda de situações deste teor.

Por fim, gostaria de salientar a importância do conhecimento cada vez mais acurado e aprofundado dos diferentes números e sua interpretação, para que o desenvolvimento dos Sistemas Sociais, nomeadamente a Saúde se possa realizar numa cada vez maior eficiência e eficácia dos recursos existentes postas ao serviço de todos nós, já que é **impossível controlar** — agradeço que não desvirtuem o contexto do que eu tenho referido — o desenvolvimento e as necessidades totais, reais e induzidas, de uma dada população surgida na sequência da dialéctica imprimida entre a busca da perfeição técnica — diagnóstica e terapêutica — e a utopia da busca da cura de todos os males que acompanham o Homem ao longo da sua evolução.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Estão com medo?

O Orador: Não, é para fazer uma reunião com o Grupo Parlamentar.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que nos termos regimentais o Partido Socialista pediu um intervalo de 15 minutos, faríamos um intervalo de 30 minutos e depois seguiríamos até às 20 horas.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Ouvi com atenção a sua intervenção e antes de pedir dois esclarecimentos na área da saúde, gostaria de lhe dizer que nunca tenha dúvidas de que todas as vezes que alguém desta bancada, incluindo eu próprio, queira questionar ou levantar problemas, o faça com seriedade e com verdade, da mesma forma que a Sra. Secretária Regional, no exercício das suas funções, o faz com seriedade e com verdade.

É nesse patamar que trouxemos no período de antes da ordem do dia, na terça-feira passada, a questão das dívidas da saúde.

A Sra. Secretária Regional disse que em 1996, a dívida seria de 6 milhões de contos. Nós baseámos a nossa afirmação em documentos oficiais, nomeadamente na Conta da Região de 1996, aprovada por este Parlamento.

Tenho aqui mais um dado para informar a Sra. Secretária Regional de que os valores que aqui apontou não devem corresponder à realidade, porque foi feito um requerimento por deputados da minha bancada no início de 97, na transição do 1º Governo Regional do PS para este Governo, cuja resposta da Secretaria Regional competente, apontava para uma dívida de 5.3 milhões de contos, sendo as dívidas

dos subsistemas de 1.2 milhões de contos. Isso quer dizer que a dívida administrativa, o máximo dos máximos, estaria por 4.1 milhões de contos.

O que é facto — e a Sra. Secretária Regional confirmou-o aqui, por isso foi importante termos trazido esta questão a este Parlamento — é que a dívida, neste momento, está no valor de 12.3 milhões de contos.

A primeira pergunta que queria fazer à Sra. Secretária Regional é como é que vai resolver esta dívida?

Segunda pergunta:

É também visível o aumento crescente das despesas com a saúde. Em 1996 andaria por volta dos 23.9 milhões de contos, para 2001 prevê-se 45.2 milhões de contos.

Se os encargos e os gastos da saúde acompanhassem a melhoria dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde, todos os contribuintes, todos os açorianos e este Parlamento podiam ficar satisfeitos, mas acontece precisamente o contrário. Efectivamente, tem havido uma retracção na quantidade e na qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde.

Não está aqui em causa nenhuma crítica aos médicos, aos enfermeiros e outros profissionais de saúde.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Não está aqui nenhum juízo de valor à qualidade do exercício dessas funções dos profissionais de saúde, mas ao sistema em si.

Quando é sabido que a mortalidade infantil passou para o dobro ...

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: ... quando é sabido que 31% dos açorianos não têm médicos de família, quando é sabido que há uma retracção no número de médicos, como é sabido também que a componente assistencial ao nível dos cuidados primários de saúde e dos cuidados hospitalares têm vindo a diminuir, como é que a Sra. Secretária Regional vai justificar, perante os açorianos, que as despesas aumentam e os serviços diminuem?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Eu gostaria de tentar perceber primeiro o que é que o Sr. Deputado quer dizer com despesas de 45,2 milhões de contos; o que é que quer dizer, com essas contas que fez, que a dívida (número inventado por si) seria de 5,3 milhões de contos e que subtraía 1,2 milhões de contos dos subsistemas e assim a dívida seria de 4,1 milhões de contos? Eu não percebo essas contas, porque as contas não são estas.

Sr. Deputado Bento Barcelos, quando eu falo de 6,1 milhões de contos em 96, quando eu falo do acréscimo da despesa em dívida durante esses 4 anos de 6,2 milhões de contos, está tudo aí.

O Sr. Deputado diminuiu e disse que a dívida era de 4,1 milhões de contos. Eu não diminuí nada, eu disse que o valor global da despesa em dívida em 96, era de 6,1 milhões de contos e o acréscimo foi de 6,2 milhões, em que 4,8 foi o impacto da reestruturação das carreiras na legislação nacional, que foi imposta directamente cá. Não foi devido à má gestão do Serviço Regional de Saúde.

É evidente que este Governo teve que tomar uma opção, porque também foi dito que era necessário estabelecer prioridades e tomar decisões correctas.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Exactamente, mas não é na despesa corrente!

O Orador: É verdade e também é verdade que para este Governo a prioridade é a saúde dos açorianos, a melhoria da qualidade.

Deputado João Cunha (*PSD*): Ah, é?! Não sabia!

A Oradora: É sim senhor. É o aumento da oferta de cuidados, é existir recursos humanos.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Aumentam os gastos e diminuem a qualidade!

A Oradora: No vosso tempo também havia carência de médicos de família. O que é que fizeram de estruturante?

Nós temos a coragem de o fazer. Não temos os médicos hoje, mas estamos investindo na formação desses médicos.

Nós temos 45 bolseiros no pré graduado, estudantes de medicina que se comprometem, por vínculo dessa bolsa, a trabalhar nos Açores.

Deram início ao internato complementar a partir de Janeiro de 2001, 24 internos complementares, ou seja, médicos que estão a tirar as especialidades com o compromisso de virem trabalhar para os Açores.

Não os tenho hoje, mas estamos a trabalhar a médio e a longo prazo, tendo em vista a resolução dos problemas, mas isto não é eleitoralismo como os senhores deputados dizem, isto é trabalhar para o futuro e nós estamos aqui para trabalhar nesse sentido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

O documento que referi que contém os 4,1 milhões de contos, é uma resposta a um requerimento feito por esta bancada. Eu não preciso repetir.

Apontava 5.3 milhões de contos e havia uma receita dos subsistemas de 1.2.

O que importa é que a Sra. Secretária Regional não respondeu às questões que eu levantei:

1ª. Como é que vai resolver o problema da dívida administrativa existente (12.3 milhões de contos)?

2ª. Como é que vai resolver, tendo em conta o acréscimo substancial das despesas e os níveis de qualidade do Serviço Regional de Saúde, que têm vindo a decrescer, nomeadamente os exemplos que aqui citei?

Foi possível constatar há poucos dias no Hospital de Ponta Delgada, uma posição tomada por um médico que manifestava uma grande angústia pela falta de recursos humanos para dar resposta às necessidades, evidenciando uma tendência gravosa para a área dos cuidados primários de saúde não corresponder às necessidades dos açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começando a habituar-me, apesar de ter pouca experiência nesta Câmara, que para os deputados do PSD que andam numa procura desenfriada pelo mediatismo, nada está bem. Cabe tudo pela negativa.

Gostava de dizer aos Srs. Deputados que tudo está mal. Tudo serve para fazer barulho, mas falta-vos muita reflexão sobre este assunto, sobretudo o problema da saúde.

Eu passo a fazer-vos um enquadramento diferente deste problema, Srs. Deputados.

Para os senhores tudo o que é despesa, mesmo despesa corrente, é desperdício.

A despesa corrente não está proibida de aumentar. Nunca esteve! É moda dizer isso.

Há poucos dias isso vinha referido num jornal e muito bem. Eu também já disse isso há muito tempo: é moda dizer isso.

A despesa corrente não está proibida de aumentar. Uma grande componente da despesa corrente, Sr. Deputado, é a despesa de investimento com a despesa do Plano e as despesas de investimento na saúde e na educação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Ela não está proibida, Sr. Deputado e eu assumo isso.

Eu penso que na ideia dos Srs. Deputados nada muda, mas mesmo nada, e tudo piora.

Gasta-se mais e tudo piora!

É caso para se dizer Sr. Deputado, que nada se transforma e tudo se perde. Não é verdade, Sr. Deputado.

Na minha opinião, os senhores devem mudar um pouco o seu discurso, até pela nossa saúde.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Victor Cruz (PSD): Obrigado pelo seu conselho!

O Orador: De facto, as despesas com a saúde são despesas de investimento nas pessoas, na população activa ou inactiva.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não acredito!

O Orador: O senhor não acredita, mas eu acredito.

Além disso, é um direito fundamental dos cidadãos. Isso está consagrado na Constituição, Sr. Deputado.

(Aparte inaudível do Deputado Clélio Meneses)

O Orador: O Sr. Deputado também deve estar doente.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): O Sr Deputado já aprendeu qualquer coisa hoje!

O Orador: Eu já aprendi esta e vou aprender muitas outras coisas. Dê-me tempo, Sr. Deputado.

Deputado João Cunha (PSD): Quanto ao resto ainda não disse nada!

O Orador: Mas vou dizer.

Presidente: Sr. Deputado, peço que conclua o seu raciocínio.

O Orador: De facto, há um aumento da despesa e já foi explicado pela Sra. Secretária.

Há uma melhoria efectiva, ao contrário do que diz o Sr. Deputado Bento Barcelos, dos serviços de saúde da Região. Tem que atender que há um mercado, há uma oferta que é a melhoria dos serviços e há uma procura.

Efectivamente, a procura dos serviços de saúde tem aumentado na Região e ainda bem. É sinal de desenvolvimento e faz parte do próprio progresso.

É um indicador de desenvolvimento.

Em determinada altura, eu tive hipótese de dizer aqui — na altura os senhores disseram que era música clássica — que faz parte da lei de Wagner. Por coincidência temos um Wagner na música clássica e temos outro na economia.

Relativamente a esse problema, Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que não tenha problemas com o aumento da despesa corrente. Acredite que muitas vezes o aumento da despesa corrente é a despesa de investimento e é em benefício do cidadão, em benefício da saúde e da educação do cidadão.

Portanto, não tenha qualquer complexo em relação à despesa corrente.

Pode haver alguma racionalização do serviço, é verdade, mas cuidado quando se interpretar o aumento da despesa corrente como um mal para a sociedade, porque não é.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): É como se diz na minha terra, “cantas bem, mas não me agradas”!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Relativamente à sua intervenção, nomeadamente quando fala na qualidade dos serviços e também de algum modo respondendo ao Sr. Deputado João Cunha quando fala de demagogia, eu acho que a demagogia vem do PSD e tem sido feita à volta da mortalidade infantil.

Deputado João Cunha (PSD): E a Sra. Deputada já não fez demagogia pelo PSD? Se calhar fez?

A Oradora: Se quiser podemos entrar na discussão, não sei se no âmbito da saúde, ou noutra âmbito qualquer.

Deputado João Cunha (PSD): Eu não tenho tempo. E mando uns apertes e a Sra. Deputada vai respondendo!

A Oradora: Não me faça perder tempo que eu não vou por aí.

Apenas queria dizer que relativamente à mortalidade infantil, se alguns dos Srs. Deputados não estão bem dentro dos indicadores estatísticos, creio que na vossa bancada haverá quem saberá disso tanto quanto eu, ou tem a obrigação de saber.

Falam sempre ao nível de um acréscimo da taxa de mortalidade infantil de 4,9 para 9,5, isto de 98 para 99, mas não falaram do decréscimo de 97 para 98 de 10,6 para 4,9.

Quer a descida, quer a subida, tem que ser vista na óptica dos pequenos números.

Todos nós sabemos que os óbitos infantis são, felizmente, bastante poucos nesta Região, embora seja sempre desejável que eles não existissem.

Qualquer oscilação vai aumentar ou diminuir muito a taxa.

Portanto, é plena demagogia estar a dizer que houve um acréscimo na mortalidade infantil e com base nisso que houve um decréscimo na qualidade de prestação de serviços, só por causa de um pequeno problema da estatística. Haverá muitas pessoas aí que sabem muito bem que a pequenez de efectivos tem essas consequências. Isso é pura demagogia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Eu tenho imensa pena não poder responder aos Sr. Deputados, mas por razões de tempo, apenas por essa razão, não respondo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nós não estamos a discutir o Plano? Temos o direito de pedir um esclarecimento!

O Orador: Eu vou fazer um breve comentário e levantar uma pergunta à Sra. Secretária Regional, que dará um pouco a resposta à questão levantada pelos Srs. Deputados, que eu respeito.

Nós não inventámos estas preocupações. Elas existem e são preocupações dos açorianos e dos profissionais de saúde.

Eu tenho aqui um documento de uma entidade representativa dos profissionais de saúde — médicos — que aborda estas questões e elas também estão na opinião pública.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Isso é com os médicos do PPD!

O Orador: Temos aqui um documento que é introdutório do Plano a Médio Prazo que também aborda estas questões.

Nós sabemos muito bem que principalmente ao nível dos cuidados primários de saúde, este problema do aumento da mortalidade infantil, os problema da morbilidade advêm de uma ineficiência dos cuidados primários de saúde e é nessa perspectiva que eu alerto.

A pirâmide está invertida. É preciso investir muito mais nos cuidados primários de saúde, na promoção da saúde, na educação da saúde e toda a problemática que está surgindo nessa área, nesse subsistema do Serviço Regional de Saúde, é preocupante. E quando aqui é indicada a eficiência dos serviços de saúde, verifica-se um grande aumento das urgências. Porquê este aumento? Porque não existem médicos em número suficiente para acolher as necessidades dos utentes, nomeadamente há listas de espera, há falta de médicos de família e isto é grave.

Passava agora para uma pergunta na área do Plano.

Tendo em conta que a problemática da toxicodependência é grave — o Governo já reconheceu, aliás, como reconheceu a questão da mortalidade infantil, mandando efectuar um estudo, palavras da Sra. Secretária Regional — e está apenas dotada por verbas divididas entre a área da saúde e a área da solidariedade em 270 mil contos, perguntava se efectivamente é ou não uma prioridade para o Governo a problemática da toxicodependência?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente a preocupação do Sr. Deputado é levada em consideração por esta Câmara, por todos nós e relativamente à angústia dos médicos eu também a tenho em consideração. Tanto assim é que fizemos um esforço para esbater a angústia dos médicos e conseguimos combatê-la.

Os médicos, pelo menos os que andavam mais angustiados, até mesmo os médicos do Hospital do Divino Espírito Santo, de Janeiro até hoje tenho a ideia que nunca mais foram para a comunicação social fazer o seu cartaz. Porquê?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estão inibidos?

A Oradora: Não senhor, não estão. Eles viram a sua angústia esbatida, porque a partir do dia 1 de Janeiro de 2001, entraram mais 24 médicos do Internato Complementar, que vieram, felizmente, esbater a angústia dos médicos do hospital, porque puderam organizar melhor o seu trabalho e a suas urgências.

Também gostaria de explicar que na saúde não existe um subsistema. Eu não sabia, desconhecia.

Nós temos um Serviço Regional de Saúde e temos um Sistema de Saúde.

Para quem estiver interessado em saber um pouco melhor o que é isto...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Referia-me aos cuidados primários de saúde!

A Oradora: Então, os cuidados primários de saúde, relacionam-se com a tal pirâmide invertida. Muito bem, concordo plenamente, só que essa pirâmide foi construída nos vosso tempo.

Deputado Mark Marques (PSD): Claro, tinha que ser!

A Oradora: Calma, eu vou lá. Não vai ficar assim.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que inverter não é fácil, não é simples. Esta é a realidade.

Portanto, não sendo fácil inverter, porque os recursos não existem nem aqui, nem lá fora, este Governo investiu a médio e longo prazo. Com que intuito? Inverter a pirâmide.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas mais um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos.

É com algum agrado que vejo que tem alguma sensibilidade para as questões, quando fala na taxa de mortalidade infantil, que referiu há pouco, e para as questões do envelhecimento demográfico, mas seria bom que ligasse isso à questão das despesas.

É óbvio que se há pessoas mais idosas, todos nós sabemos — não é preciso ser especialista no assunto — que isto provoca um acréscimo nas despesas. Portanto, não relacione isso com a qualidade.

Há aqui diversos factores que penso que estão a ser misturados, quando eles devem ser esclarecidos a toda a população.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era também para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos em relação à sua preocupação no que concerne à prevenção das toxicodependências.

Como é óbvio, todos os dados dão sempre origem a alguns processos de tensão selectiva e interpretação variada.

Gostaria de afirmar que esta é também uma prioridade e uma preocupação nossa e é uma preocupação do Governo.

Admito que as verbas não são aquelas que eu gostaria de ver inscritas, mas também admito que, pela primeira vez, há uma dotação específica num plano desta Região para o combate à toxicodependência.

Por outro lado, gostaria de alertar esta Câmara para o facto de que, quando se apoia o associativismo juvenil, também se está a fazer a prevenção da toxicodependência.

Quando se abre um centro de ocupação de actividades de tempos livres para jovens, também se está a fazer prevenção da toxicodependência.

Quando se apoia a actividade desportiva, como alguns membros da sua bancada já tiveram oportunidade de trazer a esta Câmara, também se está a fazer prevenção da toxicodependência.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foram mais que 11 jogadores!

A Oradora: Quando se investe na formação profissional e se melhora a reempregabilidade dos jovens, também se está a fazer prevenção da toxicodependência.

Portanto, sugeria que não nos limitássemos à verba que está inscrita, quer na Solidariedade Social, quer na Saúde, especificamente, para a prevenção da toxicodependência, mas que tivéssemos uma visão mais global do que é que este Governo pretende fazer nessa área.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Vamos analisar estes números.

4,1 milhões de contos foi, de acordo com o seu Governo e assinado pelo Sr. Secretário Álamo de Meneses, aquilo que era a dívida do Serviço Regional de Saúde, em Novembro de 1996. Está escrito, assinado pelo Sr. Secretário Regional ou alguém da Secretaria dele. Portanto, para mim é verdade.

Terá, eventualmente, satisfeito parte ou quase toda a parte dessa dívida, na medida em que na conta apenas está 1,7 milhões de contos. Naturalmente, fê-lo já com verbas do seu orçamento, portanto, partimos do princípio que eram mesmo os 4,1.

Neste momento, tem 7 milhões a mais. A pergunta que lhe faço é quanto disto são juros e não encargos com melhores cuidados, não encargos com o envelhecimento da população e não encargos com mais médicos ou com mais meios? Quanto disto são encargos financeiros? É essa a resposta que quero saber.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): São encargos do investimento!

A Oradora: Digo-lhe mais: com este tipo de comportamento da sua bancada, dentro de 4 anos em vez de 12 vamos ter 24, porque afinal de contas as despesas correntes

podem subir à vontade. Foi aquilo que aqui ouvi e pelos vistos muito bem fundamentado.

Entretanto, gostaria de saber qual a solução para este problema, porque essa questão nunca é aqui abordada e é a principal.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem !

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Em relação à questão da toxicodependência, não obstante a informação dada pela Sra. Deputada Nélia Amaral, que eu agradeço, devo considerar que é uma verba de todo insuficiente.

Depois de se conhecer o problema grave que é a droga, que abarca imensas famílias, imensos jovens e irá ter repercussões no desenvolvimento desta Região e no Serviço Regional de Saúde, depois de se ter verificado o que se verificou recentemente, feito por peritos, sobre o problema do número de alcoólicos que existem nos Açores que carecem de tratamento, onde é que estão os meios financeiros para, em termos de tratamento, tratar esses doentes?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Berta Cabral:

O que eu disse foi que a despesa corrente não estava proibida de aumentar. Penso que concordará comigo.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não está, mas pode!

O Orador: Eu não disse que não havia, quer na despesa corrente, quer na despesa do plano, limites a esse crescimento.

Há pouco, na minha intervenção, que a Sra. possivelmente considerou mal fundamentada, mas como sabe temos 3 minutos e eu respeito esse limite — se calhar considera bem fundamentada, mas eu interpretei doutra forma — eu pretendi fazer um enquadramento para dizer que preocupam-se com a despesa corrente, mas não se

preocupam com os benefícios sociais, ou seja, se essa despesa não fosse realizada, quais eram os custos para a sociedade.

Eu penso que este é o raciocínio correcto neste caso.

Aliás, devo dizer que no sector da saúde, é fácil ver que eficiência económica e contenção orçamental não são sinónimos. São completamente diferentes.

Pode ter contenção orçamental, reduzir a despesa corrente a zero e é completamente ineficiente. Portanto, não são sinónimos.

Há uma grande obsessão relativamente à despesa corrente. É moda. Mas há muita coisa que é moda e que não presta, nem tudo o que é moda é bom.

Acho que isso é qualquer coisa que caiu entre nós, naturalmente na classe política, e achamos que é mau.

Deputada Berta Cabral (PSD): Vá dizer isso à Comunidade Europeia!

O Orador: Eu digo relativamente à despesa. Eu estou a dizer que não é necessariamente mau. É este o meu ponto de vista e eu tenho direito a expor as minhas ideias. Respeito as ideias dos outros e tenho direito de expor as minhas.

Eu acredito que eventualmente — e a Sra. talvez um dia ainda me dê razão — na despesa corrente, ainda temos muito investimento a fazer nesta Região, quer ao nível de médicos, quer ao nível de enfermeiros, quer ao nível de outros consumos.

Se tem dúvidas em relação a isso, eu não tenho.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder ao Sr. Deputado Bento Barcelos, porque realmente não o quero deixar angustiado, preocupado com a toxicodependência, uma vez que essa é uma preocupação de todos nós e de toda a sociedade.

É claro que a toxicodependência tem várias vertentes, como o Sr. Deputado também sabe.

Há essencialmente duas componentes que dizem respeito aos documentos que estão em debate. A primeira refere-se aos cuidados de saúde a ministrar aos toxicodependentes e a segunda refere-se à prevenção.

Ainda no que diz respeito aos cuidados a fornecer e a ministrar a esses doentes, temos outros tantos níveis. Temos o nível específico, claro, de um ambulatório especial, de um internamento quando é preciso e hoje, na nossa Região, felizmente temos, porque falar há 4 anos nesta Casa na introdução do Programa Metadona era um “tabu” e os mais antigos podem corroborar nesta ideia. Felizmente, todos nós avançamos e introduzimos esse tratamento. Tudo isto sai das tais despesas correntes e, com certeza, alguma parte do montante está ali, porque fazem parte por causa da dívida aos fornecedores.

O que é que eu quero dizer com isto?

É que grande parte da despesa com tratamento de toxicodependentes, já deriva do Orçamento do Serviço Regional de Saúde. Quando nós apoiamos as Casas de Saúde Psiquiátricas, quando nós apoiamos a Clínica de Dependência, quando nós entrámos num acordo com o SPTT (Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência da área de Lisboa) para que os nossos doentes, no caso de ser necessário, sejam internados numa comunidade terapêutica, esse dinheiro já está contemplado quer na dívida, quer no nosso orçamento.

Portanto, estamos a falar de verbas. Eu concordo que é sempre pouco, mas pela primeira vez está incluído, num projecto separado, verbas para um trabalho de prevenção primária.

Creio que este esclarecimento permite deslumbrar que, de facto, gastamos muito mais no tratamento da toxicodependência, porque eu nem sequer falei nos serviços de psiquiatria.

Presidente: Sra. Secretária, agradecia que concluísse.

A Oradora: Os 3 hospitais têm psiquiatras que fazem consultas a toxicodependentes. Eles estão a receber pelo orçamento, pelos hospitais, pelas instituições.

Portanto, nós investimos muito mais do que aquilo que poderia parecer, no tratamento das toxicodependências. Temos crescido muito porque temos evoluído no tipo de cuidados a fornecer aos toxicodependentes.

Os restantes esclarecimentos ficam para os próximos 3 minutos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entro neste debate, não para falar das finanças da saúde, mas sim da saúde das finanças dos contribuintes, interpelando o Sr. Deputado Cabral Vieira, no sentido de ele me responder se considera um benefício social a despesa com assessores de imprensa dos gabinetes dos Membros do Governo que recebem por mês mais de 500 contos?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Logo o senhor, já é a segunda vez!

O Orador: Fica assim tão incomodado?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que para além dos 12 milhões, ou seja, dos 7 da dívida, as despesas da saúde passaram de menos de 30 milhões para 45 milhões, o que quer dizer, mais 15 milhões. Não me vai dizer que os 15 milhões do aumento da despesa corrente, defendida pelo Sr. Deputado Cabral Vieira, mais os 7 milhões de contos de dívida, que perfaz 22, estão aplicados nessas questões que me referiu da toxicodependência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se bem percebi, referiu-se às despesas de 45 milhões de contos. Muito me admira que essa questão seja posta pela Sra. Deputada Berta Cabral. Eu não sou especialista na área de gestão, de finanças ou de economia.

Eu já procurei esclarecer que esses 45,2 milhões de contos, dizem respeito ao orçamento global da saúde e não das transferências do orçamento da Região para as despesas correntes.

Deputada Berta Cabral (PSD): São despesas de saúde!

A Oradora: Então não são despesas correntes. Eu vou explicar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Finalmente!

A Oradora: Sra. Deputada Berta Cabral, o valor global do orçamento da saúde, são 45,2 milhões de contos. Engloba as transferências do orçamento Regional, que são 30.340 milhões de contos...

Deputada Berta Cabral (PSD): Então subiram 10 milhões!

A Oradora: ... engloba todo o investimento efectuado na saúde.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mais os 7 da dívida. Vai chegar lá!

A Oradora: Afinal a Sra. Deputada sabe. Foi uma malandrice.

De qualquer maneira eu vou esclarecer.

O orçamento global da saúde engloba as transferências, todo o capital investido durante estes tempos na saúde, o investimento, os equipamentos. Portanto, é o valor da saúde, o valor total.

Quando nós falamos em despesas na saúde, aquilo que é transferido do orçamento para as instituições, para o Serviço Regional de Saúde, estamos a falar em 30,3 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para participar neste debate que me parece extremamente interessante.

Eu tenho comigo um artigo de um excelentíssimo senhor deputado desta Casa, que no dia 10 de Janeiro do corrente ano, tecendo um vasto conjunto de considerações sobre a saúde, dizia a páginas tantas:

“Um dos assuntos que tenho em mãos é a questão das listas de espera”.

Um pouco mais à frente, refere:

“Quais foram os resultados destas medidas?

Pelo vistos foram ineficientes.”

De acordo com a informação que tenho, o programa de recuperação de listas de espera implementado a 31 de Julho de ano passado, no Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, produziu apenas os seguintes resultados:

— Cirurgia Geral: mais 257 doentes operados, só no âmbito deste programa. Custo: 35 mil, 132 contos

— Urologia: mais de 64 doentes operados, só no âmbito deste programa, não contando com as operações normais programadas. Custo: 10 mil, 506 contos;

— Ortopedia: mais 17 cirurgias realizadas. Custo 107 mil e 4 contos.

Pelos visto, estas medidas não foram tão ineficientes quanto isso.

Por outro lado, no mesmo artigo e tendo em conta que o Exm^o. Sr. Deputado Bento Barcelos ainda há pouco interveio dizendo “não estou a pôr aqui em causa a classe médica, que me merece todo o respeito” — acho que sim, acho que nos deve merecer todo o nosso respeito — a páginas tantas, relativamente aos médicos, diz:

“Outros há que não cumprem horários, chegam tarde e cedo saem dos hospitais e centros de saúde onde trabalham. Alguns entram depois das 9 horas e saem antes do meio dia e não têm grande pejo em adiar consultas, visitas a doentes, etc..

Chegam-nos informações que há serviços hospitalares onde cada médico, por dia, não consulta ou presta cuidados a mais de 2 ou 3 doentes. Como é possível?”

Partindo de um universo, de acordo com as informações fornecidas pela própria Ordem dos Médicos de que estamos a falar de um efectivo referente ao ano passado de 357 médicos, V. Exa. com isto, não materializando ao que é que se está a referir, está a levantar a suspeita sobre 357 médicos desta Região.

É assim, suponho, que V. Exa. quer contribuir para a melhoria do Serviço Regional de Saúde. Suponho que é assim que V. Exa. quer reagir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bento Barcelos (PSD): Já lhe damos a resposta!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

O orçamento global da saúde são 45 milhões de contos. Tem a ver com as transferências que vão do orçamento regional para a saúde e tem a ver com as receitas próprias do Serviço Regional de Saúde, porque de investimento em termos de grandes equipamentos, tem ali pouco ou nada.

Gostava que me dissesse quais foram os investimentos que foram feitos através do Serviço Regional de Saúde, em termos de novos hospitais ou centros de saúde?

Aquilo tem a ver com as transferências do Orçamento de Estado e com as receitas próprias do Serviço Regional de Saúde que, tudo junto, perfaz a despesa do Serviço Regional de Saúde. Esta é que é a questão.

Essa despesa aumentou 15 milhões de contos nos últimos 4 anos. As transferências do orçamento regional aumentaram 10 milhões também nos últimos 4 anos e a dívida aumentou 7 milhões de contos durante o mesmo período de tempo.

Gostaria que me explicasse como é que vai resolver este problema, porque esta pergunta é a essencial, é a fundamental, é aquela que representa a dívida para a Região e que vai ficar para o futuro, e ainda não está explicada a forma como a vai resolver.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A saúde não está na minha tutela.

As respostas pormenorizadas do sector, estão a ser dadas, e muito bem, pela Secretária que tem a tutela da saúde. No entanto, eu tenho por missão acompanhar a evolução, nomeadamente, da dívida da saúde.

Desde já, devo dizer nesta Câmara que estou apenas moderadamente preocupado com esta questão. Não há dúvida que são 12 milhões de contos que estão em dívida por um serviço que é da Região.

Eu não estou alarmado. Estou moderadamente preocupado.

Porquanto, isto é um problema que não diz respeito apenas à Região. Tenho notícia e conhecimento que na Região Autónoma da Madeira o problema é muitíssimo mais grave e no país nem sequer se fala.

Portanto, na Região estou moderadamente preocupado e digo moderadamente, porque há distância nas finanças e directamente com a Secretária da Tutela temos acompanhado isto com muita atenção.

O que é um facto, é que não obstante a dívida neste momento ser 12 milhões e 300 mil contos, a evolução do ano passado para este ano, aumentou apenas 1,5 milhões de contos...

Deputada Berta Cabral (PSD): Foram 2 milhões e tal!

O Orador: ... o que corresponde, a uma despesa que nos foi imposta e que não é de forma nenhuma controlável por nós, ou seja, o impacto das reestruturações das carreiras médicas que tiveram a sua origem lá fora.

Como já foi dito, foram 4,8 milhões de contos no total.

Apenas no exercício de 2000, o seu impacto foi de 1,6 milhões de contos no Orçamento do Serviço Regional de Saúde, portanto, inferior ao aumento da dívida.

A dívida está mantida dentro de limites que nós consideramos razoáveis. É um problema que nos preocupa, mas não nos alarma e estou certo que será encontrada uma solução, se não for autonomamente no que se refere ao problema dos Açores, será certamente quando for resolvido o problema na sua globalidade, ou seja, em termos nacionais.

Muito obrigado.

Deputada Berta Cabral (PSD): Fico mais descansada!

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, vamos passar à intervenção seguinte. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado José San- Bento.

Deputado José San- Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Início esta intervenção, sobre a discussão do Plano e Orçamento para 2001 e do Plano de Médio Prazo para o quadriénio 2001-2004, com uma observação de natureza genérica.

Com efeito parece assegurado que o PS terá pela primeira vez aprovado, no segundo momento em que é chamado a desenvolver a acção governativa nos Açores, o seu plano de acção para o médio prazo.

Tal já teria sido possível anteriormente não fosse a direita, nesta Assembleia e por duas vezes consecutivas, nunca o ter permitido. Com esse comportamento a oposição

furtou-se e eximiu-se a garantir, aos parceiros sociais, um documento prospectivo e de referência, em torno de metas rigorosamente quantificadas, do investimento publico na Região.

Fica assim por realizar um balanço rigoroso aos prejuízos que o tecido empresarial nos Açores terá sofrido por essa opção política do passado, pois não foi o VII Governo Regional o principal prejudicado pela não aprovação desse documento orientador, foram os investidores, os privados e a sociedade em geral os principais lesados.

Cabe-me, em breves minutos, tecer, de uma forma necessariamente condensada, em nome da Juventude Socialista e do Grupo Parlamentar do PS, uma referência interpretativa a algumas áreas constantes nos documentos orientadores que o Governo hoje aqui apresenta, bem como proferir algumas considerações de âmbito mais geral que me parecem oportunas.

A apreciação de documentos de natureza plurianual é um momento em que se nos permite uma avaliação formal dos objectivos programáticos e das opções políticas de um determinado projecto governativo.

Assim o volume de recursos conferidos à ciência e tecnologia, no quadro quer do Plano para 2001 quer do Plano de Médio Prazo, garante um investimento inédito nesse sector. Reforça-se, assim, entre outros aspectos: a capacidade de intensificar a integração de tecnologia nos diferentes níveis de ensino da Região; a melhoria da produtividade do nosso tecido económico; bem como a criação de novas e inovadoras oportunidades de parcerias com privados em diversos domínios.

A componente científica e tecnológica deve ser uma prioridade fundamental na afectação de recursos financeiros, pois permite queimar etapas na modernização e no desenvolvimento das sociedades.

O desafio da inovação tecnológica e da sociedade de informação garante, às sociedades actuais, um salto qualitativo singular e uma oportunidade única de recuperação de diversos atrasos. Felizmente que o Governo soube interpretar esses desafios consagrando um conjunto muito ambicioso de acções nos documentos que hoje aqui se discute.

Mas a área da ciência e tecnologia tem, ainda, outras marcas que para nós, socialistas, são de máxima importância: melhoria da igualdade de oportunidades no acesso à sociedade de informação; justiça social; inclusão e coesão social. Objectivos fortalecidos com o cariz operacional de um grande conjunto de acções que o Governo agora formalmente assume.

Se em matéria de Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação se nos afigura correcta e coerente a orientação governamental, o mesmo poderemos afirmar no que concerne às opções políticas direccionadas para a juventude e suas respectivas envolventes.

O Governo, por mérito da sua acção nos últimos quatro anos, conforme é do conhecimento geral, contraiu a elevada responsabilidade de se manter ao mesmo nível na vigência do actual mandato.

Esse desígnio está reflectido e garantido na documentação agora em análise!

Mas há um aspecto, em concreto, que só é dilucidado através da leitura, atenta, do Plano de Médio Prazo: refiro-me aos montantes e às medidas relativas à toxicodependência. Que são vastas e têm componentes em diversos programas, não constituindo, assim, uma única acção de intervenção como propositadamente alguns fizeram crer.

Um outro domínio onde se regista, com agrado, as orientações e as prioridades políticas consagradas nos documentos agora em apreciação, diz respeito à formação profissional e ao emprego.

O ajustamento de verbas canalizadas para os programas de formação profissional garante que se continua a conferir aos problemas da qualificação da sociedade açoriana uma prioridade indesmentível, demonstrando, ao mesmo tempo, que se colocam, cada vez mais, os jovens como destinatários directos da acção deste Governo.

O mesmo é, aliás, espelhado pelos compromissos a que o Governo agora se vincula no que diz respeito à continuação da execução do Plano Regional de Emprego. Com efeito é com muita satisfação que se regista o facto de o Governo, e num quadro de pleno emprego em muitos sectores económicos, não ter negligenciado aspectos

fundamentais relacionados com as políticas de fomento da empregabilidade e de promoção do mercado social de emprego.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate que neste momento decorre nesta Assembleia também é, na opinião da JS, um momento oportuno no que concerne a uma avaliação, necessariamente breve e circunstanciada, do papel das oposições aqui representadas nesta Assembleia, nomeadamente o PSD e o CDS-PP.

Não é indiferente a todo o debate agora em vigor que a direita, outrora tradicionalista, liberal e bonacheirona,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só mesmo na Quaresma!

O Orador: ... hoje seja protagonizada por um partido radical, um partido populista, um partido que, permanentemente, recorre — numa lógica de quintal — à demagogia mais infrene com um único objectivo: o de assegurar o seu próprio crescimento eleitoral.

No caso do PSD a situação é diversa, mas verdadeiramente anómala e resulta, precisamente, da desistência desse partido traduzida na circunstância de ainda não ter feito outra coisa nesta Câmara, a não ser o seu habitual deita abaixo — afinal de contas o último congresso laranja não serviu para nada!

Deputado João Cunha (PSD): Isso é que vos incomoda!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mais uma encomenda do Sr. Presidente do Governo!

O Orador: O PSD prossegue, sem contemplações, a sua lógica de descrença sistemática!

Que PSD é esse o da actualidade? Um partido outrora estruturante, responsável por 20 anos de governação em que deu um contributo historicamente relevante, inquestionável, para o progresso dos Açores e para a afirmação da autonomia, e que hoje vive na mais evidente suspensão programática reduzindo-se a uma mera provedoria de ressentimentos ou descontentamentos populares.

O PSD hoje não está a criar uma alternativa nem muito menos a abrir novas pistas no debate político regional. O PSD parlamentarizou-se e cristaliza lentamente sem esperança.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Versão da JS e encomenda do Sr. Presidente do Governo!

O Orador: O PSD, do século XXI, resume-se a polarizar um conjunto de tensões, pequenas insatisfações e conflitos naturais numa sociedade democrática e mediatizada. Para isso recorre ao sempre fácil exercício de se apoiar em citações, enunciar dificuldades, recensear obstáculos e enfatizar aquilo que a nossa sociedade ainda comporta de mais negativo, como já diversas vezes assistimos nesta Assembleia, concretamente no debate que agora decorre.

É por isso que o PSD, a insistir nesse rumo, não terá, na opinião da JS, grande futuro.

Deputado Mark Marques (PSD): Nem é preciso!

O Orador: O PSD, a seguir pela retórica abstracta, sem concretizar alternativas de fundo, sem demonstrar a capacidade de surpreender os açorianos com uma ideia inovadora, sem ter um único projecto mobilizador, sem fazer por ocupar o seu espaço, arrisca-se, apenas, a ganhar o Oscar do pior argumento e do melhor actor secundário.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tão importante quanto a apreciação de documentos com uma natureza de orientação estratégica é, seguramente, apreciar com objectividade e rigor a postura da equipa governativa que procura interpretar e desenvolver tais documentos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto é que é falar!

O Orador: Assim, em relação ao Governo Regional, e o mesmo se coloca a qualquer governo, a questão que se tem de colocar é a de saber se estamos perante um governo acomodado, dominado por uma lógica autista, que se limitasse a auto-contemplar o

que já fez, que se tenha resignado e esgotado a sua transformação da realidade social, ou se, pelo contrário — como se verifica — estamos perante um governo determinado, um governo com projecto, com rumo, com uma ideia para os Açores e que dá, permanentemente, concretização prática a essa ideia, a esse rumo, a esse projecto.

Nos últimos quatro anos, mesmo debatendo-se com inúmeras adversidades, o PS deu, no Governo, um contributo decisivo para a modernização da Região em todas as áreas, para a qualificação da sociedade açoriana, para o reforço da coesão social e para a modernização dos sectores produtivos.

No entender da JS, quer o Plano e Orçamento para 2001 quer o Plano de Médio Prazo demonstram — no horizonte temporal dos próximos quatro anos — que o Governo conhece claramente os problemas reais com que os Açores se defrontam e está apostado em contribuir para a sua resolução, procurando, nesses documentos, materializar o essencial dos compromissos assumidos perante esta Assembleia e a Região no momento da discussão do programa do actual Governo.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Governo novo, vida nova. Assim devia ser para bem de todos os açorianos. Infelizmente, não é o caso.

Dúvidas e muitas começam a surgir quanto à prática política deste Governo.

Desde logo, ao apreciarmos os documentos em discussão, ficamos desiludidos no que respeita à distribuição de verbas e investimentos para a Ilha das Flores.

Na verdade, estamos em desacordo com a política deste Governo que, na prática, contempla a Ilha das Flores com verbas muito escassas para tantas necessidades.

Já na discussão do Plano e Orçamento para o ano 2000, referíamos o baixo nível de investimento na nossa ilha (cerca de 600 mil contos).

Este ano é o que se vê! Praticamente o mesmo!

E as verbas previstas no Plano a Médio Prazo? Dizem-nos que são meramente indicativas, por isso não vale a pena dar-lhes muito valor, até porque o Governo desvaloriza esse documento.

Também no que se refere a Planos anuais da responsabilidade do Governo do PS temos mais casos concretos. Sim Srs. Deputados! Este novo Governo já tem passado e no que se refere à Ilha das Flores ele é triste. Senão vejamos:

Em 1998 foi inscrita uma verba de 10.000 contos para a remodelação e beneficiação da aerogare do Aeroporto das Flores. Em 1999 e em 2000, 1.000 contos em cada ano. As obras não existem e em 2001 as verbas desapareceram. Tudo leva a crer que o Governo está à espera do tecto da aerogare desabar completamente para iniciar as obras. Mas, mesmo que esta situação aconteça (Deus queira que não!), nada poderá ser feito, porque não há verba orçamentada.

Mais Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em 1999 o Plano também contemplava uma verba de 80.000 mil contos para a repavimentação da estrada regional Santa Cruz/Lajes. Em 2000, 100.000 contos. Para 2001, única e simplesmente, nada.

E agora Srs. Deputados? Será que as estradas regionais nas Flores são um assunto arrumado?

E as obras do Porto das Poças? Efectuaram-se, de facto, obras neste porto. Mas que obras? Quanto à rampa de varagem é digna de ser vista! Efectuar ali uma operação de varagem não está ao alcance de qualquer marítimo a não ser algum que pretenda abandonar a actividade, ou seja, partir a embarcação. Todos nos interrogamos, incluindo os pescadores, onde andou a fiscalização daquela obra? Onde está a verba necessária para a remodelação que urge ali ser efectuada?

Do Porto de Ponta Delgada, nem se fala! Será que estão pensando acabar com a actividade piscatória na maior Freguesia da nossa ilha?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na área da saúde, as coisas vão de mal a pior! Tínhamos três médicos de clínica geral residentes nas Flores. Agora estamos reduzidos a dois e nenhuma medida se vislumbra para inverter esta situação. Os Florentinos continuam a ter que se deslocar da sua ilha para tratar um simples dente...

Há três anos que o Bairro de Nossa Senhora de Fátima, em Santa Cruz, espera pelas obras de electrificação. Uma vez mais nem uma palavra sobre este assunto.

O núcleo náutico das Lajes é mais uma vez adiado para 2003 ou 2004.

E o Lar de Idosos das Lajes? Será que o Governo Regional “imbitrou” com este projecto por ele ser tão, clara e justamente, defendido pela Câmara Municipal das Lajes? Não deixaremos de reivindicar esta obra, porque a justiça social e o apoio aos nossos idosos assim determinam.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já desta tribuna levantei duas vezes o problema da ETAR da Cooperativa, em Santa Cruz.

Pergunto ao Governo, uma vez que mais um Verão se aproxima, para quando a resolução definitiva desta situação que já é de saúde pública.

E a reconstrução do observatório meteorológico há três anos demolido? Em que ficamos? É para reconstruir em local que embeleze a Vila de Santa Cruz ou é mais um caso de final triste?

A iluminação da pista do aeroporto é urgente já que permitiria à SATA operar mais ao final da tarde ou mesmo à noite principalmente em dias de cancelamentos.

A propósito de tudo isto, dirá, certamente, o Governo: “já temos tudo previsto e tudo será realizado!”

Então, pergunto novamente: onde estão as verbas orçamentadas para que tudo isto se possa fazer?

Os documentos que ora apreciamos não satisfazem as populações da Ilha das Flores que vêm mais uma vez os seus anseios de desenvolvimento frustrados

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho tempo, mas como “não olho só para a minha quinta”, e as Flores me dizem muito pelas razões que todos conhecem — vivi lá e tenho alguma família originária de lá, a minha mulher e minha filha mais velha — não quero deixar passar sem pedir esclarecimentos, nem que seja para reforçar algumas coisas que já foram ditas pelo Sr. Deputado José Francisco.

Nas Flores vive-se uma profunda insularidade, dentro da nossa insularidade. Nas Flores e no Corvo, Sr. Deputado José Manuel!

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Muito obrigado!

O Orador: É importante que essa insularidade seja cada vez mais atenuada. Não é com verbas iguais num plano de ano para ano, que essa insularidade se atenua.

Exemplo típico que eu aqui queria reforçar, e mencionado pelo Sr. Deputado José Francisco, é o caso da pista do aeroporto.

Há que iluminar aquela pista!

Dir-me-ão que é da responsabilidade da ANA ou da SATA.

Eu não sei de quem é!

Eu sei que é importante a iluminação da pista e a criação de condições para que as acessibilidades que atenuam, essas sim, sobretudo a insularidade, sejam melhores.

A iluminação da pista criará condições para que menos cancelamentos existam nas viagens para as Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são para estar de acordo com o que foi dito. Aliás, em relação à iluminação da pista, eu já tive oportunidade, em Janeiro deste ano, se não me engano, de trazer aqui essa preocupação.

Relativamente à intervenção que o Sr. Deputado José Francisco nos trouxe — ouvi com toda a atenção e com a atenção que merecem todas as intervenções que aqui são produzidas e no caso vertente porque se tratava de questões relacionadas com a Ilha das Flores — partilho de muitas das preocupações que foram levantadas, embora tenha uma perspectiva diferente do enquadramento dessas mesmas questões.

Este debate realiza-se num momento que eu considero de privilegiado. Relativamente àquilo que é passado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Partido Socialista também já tem passado.

O passado do PSD foi julgado em 1996.

O passado do PS foi julgado no ano 2000.

Relativamente àquilo que foi o passado do PS, temos coisas que não correram muito bem, temos obras cuja calendarização não foi possível cumprir, mas não deixaram de ser objectivos a concretizar. A generalidade dos objectivos constam nos documentos que estamos aqui a apreciar.

Porque tivemos circunstâncias extraordinárias na Região nos últimos 4 anos, particularmente na Ilha das Flores, o povo dos Açores, concretamente os florentinos, perceberam essa questão e, no momento próprio, fizeram o julgamento adequado no que se refere a essa matéria.

O Sr. Deputado trouxe algumas preocupações que são partilhadas pelo Partido Socialista, pelos socialistas das Flores e por mim próprio. Muitas delas fazem parte integrante do manifesto eleitoral que o PS apresentou em devido tempo.

Devo-lhe dizer que da parte do Partido Socialista estamos, nesta matéria, à vontade, porque em devido tempo apresentámo-nos perante os florentinos com um manifesto eleitoral que contemplava, nas áreas económicas e sociais, um conjunto de medidas que entendíamos que deviam ser implementadas nos próximos 4 anos.

Quando este debate terminar, todas essas propostas, todos esses compromissos eleitorais que o Partido Socialista assumiu relativamente à Ilha das Flores, estarão contemplados no Plano de Médio Prazo e estarão, obviamente, dotados das verbas necessárias para a sua concretização.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse o seu raciocínio.

O Orador: Já concluo, Sr. Presidente, obrigado.

É claro que há questões que o Sr. Deputado levantou que não constam dos nossos documentos, mas em relação a isso eu respondo-lhe com as palavras da líder da sua bancada, Deputada Berta Cabral: este não é o plano do PSD!

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Perfeitamente!

O Orador: Não é o plano do PSD, porque não foi sufragado pela maioria dos açorianos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Permita-me só uma graça: o Sr. Deputado Paulo Valadão não vai gostar da sua intervenção acerca das Flores.

Deputado José Decq Mota (PCP): Vai gostar com certeza!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um pequeníssimo contributo a este debate.

Em primeiro lugar, queria manifestar concordância, em geral, com os problemas que foram colocados pelo Sr. Deputado José Francisco Fernandes, em relação à Ilha das Flores.

No entanto, gostaria de ater-me a um aspecto levantado pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo e tem a ver com a insularidade dentro da insularidade e com a postura que se tem que ter no sentido de atenuar, combater, diminuir essa situação.

Penso que falo, como Deputado do PCP, com alguma autoridade sobre isso, porque o PCP, através do Deputado Paulo Valadão, eleito pelas Flores em 88, soube assumir esse papel e assumiu-o valorizando as Flores e todas as ilhas mais isoladas. Ele assumiu esse papel neste Parlamento durante muitos anos.

É necessário que o poder fique completamente conectado com este pensamento: é necessário não deixar para trás, é necessário não deixar que se repitam situações

como o cabo de fibra óptica e tentar corrigir, quando possível. É necessário não deixar criar um tipo de desenvolvimento a duas velocidades.

As ilhas mais isoladas são ilhas dos Açores como as outras. As ilhas mais isoladas têm que ser bem defendidas e bem desenvolvidas como as outras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento ao Sr. Deputado das Flores do PSD.

Gostaria de explicar-lhe que a ANA, através da Secretaria Regional de Economia e com o Governo Regional, tem previsto para as Flores em 2001, 157 mil contos.

Tem como objectivo a melhoria das condições de operacionalidade da área de movimento, a instalação de áreas de segurança de fim de pista, (17 mil contos), beneficiação da sinalização luminosa da pista (é exactamente isso que se pretende, a certificação — 40 mil contos), construção e melhoria de instalações e equipamentos técnicos de apoio, (socorros, quartel, viaturas, cabos de treino, equipamentos de protecção — 70 mil contos), outros sistemas de informação (2 mil contos), melhoria da segurança operacional, vedação da segurança (6 mil contos) e outros investimentos (22 mil contos). Portanto, são 157 mil contos que serão aplicados este ano no aeroporto das Flores da responsabilidade da ANA que resolverão, na sua totalidade, os problemas que aqui anunciou acerca da iluminação desta pista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou referir em pormenor à elencagem que o Sr. Deputado José Francisco Fernandes fez em relação aos problemas da Ilha das Flores, porque já os referi há pouco na tribuna.

No entanto, ele refere um aspecto que eu queria chamar a atenção do Governo Regional, ou seja, o problema da fiscalização das obras. O Sr. Deputado referiu concretamente uma obra feita no porto das Poças em Santa Cruz.

Neste momento começaram as obras de ampliação da escola e está em fase terminal as obras de todas as escolas do 1º ciclo.

O apelo que fazia ao Governo vai no sentido de ser feita uma fiscalização séria das obras que se estão a realizar nas Flores, para que no futuro, nenhum deputado possa dizer aquilo que o Sr. Deputado do PSD disse em relação às obras, porque ao Governo compete fazer essa fiscalização, a fiscalização daquelas que acabaram de ser feitas e a fiscalização daquelas que irão ser feitas no futuro.

Deputado José Decq Mota (PCP): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas do Plano a Médio Prazo e do Plano para 2001 apresentadas a esta Assembleia, resultam necessariamente da experiência governativa do VII Governo Regional dos Açores, das propostas do Programa eleitoral do PS apresentadas ao eleitorado em 15 de Outubro de 2000 e por este sufragado maioritariamente e estão em consonância com o Programa do VIII Governo Regional aprovado por esta Assembleia.

São propostas coerentes que têm como base uma análise atenta da nossa realidade sócio-económica, claramente explanada nos capítulos I, II e III do Plano a Médio Prazo, e que, não criando qualquer hiato com o passado recente, vem dar corpo às mudanças estruturais que este Governo iniciou na anterior legislatura.

Mantém-se praticamente inalterável a composição do envelope financeiro dos diversos objectivos gerais do Plano a Médio Prazo, em relação ao executado na anterior legislatura, e as pequenas modificações percentuais existentes, resultam de novas conjunturas originadas ou por catástrofes naturais ou por novos

condicionalismos que exigem respostas mais rápidas e eficientes da sociedade. É o caso das calamidades que felizmente assume, neste novo quadriénio, menor peso relativo, ou os casos da Ciência e Tecnologia e da Qualidade Ambiental que assumem, naturalmente nos dias de hoje, maior acuidade.

A dinamização do crescimento e a competitividade da economia regional têm neste Plano, novamente, um forte crescimento e ocupam naturalmente o 1º lugar dentro dos objectivos gerais definidos para o Plano a Médio Prazo.

No que diz respeito aos níveis de eficiência dos equipamentos e das infraestruturas de desenvolvimento previstos para o próximo quadriénio, estão inscritos cerca de 51 milhões de contos o que, em conjunto com o capítulo anterior, perfazem cerca de 113 milhões de contos, ou seja, mais de 50% do Plano a Médio Prazo.

Dentro do objectivo geral de dinamizar o crescimento e a competitividade da Economia Regional, os Sistemas de Incentivos apresentam um crescimento de cerca de 88% em relação ao quadriénio anterior, ocupando mesmo o 1º lugar no conjunto de Programas adstritos a este objectivo geral.

Pretendesse, desta forma, dar um grande impulso a actividade privada, designadamente ao desenvolvimento do turismo. Isto mostra a nova fase por que passa a nossa economia e mostra também quão distante vão os tempos em que as verbas adstritas aos incentivos na área do turismo, aprovadas por esta Assembleia nos sucessivos Planos anuais, não eram despendidas por falta de candidaturas dos privados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De 1996 a 2000 tivemos como principal objectivo reequilibrar as Finanças Regionais, restaurar a confiança dos investidores no Estado, melhorar as acessibilidades, baixar os custos com os factores ligados à produção de bens e serviços na Região, enfim revitalizar o tecido produtivo, aumentar o emprego e dar os primeiros passos para que o turismo, que viveu um estado de latência durante muitos anos, sofresse um enérgico impulso.

Certa oposição disse que a recuperação económica, entretanto verificada, era conjuntural, que o aumento da construção civil se devia somente às calamidades, que os nossos Planos anuais — já que nunca nos permitiram aprovar o Plano a Médio Prazo — eram de ferro e betão, e depois, quando era inegável o crescimento económico e que por todo o lado surgiam novos empreendimentos, mudavam de opinião, já admitiam que tinha havido recuperação económica, mas que já estávamos em derrapagem, que a recessão já se adivinhava ou que a "Economia açoriana estava já em desaceleração".

Tudo o que corria mal no continente ou no mundo era transposto para os Açores de uma forma simplista, sempre agoirando o mal ou prevendo o pior quais "velhos do Restelo" parados no tempo, não se apercebendo que a nova realidade os ia sucessivamente ultrapassando.

Acreditem que a Região Autónoma dos Açores tem futuro e que este Governo Regional tem crédito assente em obra feita. Os próximos 4 anos serão anos sem dúvida de muito trabalho, de muito investimento público e privado, mas também de forte crescimento económico.

Hoje, é indubitável em todos os sectores que há uma nova confiança dos empresários no futuro dos Açores. As instituições financeiras descrevem de uma forma simples a realidade da nossa economia. O crédito concedido a Habitação passou, de 96, de 51 milhões de contos para 143 milhões de contos em 2000. Os depósitos nas Instituições financeiras na Região, passaram de 254 milhões de contos, em 96, para 356 milhões de contos em 2000. Há, pois, na Região Autónoma dos Açores mais poupança, mais investimento e mais emprego.

Em 2000 o crédito a particulares per capita nos Açores era de apenas 64% da média nacional. Como se pode ver o actual "boom" da construção civil pouco tem a ver com reconstrução do sismo ou com as calamidades.

Mas se olharmos para outros sectores da nossa economia, o mesmo se verifica. Os anos de 98, 99 e 2000 demonstraram um forte crescimento do comércio por grosso e a retalho. A título de exemplo mencione-se o número de carros vendidos, em 96, que

foi de 3.178 contra os 6.034 vendidos em 2000, com um aumento das vendas de automóveis comerciais na ordem dos 84%.

O número de empresas dos Açores a receber, a nível nacional, os prémios de excelência atribuídos pelo IAPMEI, Caixa Geral de Depósitos e Banco Ultramarino, duplicou de 98 para 99 e voltou a duplicar de 99 para 2000.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas se há sector de actividade económica que maior ritmo de crescimento apresenta, é sem dúvida o turismo. A baixa das tarifas aéreas, o aparecimento de voos directos com os principais mercados emissores, nomeadamente Frankfurt, Estocolmo, Paris, Lille, Boston e Toronto, uma forte aposta na promoção dos Açores no exterior, um significativo aumento de dormidas a partir de 97 e um decisivo apoio ao investimento privado, foram, entre outros, os principais factores que originaram a formação de expectativas positivas em relação ao desenvolvimento desta actividade nos Açores.

Com efeito, a confiança dos empresários no futuro desta actividade é facilmente demonstrada pelas múltiplas iniciativas que estão a ocorrer por todas as ilhas dos Açores, tanto na área da oferta hoteleira, da restauração, da animação e da promoção turística.

Encontram-se neste momento em construção mais de 1800 novas camas nos Açores. Até ao final do ano e apesar de alguns empreendimentos ficarem já concluídos neste verão, perspectivam-se cerca de 2.100 camas em construção.

Nos próximos 4 anos a duplicação da nossa oferta hoteleira será uma realidade. Crescer a um ritmo próximo dos 25% ao ano, é um enorme desafio para todos nós. Não há sector da nossa actividade económica que apresente um ritmo de crescimento tão elevado e que tenha tão elevado potencial de desenvolvimento. Em termos proporcionais, somos mesmo a Região do País que mais tem crescido nestes últimos anos e seremos certamente nos próximos anos a Região que mais irá crescer.

Se é bom saber que esta actividade está a aumentar a este ritmo, também é muito importante reconhecer a enorme responsabilidade que todos temos na criação das condições para que este crescimento se faça de uma forma sustentada.

As previsões para o ano 2004 são de duplicação do número de camas actuais, de ultrapassarmos 1 milhão e trezentas mil dormidas e de atingirmos um volume de receitas directas da hotelaria próximo dos 12 milhões de contos e de cerca de 13 milhões de contos em actividades conexas.

Em 2000 o mercado português correspondeu apenas a cerca de 2/3 do total de dormidas, logo seguido do mercado escandinavo e do alemão. Os Países Escandinavos, a Alemanha, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França foram responsáveis, em 2000, por cerca de 25% das dormidas. cremos que este ano o mercado estrangeiro corresponderá já a cerca de 40% do total das dormidas e em 2004 poderá vir a ser claramente maioritário.

Os voos "charter" ocuparão cada vez mais um lugar de destaque no desenvolvimento do Turismo dos Açores. O circuito açoriano começará a ser progressivamente substituído por ligações directas aos diferentes "gateways" à medida que forem sendo criadas, nas respectivas ilhas, as condições indispensáveis para receber este aumento de fluxo turístico, nomeadamente no que diz respeito à oferta hoteleira.

O aumento da concorrência que irá ser uma realidade nos próximos tempos pode e deve ser acompanhado pelo reforço da cooperação entre os empresários e pelo estabelecimento de parcerias, quer seja a nível regional, nacional ou internacional.

Desejámos para os Açores um turismo de qualidade, ligado às nossas potencialidades naturais, à imagem de uma natureza intacta que nos diferencia e que pretendemos preservar. Queremos nos Açores competitividade dos serviços que prestamos que só pode ser conseguida com inovação, espírito criativo e aumento da produtividade.

A Direcção Regional do Turismo adjudicou recentemente o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores e, em conjugação com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, o Plano Estratégico de Marketing. Serão dois instrumentos orientadores e disciplinadores desta actividade e irão certamente rever

muito dos conceitos do Plano Director do Turismo dos Açores que ao longo dos últimos 6 anos se foi progressivamente desactualizando.

Como é do vosso conhecimento, a comissão que irá propor ao Governo Regional os estatutos e regulamentos da futura Escola de Hotelaria e Turismo dos Açores, está já em pleno funcionamento. Estamos convictos que ainda este ano poderemos dar um passo muito importante na criação desta infraestrutura, que é fundamental para a qualificação dos recursos humanos dedicados ao turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria agora, de uma forma sumária, descrever as principais medidas e acções dos diversos Programas que estão adstritos à Secretaria Regional da Economia e que fazem parte do Plano a Médio Prazo.

No que diz respeito ao Programa 7, referente ao Desenvolvimento do Turismo, assume capital importância a Medida 7.1 dedicada à Promoção Turística.

O desafio dos próximos anos será dar resposta ao grande aumento da oferta hoteleira que se irá fazer sentir nos próximos anos. Assim, as campanhas publicitárias, as participações em feiras e as educacionais são, sumariamente, as principais acções desta Medida.

Merecem também realce alguns investimentos estratégicos como sejam o Centro Cultural e de Congressos em Ponta Delgada e o Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo. Refira-se a este propósito que a Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo irá investir, no Plano Integrado da Baía de Angra, cerca de 1 milhão 645 mil contos. Por outro lado, o Centro Cultural e de Congressos será candidatado ao Programa Operacional de Economia, através do SIVETUR, e ao SIDER e envolverá um investimento da ordem de 1 milhão de contos. Também estamos a trabalhar com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e com outros parceiros privados para construirmos nesta legislatura o Pavilhão de Exposições nas antigas instalações do Hospital de Ponta Delgada. Trata-se de um projecto ambicioso que envolve várias vertentes e cuja configuração financeira e arquitectónica ainda não está decidida.

Nos Programas 8 e 9 dedicados ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento do comércio e exportação merecem realce a dinamização do Sistema Tecnológico, o apoio a projectos de deslocalização de unidades empresariais, o apoio à qualidade, ao artesanato e à promoção de produtos regionais no exterior.

No Programa 10 estão descritos os sistemas de incentivos de apoio à iniciativa privada. Os novos sistemas de incentivos recentemente aprovados privilegiam a qualificação profissional, a certificação de sistemas de garantia de qualidade, de acordo com as normas previstas no Sistema Português de Qualidade, a mais valia ambiental através do registo no sistema de Eco-Gestão e Auditorias ou através da adesão ao Sistema Comunitário de atribuição de Rótulo Ecológico.

Pretende-se incentivar e apoiar a iniciativa privada com vista à modernização da economia regional, apoiar as iniciativas inovadoras que assumam carácter estratégico e promover o aumento e a modernização da oferta hoteleira e do alojamento turístico em espaço rural.

Se somarmos os cerca de 16 milhões de contos inscritos no Plano a Médio Prazo com os cerca de 16 milhões de contos do Programa Operacional de Economia adstritos a Região Autónoma dos Açores para os próximos 4 anos, podemos ver o enorme desafio que tal representa para a iniciativa privada. Nunca se disponibilizaram tantos recursos financeiros à iniciativa privada como se propõe agora. Em momento algum do passado houve um Plano a Médio Prazo tão ambicioso no que diz respeito ao estímulo da iniciativa privada. Desafio aqui qualquer deputado a provar o contrário.

No Programa 13, dedicado aos transportes marítimos, descrevem-se medidas e acções fundamentais para a reabilitação de infraestruturas portuárias, com especial destaque para o porto de São Roque do Pico, Porto da Calheta, em São Jorge, para a construção de gares marítimas e de núcleos de recreio náutico e de pesca, para o reequipamento dos portos e para o apoio às embarcações de passageiros. Se adicionarmos as verbas adstritas a este Programa às verbas incluídas nas Juntas Autónomas para a aquisição de equipamentos portuários ou para investimentos em infraestruturas portuárias, de recreio náutico e de pescas, poderemos ver melhor o enorme esforço financeiro que estará envolvido nos próximos 4 anos.

No Programa 14 dedicado as infraestruturas e equipamentos portuários refira-se a ampliação do aeroporto do Pico, a remodelação das aerogares e a cobertura dos custos com as obrigações de serviço público do transporte aéreo inter-ilhas.

No Programa 15, referente à consolidação e modernização do sector energético, avulta a acção ligada à Agência Regional de Energia, projecto aprovado no âmbito do SAVE II, conjuntamente com as Canárias, que pretende dar um impulso novo a toda a problemática das energias renováveis e da utilização eficiente da energia.

No próximo quadriénio haverá uma aposta decisiva na produção geotérmica na Ilha Terceira e far-se-ão estudos de viabilidade da introdução desta tecnologia nas ilhas do triângulo. Serão também renovados e modernizados os parques eólicos e as centrais hídricas de forma a tornar o nosso desenvolvimento menos dependente do preço do barril do petróleo ou da flutuação do euro face ao dólar. É com o objectivo de sermos cada vez mais independentes em relação à energia fóssil que deve ser entendido o recente aumento de 10\$00 feito pelo Fundo Regional de Abastecimento ao Fuel óleo adquirido pela EDA.

Não fazia sentido manter a esta empresa um preço de aquisição deste combustível, três vezes menor que o custo real do mercado, desincentivando desta forma a produção nos Açores de energias renováveis. Hoje, a produção geotérmica do maciço da Lagoa do Fogo corresponde já a 40% das necessidades energéticas da Ilha de São Miguel e competitiva em relação à produção térmica da central do Caldeirão. Por outro lado, existem ainda em certas ilhas, como sejam as Flores, São Jorge, São Miguel e Santa Maria, potenciais importantes na área das mini-hídricas ou dos parques eólicos que urge aproveitar. A EDA tem instruções claras de prosseguir esta política de independência energética, respeitadora do meio ambiente e consentânea com a promoção da imagem turística de uma natureza intacta que pretendemos para os Açores.

No Programa 33 surge ainda uma acção dedicada ao apoio aos comerciantes afectados pelo sismo. Durante os próximos meses construir-se-á no centro da cidade da Horta uma zona comercial necessariamente provisória de forma a minimizar os prejuízos dos comerciantes provenientes da reconstrução das suas instalações.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação do Plano a Médio Prazo e do Plano de 2001 dá-se início a uma nova etapa na nossa vida económica. Este Governo já demonstrou que tem uma política coerente, que aproveita o legado do passado naquilo que ele tem de bom, mas que não perde tempo em traçar rumos novos, quer seja na área dos incentivos, quer seja na área das políticas relativas aos transportes ou ao turismo.

Acreditamos que este Plano encerra um conjunto muito vasto de Programas e de Medidas que promoverão o desenvolvimento sustentado dos Açores. Acreditamos que durante os próximos 4 anos haverá com certeza acertos a fazer, fruto de novas condicionantes macro-económicas. Estamos certos porém de que, com estes instrumentos, ficam definidas as linhas orientadoras do nosso desenvolvimento rumo ao progresso, à convergência com a União Europeia e à construção nos Açores de uma sociedade mais solidária e mais justa.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

A minha primeira apreciação para a sua intervenção e também para aquilo que já foi dito aqui pelo Sr. Secretário das Finanças e que consta dos documentos do Plano e Orçamento e do Plano a Médio Prazo, vai para a falacidade dos indicadores económicos com que estamos a trabalhar.

O número que é apresentado para o crescimento do PIB, tecnicamente não tem sustentação. É um número político que se utiliza para depois se fazer as contas...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): É do EUROSTAT!

O Orador: Estou falando das projecções que tem para o futuro.

Como estava a dizer, são números políticos, não têm sustentação técnica e são apenas utilizados para o Governo justificar o seu discurso de que caminha para a convergência.

A segunda crítica, Sr. Secretário, tem a ver não só com a sua intervenção, mas também com os documentos, isto é, tem a ver com a distância que vai entre os objectivos estratégicos definidos, quer seja nos documentos que estamos a apreciar, quer seja na sua intervenção, e a sua tradução em termos de rubricas orçamentais.

Concordo que se fez uma melhoria a este nível, comparando com a última proposta de plano apresentada há 4 anos, no sentido de não considerar o turismo como um sector complementar, considerando-o em toda a área económica que vai desde a agricultura às pescas e passando também pelo turismo.

Mas depois de todas essas considerações e premissas, não há a tal tradução prática em termos de verbas para que se possa avançar no sentido da tal auto-sustentação da economia açoriana.

Por outro lado, Sr. Secretário, fez aqui um conjunto de promessas que também constam dos documentos e que nos deixam de pé atrás, porque algumas delas também já as ouvimos há 4 anos. É o caso do Centro de Congressos do Pavilhão de Exposições, do Campo de Golfe do Faial . Todos esses projectos foram referidos por si há 4 anos.

Também há 4 anos, o Sr. Secretário disse que iríamos assistir a um crescimento espantoso do número de camas na Região Autónoma dos Açores. Hoje, voltou a repeti-lo.

Gostaria de concluir esta intervenção, uma vez que não tenho muito tempo, dizendo, em relação ao sistema de incentivos, o seguinte:

Refere que há um grande crescimento dos sistemas de incentivos. De facto, esta argumentação é criticada também pela Câmara de Comércio. Não é bem assim, Sr. Secretário.

No último plano proposto por Vs. Exas. haviam 9,7 milhões de contos propostos para o turismo e para os outros sistemas de incentivos do comércio e da indústria.

Agora, temos 16 milhões.

O Sr. Secretário faça a conta: tire desses 16 milhões mais de 3 para pagar o que vem detrás (são responsabilidades de 96 a 2000), some esses 3 aos 9,7 e vai ver que não cresce nada. Aliás, a preços constantes, até decresce, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu não falei no PIB, falei de outros indicadores e esses o senhor não os contestou.

Em relação ao número de camas que estão em construção, eu nomeio todas:

Hotel 5, Santa Maria — 200 camas

Holiday Inn, São Miguel — 300 camas

Seminário — 350 camas

Grupo Pavão — 200 camas

Hotel Mar — 80 camas

Hotel dos Clérigos — 70 camas

Hotel do Colégio — 100 camas

Talismã — 50 camas

Hotel Camões — 50 camas

Hotel Quinta do Caracol — 200 camas.

E por aí fora. Eu posso nomear todos. São mais de 1800 camas, não falando em projectos...

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Não são projecções!

O Orador: Eu não estou a falar aqui em projecções. Estou falando em obra que está a decorrer neste momento.

Grande parte destes projectos vão ficar concluídos em Junho ou Julho, uma vez que todos os empresários sabem que a época alta começa em Junho.

Garanto-lhe uma coisa: no final deste ano, apesar de 500 ou 600 camas já estarem prontas nessa altura, haverão mais 2.100 camas em construção, isto só para ver o que é que está em causa neste momento.

O crescimento do turismo nos próximos anos vai ser de tal ordem que se vai construir mais em 4 anos do que os senhores construíram em 20 anos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor já disse isso há 4 anos!

Deputada Berta Cabral (PSD): Quem é que constrói, é o Governo?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Os empresários confiam em nós!

O Orador: Os empresários acreditam e têm confiança neste Governo. Eles sabem que há estabilidade e que este Governo vai transformar este sector num dos principais sectores de desenvolvimento desta terra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Idade Média!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (PSD): Idade Média e Idade Moderna!

O Orador: Quanto aos incentivos, fique o Sr. Deputado claramente esclarecido que nós temos que pagar e vamos pagar, até ao final de Junho, 1 milhão e meio de contos que abrange todos os projectos que tiveram uma factura anterior a 19 de Novembro de 99. Já passámos cerca de 700 mil contos que já estão em pagamento.

(Apartes inaudíveis entre o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e o Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Sr. Deputado, agradecia que me deixasse falar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário que está ao seu lado é que o está a incomodar e ainda por cima inadvertidamente.

O Orador: Eu gostaria de explicar os sistemas de incentivos e de uma forma clara para todos, porque isto é fundamental para os empresários e para que não fique nenhuma réstia de dúvida.

Nós temos 1 milhão e meio de contos que têm que ser pagos até 30 de Junho e estão a ser pagos.

Qualquer empresário que tenha uma factura anterior a 19 de Novembro tem que ser paga, porque entra no II Quadro Comunitário de Apoio. Resta-me pagar os que

entraram depois de 99, ou seja, em Janeiro de 2000, porque uns ainda estão em construção, outros não apresentaram facturas.

O que o senhor está a referir é que eu vou pagar em 2000 ou em 2001 o que fizeram em 2000 e será assim em 2004, porque em 2005 eu vou pagar o que se fez em 2004.

As facturas têm que ser vistoriadas e depois é que têm que ser pagas. As pessoas têm que acabar primeiro os projectos, eles têm que ser executados e vistoriados fisicamente, para depois serem pagos. Vai ser sempre assim.

Os 3 milhões de contos que o senhor está a tirar de 2001, vai também tirar de 2004. A roda fica sempre no mesmo lugar.

O que temos que ver é que são 16 milhões de contos, contra 8,9 milhões de contos. É um investimento muito grande se adicionarmos ainda o Programa Operacional de Economia, que tem 27, 4 milhões de contos, que divididos por 7 anos dá 4 milhões de contos por ano. Nos próximos 4 anos podemos dizer que os empresários desta Região vão ter à sua disposição 32 milhões de contos de incentivos.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

De facto, em 1996, — e a história é sempre importante por mais que digam que não — a Região possuía 3627 camas e a ocupação era de 163 mil hóspedes.

Em 2000, 4 anos depois, a capacidade de alojamento é de 4331 camas e 214 mil hóspedes.

A nossa previsão em 2005 será para 160 unidades com 9367 camas.

Eu não sou economista, mas o senhor é. Por favor, faça a conta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura pelos vistos não é empreiteiro, mas o da Economia é.

O Sr. Secretário da Economia, há alguns anos, quando se perspectivava a liberalização dos transportes, dizia que ia ser fantástico, que iam baixar os preços, assumindo quase uma vitória política por isso mesmo. Agora que os preços subiram, já são superiores a 98, já não é nada com ele, isto é, quando há algo de bom, o Governo tenta apropriar-se do mérito político, mesmo que não tenha nada a ver com isso, tendo sim a ver com os privados.

Deputado José San-Bento (PS): A gente ainda não descobriu petróleo nos Açores. Os senhores já descobriram?

O Orador: Quando as coisas não correm tão bem, já não tem nada a ver com este Governo, tem a ver com tudo o resto, menos com o executivo do Partido Socialista. Eu vou ler-lhe, Sr. Secretário, o que disse no dia 22 de Maio de 1997.

“Podemos afirmar com elevado grau de certeza, que no final do quadriénio teremos um grande aumento da nossa capacidade hoteleira correspondente ao investimento na ordem global dos 15 a 20 milhões de contos.” E continuava por aí abaixo.

Em relação aos incentivos nacionais, dizia que tinha um plafond de 30 milhões de contos. Agora diz que tem de 26. Como é que nós vamos acreditar nisto, Sr. Secretário?

Em relação aos sistemas de incentivos, nós já tivemos aqui várias vezes essa discussão. O senhor tem que reconhecer que as coisas correram mal, porque o senhor nunca quis sanear os sistemas de incentivos.

O senhor tem que perceber o que diz aqui. Em Fevereiro, disse que as Câmaras de Comércio e os empresários estavam calados e que não protestavam relativamente aos atrasos que haviam nos sistemas de incentivos.

O senhor é capaz de dizer o mesmo em relação à opinião dos empresários no que se refere a este plano e ao que o senhor disse nesta tribuna?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

De facto, esperava mais do Sr. Deputado.

No que se refere aos incentivos eu disse-lhe tudo e o senhor não respondeu nada. Não houve qualquer réplica da sua parte.

Os sistemas de incentivos estão a decorrer bem. Nós temos ido a todas as reuniões com a Câmara de Comércio e não têm havido protestos.

O SIRAPA está em dia. Os sistemas de incentivos na área do turismo estão com um ou dois meses de atraso, mas estão praticamente em dia.

Já foram enviados 500 mil contos para a área dos SIRALA's e, como lhe disse, até ao final de Junho, todos os projectos que tiveram início um pouco antes do dia 19 de Novembro de 99, mesmo os que ainda continuam, serão totalmente pagos.

Esta é uma razão imperiosa. Nós temos que incluir no II Quadro Comunitário de Apoio e todos eles têm que ser pagos.

Quanto aos sistemas de incentivos, o processo está esclarecido, vai haver um grande aumento. O Programa Operacional de Economia, pela primeira vez tem um valor adstrito à Região Autónoma dos Açores de 27,4 milhões de contos, ou seja, a Região vai poder apreciar e avaliar os projectos regionalmente e enviá-los para pagamento a nível nacional.

Se juntarmos os 16 milhões de contos com os 16 milhões de contos que estão aqui inscritos no Plano, dá 32 milhões de contos de incentivos e é por isso que os empresários têm confiança neste Governo, apostam e já estão a apostar mesmo não estando ainda abertos os sistemas de incentivos, tal é a confiança e o optimismo que reina no tecido empresarial. Esta é uma verdade indesmentível.

Quanto aos pareceres dos parceiros sociais, é evidente que a Câmara de Comércio pretende ter mais verbas para si e diz que as verbas atribuídas à ciência e tecnologia são de mais, mas se olhar para a Universidade dos Açores diz que as verbas atribuídas à Ciência e Tecnologia são poucas e querem mais. Se olhar para a Associação dos Agricultores, eles vão dizer que as verbas adstritas ao sector económico, aos serviços e aos incentivos são de mais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E à SATA!

O Orador: É provável que assim seja.

Nós, Governo Regional, queremos mais verbas do Continente, o Governo da República quer mais verbas de Bruxelas. A vida é assim.

Nós não vivemos num país soviético em que o Governo faz e a tudo obedece. Nós gostamos de ouvir a diversidade de opiniões, conseguimos governar em minoria e com diálogo e agora vamos governar com maioria e com diálogo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas referiu-se aos transportes que baixaram, mas que depois subiram. Quando baixaram foi vitória, quando subiram foi uma derrota.

Eu gostava de lhe lembrar que em 95 um contentor normal “box”, do Continente para os Açores, pagava em Ponta Delgada 240 mil escudos e nas ilhas o Grupo Central, 260 mil e 500 escudos. Aqui, pelo meio, os senhores criaram uma TRP que em Ponta Delgada era de 3.500, mas nas outras ilhas, provavelmente por serem mais ricas, era de 24 mil escudos.

Hoje, 6 anos depois, de 95 até agora, o mesmo contentor normal “box”, do Continente para os Açores e, neste caso, refiro concretamente o exemplo de São Miguel, paga 238 mil e 500 escudos. Claro que isto são preços de tabelas, elas estão publicadas.

Evidentemente, o mercado não funciona com estes valores, funciona muito abaixo destes valores, porque tem regras próprias em função dos volumes transportados, como é óbvio e acontece em todo o lado.

Em 95, era de 240 mil a preços de tabela. Neste momento, são 238 mil e 500. Seis anos depois, são menos 1500 escudos.

Se os senhores achavam bem em 95, o que é que acham agora?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sinceramente, fazemos um esforço para acompanhar, para compreender, mas há coisas que ultrapassam a compreensão, pelo menos do comum dos mortais.

Neste momento, eu não posso deixar de questionar o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Nestes 4 anos, na Região, tivemos uma política de turismo conjugada com uma política de transportes marítimos, transportes aéreos que conduziu ao seguinte (quanto ao alojamento, a Sra. Deputada Ana Paula Marques já mencionou):

— Turistas entrados na Região:

Em 97, o total foi de 416 mil 746;

Em 2000, 613 mil 485;

— Turistas nacionais:

290 mil 714, em 97;

458 mil 935, em 2000.

— Política de transportes, SATA Internacional e influência directa:

a) Turistas provenientes da Alemanha

30 mil 341, em 97;

43 mil 165, em 2000.

b) Turistas provenientes dos países Nórdicos (Escandinávia)

12 mil 160, em 97;

58 mil 732, em 2000.

Sr. Deputado, eu estou habituado à maldicência ou a encontrar tudo mal ou não encontrar nada bem feito ao longo do mandato do Partido Socialista, mas, sinceramente, eu gostava que perante estes resultados (porque estamos a falar de resultados de uma política) me explicasse que argumentos é que encontra para pôr em causa a política.

Deputado José San-Bento (PS): É o bota abaixo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não queria entrar neste despique onde por vezes há tendência para o debate cair, perdendo um bocado o sentido, mas este debate serve para colocar questões maiores, outras mais pequenas referentes às várias áreas.

Permita-me que ponha em primeiro lugar uma preocupação maior.

É evidente que o Sr. Secretário quando refere o número de camas em construção, está a falar da construção de obra, de muitas coisas objectivas e concretas, muitas delas em curso.

Os projectos que se conhecem estão adiantados. Há uma probabilidade muito grande de haver no quadriénio um aumento substancial do número de camas.

O esclarecimento que gostava de ouvir do Sr. Secretário, se fizesse o favor, vai no sentido de saber em relação a este “modelo de turismo” qual o tipo de oferta que — de algum modo é súbita — pode gerar?

Qual a previsão que a Secretaria tem sobre a ligação inicialmente da oferta e o tipo de turismo que vamos ter face às nossas próprias condições?

Uma questão mais pequena, mas julgo que não menos importante.

Em funções que desempenhei, tive a oportunidade de ser o receptáculo de um despacho de V. Exa., Sr. Secretário da Economia, relativamente à ampliação das instalações do Clube Naval da Horta.

Esse despacho, se não me falha a memória, de Novembro ou Dezembro de 1997 ou começos de 98, determinava que essas obras de ampliação das instalações do Clube Naval, seriam realizadas aquando da 2ª fase das obras da bacia sul da Marina.

É evidente que sendo possível essas obras serem feitas e promovidas pela Junta Autónoma — portanto não têm que constar desta programação — eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário, objectivamente, se esta previsão é verdadeira? Está na intenção do Governo a realização dessa obra no quadriénio através de uma promoção feita pela Junta Autónoma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu respondo com muito gosto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Decq Mota e começaria pelo fim, porque o fim dá um pouco a ideia e o tom do que é que pretendemos para a Região Autónoma dos Açores e o que é que pretendemos para o turismo dos Açores.

Esse despacho que eu fiz e que o Sr. Deputado teve conhecimento noutras funções, é para prosseguir, ou seja, a 2ª fase da Marina da Horta, vai ter em consideração aquele despacho e a Junta Autónoma da Horta tem instruções claras para que esta situação do Clube Nabal da Horta, seja tida em consideração.

Nós temos que ter muita atenção em relação àquilo que temos de bom e de bonito nas nossas ilhas.

A tal imagem da natureza intacta que nós estamos a promover da Região Autónoma dos Açores, tem que estar conciliada com o respeito directo pelo nosso património adquirido e construído.

Temos que ter um cuidado extremo na qualidade daquilo que vamos fazer no futuro, para que esta Região seja um destino de qualidade.

Dentro de alguns dias, nos dias 19, 20 e 21 de Abril, vamos promover na Ilha de São Jorge, a 1ª Bienal do Turismo Rural Atlântico. Vamos trazer especialistas na área, da Irlanda, da França, do Continente, da Madeira, das Canárias para discutirmos estes vários temas, o turismo da natureza, o património arquitectónico, ou seja, o cuidado que temos que ter com o nosso ambiente para promover um turismo de qualidade que tem que ter também em atenção as pequenas ilhas e sua promoção. Esse é o nosso cuidado e o nosso objectivo, mas como não somos especialistas, já adjudicámos o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, feito há pouco tempo, no valor de 46 mil contos e vamos discuti-lo publicamente para que aquilo que os especialistas vão dizer seja consensualizado com os diversos parceiros sociais.

O turismo e o seu desenvolvimento nesta Região não é obra do Governo, será complementado pelo Governo, mas é sobretudo a obra de privados e os privados vão ter também um Governo e vão escolher o futuro que pretendem para os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Muito rapidamente, porque o tempo da nossa bancada é quase nulo, para dizer que esta bancada não faz apenas críticas, respondendo desde já àquilo que o Sr. Deputado Herberto Rosa disse e esclarecer perante todos.

Aliás, comecei por dizer que concordávamos com a agregação do turismo, naquilo que é chamado de dinamização da actividade económica.

Em segundo lugar, para dizer que também sou capaz de subscrever tudo aquilo que o Sr. Secretário disse agora, porque o seu discurso feito agora, foi bem diferente do seu discurso da tribuna.

Em termos da definição das grandes estratégicas para o turismo, penso que são passíveis e de concordância generalizada. Em relação ao que disse agora aí, de que o desenvolvimento do turismo se faz essencialmente pelos privados, e com isso também concordamos, não foi o mesmo que o Sr. Secretário disse ali.

Se são esses privados que têm essa importância, embora o Governo tenha na definição de linha estratégica essa importância, relembro de novo quais são as críticas desses privados que se agregam na Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Eles são os primeiros a dizer que concordando com as linhas de definição estratégica, discordam da afectação de verbas. Quanto a isso o senhor não pode negar. Também não pode dizer que nós só fazemos críticas, e não pode negar que a Câmara de Comércio e os empresários estão não só preocupados com a questão dos atrasos dos incentivos, mas preocupados com as dotações orçamentais que foram previstas nestes planos para os sectores económicos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu queria prestar uma explicação simples e clara.

Se olhar para os programas da Secretaria Regional de Economia, vai verificar que o Programa que cresce mais, é sem dúvida o do sistema de incentivos. Todos os outros, alguns deles, diminuem.

O mais importante para mim foi dar aos privados em vez de influenciar o futuro. Isso é a nossa visão e está claro no Programa.

Eu já disse, repeti e volto a repetir, que todos os parceiros sociais gostariam de ter mais dinheiro, tal como nós, no Plano.

As críticas são simples: o que um quer o outro não quer. Um quer tirar dinheiro à ciência e tecnologia, o outro quer mais dinheiro. É natural que assim seja, por isso é que há um Governo, por isso é que há uma Assembleia Legislativa Regional composta por membros eleitos pelo povo que vão corrigir o que o Governo Regional apresenta nesta Assembleia.

Presidente: Para esclarecimentos tem ainda a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma referência muito breve naquilo que me parece ser uma constatação que eu não posso deixar passar em claro e tem a ver com a última intervenção do Sr. Deputados Duarte Freitas.

Gostava de dizer que, pessoalmente, apoio a declaração do Sr. Secretário de Economia. Não vejo nenhuma incoerência entre aquilo que ele disse na tribuna e aquilo que disse agora na bancada.

No entanto, pareceu-me, Sr. Deputado Duarte Freitas, que os senhores acusaram a história do “bota abaixo” e agora fez aqui um “triplo salto mortal para trás, com aterragem em parafuso sem rede”.

Era apenas isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para prestar alguns esclarecimentos, porque penso que cada um dos programas está a ser visto como compartimentos estanques e não se trata disso. Temos aqui uma estratégia definida. Há claramente uma aposta no turismo, na qualidade ambiental e na ciência e tecnologia.

Os sistemas de incentivos têm aqui um papel fundamental nestes 4 pontos. Temos Ciência e Tecnologia, Qualidade Ambiental, Turismo e Sistemas de Incentivos que são elementos associados, não os podemos dissociar e ver como compartimentos estanques.

A aposta na Ciência e Tecnologia, obviamente vai ter repercussões em toda a actividade económica, necessariamente no comércio, na indústria, na energia, todas estas actividades vão ser afectadas positivamente pela aposta na ciência e tecnologia e na qualidade ambiental.

Era apenas esta reflexão que eu queria deixar no momento.

Obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos dar por terminados os nossos trabalhos, não sem antes divulgarmos os tempos disponíveis relativamente ao Governo e aos diversos grupos parlamentares.

Secretário: O Partido Socialista gastou 206 minutos. Tem disponível 94 minutos.

O Partido Social Democrata gastou 182 minutos. Tem disponível 28 minutos.

O Partido Popular gastou 54 minutos. Dispõe de 6 minutos.

O Partido Comunista Português gastou 47 minutos. Tem disponível 13 minutos.

O Governo gastou 192 minutos. Tem disponível 108 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, terminam aqui os nossos trabalhos.

Voltamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

(Eram 20 horas e 10 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Renato Luís Pereira Leal

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Luís Paulo de Serpa Alves

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco.